EXTENSÃO | DIÁLOGO | INOVAÇÃO | INCLUSÃO | TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Revista Diálogos da Extensão

Revista da Extensão do IFRN

e-ISSN: 2447-7869

Vol.1. Nº 10. | Edição Especial | Jan. - Jun. 2026

PROEX
Pró-Reitoria de Extensão

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

www.ifrn.edu.br
proex@ifrn.edu.br
@proex.ifrn

Acesso Aberto | Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) | Publicação Semestral

Diálogos da Extensão

Revista da Extensão do IFRN

Edição Especial – 2026

ISSN (impresso): 2447-7192

ISSN (on-line): 2447-7869

Natal – RN

PROEX
Pró-Reitoria de Extensão

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

A Revista Diálogos da Extensão é um periódico de acesso aberto, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Com ênfase no mundo do trabalho, na interação com os segmentos sociais, na difusão de conhecimentos de caráter multidisciplinar, científico e tecnológico, na cultura e nos direitos humanos, a revista tem como escopo a publicação de relatos de experiência e artigos científicos resultantes de ações extensionistas, bem como de ações indissociáveis entre extensão, ensino, pesquisa e internacionalização.

Os conteúdos publicados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. A reprodução total ou parcial é permitida, desde que indicada a fonte original.

Administração Institucional

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Camilo Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Marcelo Bregagnoli

Reitor do IFRN
José Arnóbio de Araújo Filho

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Francinaide de Lima Silva Nascimento

Diretora de Comunicação Científica e Coordenadora da Editora IFRN
Magda Renata Marques Diniz

Equipe Editorial

Me. Samira Fernandes Delgado (IFRN, Brasil)
Dr. Breno Trajano de Almeida (IFRN, Brasil)
Me. Jefferson Alexandre do Nascimento (IFRN, Brasil)

Conselho Editorial

Dra. Aline Aparecida Angelo (UFSJ, Brasil)
Dra. Amilka Dayane Dias Melo Lima (SEEC-RN, Brasil)
Dra. Ana Santana Batista Farias (IFRN, Brasil)
Dra. Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares (IFRN, Brasil)
Dra. Angela Claudia Rezende do Nascimento Rebouças (SEEC-CE, Brasil)
Dr. Daniel Mario Carceglia (UNQ, Argentina)
Dr. Daniel Tojeira Cara (USP, Brasil)
Dr. Edilson Silva Liévan (UPN, Colômbia)
Me. Edna Oliveira da Paz (SME-PB, Brasil)
Me. Emmanuela de Almeida Lins (UNIVASF-BA, Brasil)
Dra. Fádyla Késsia Rocha de Araújo (UFERSA, Brasil)
Dra. Fernanda Oliveira Costa (SME-SP, Brasil)
Dra. Girlene Moreira da Silva (IFRN, Brasil)
Dr. Jakson Renner Rodrigues Soares (UDC, Espanha)
Dra. Joelma Tito da Silva (IFRN, Brasil)
Dra. Keila Cruz Moreira (IFRN, Brasil)
Dra. Louize Gabriela Silva de Souza (IFRN, Brasil)
Dra. Luciana Maria Araujo Rabelo (IFRN, Brasil)
Dr. Moisés Llopis i Alarcón (Universidad de Chile, Chile)
Dra. Mônica Karina Santos Reis (UFRN, Brasil)
Dra. Paloma de Matos Macchi (IFRN, Brasil)
Me. Rosana de Oliveira Sá (IFPB, Brasil)
Dr. Samuel Anderson de Oliveira Lima (UFRN, Brasil)
Dr. Tito Matias Ferreira Junior (IFRN, Brasil)

Secretaria Executiva
Esp. Larissa Félix da Silva (IFRN, Brasil)

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa
Charles Bamam Medeiros de Souza
Larissa Félix da Silva
Jefferson Alexandre do Nascimento

Revisão Linguística
Giovana Victoria Fernandes Mascarenhas

Coordenação de Revisão
Magda Renata Marques Diniz

Apoio editorial
Marise Lemos Ribeiro

Sistema de Editoração: A revista é editada por meio do Open Journal Systems (OJS), desenvolvido pelo Public Knowledge Project (PKP)

Impressão: Unigráfica - Gráfica e Editora
Periodicidade: Semestral
Tiragem: 2.000 exemplares

Disponível também em:
www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/DIALOGOS

Contato

Revista Diálogos da Extensão

ISSN: 2447-7192 | e-ISSN: 2447-7869| Prefixo DOI: 10.15628
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)

Assessoria de Difusão da Extensão (ASDEX)
Endereço: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol
Natal – RN, CEP: 59015-300
E-mail: dialogosdaextensao@ifrn.edu.br
Telefone: (84) 4005-0890

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

editoraifrn

Endereço: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, Natal – RN
CEP: 59015-300 l Telefone: (84) 4005-0763 l E-mail: editora@ifrn.edu.br

Sumário

Editorial 4
Entrevista 6

1 **Sustentabilidade Orçamentária de Políticas de Gênero: O Caso do Programa Mulheres Mil no IFRN** 10
Luciana Maria Araújo Rabêlo
Jobson Martins da Silva Maranhão
Rita de Cássia Rocha
Samira Fernandes Delgado

2 **Curricularização da Extensão no IFCE: da Norma Nacional à Implementação Institucional** 29
Ana Cláudia Uchôa Araújo
Érica Fernandes Dias

3 **Diálogos que Transformam: A Prática Interdisciplinar no Projeto de Extensão Partiu IF, *Campus* Parnamirim** 42
Eduarda Alves de Lima
Carlos Eduardo de Lima Duarte
Dayvyd Lavaniery Marques de Medeiros
Thayse Azevedo da Silva

4 **Economia Solidária e Incubação de Empreendimentos Econômico Solidários em Rede: Análise da Atuação da IFSol** 59
Diogo Ferreira de Almeida Rêgo
Ermerson de Oliveira Capistrano
Luciana Maria Araújo Rabelo

5 **ReciclAmar: Economia Circular e Reciclagem Criativa de Resíduos Plásticos** 78
Jully Kalyanny Silva Santos
Elaine Denise Bandeira
Thalia Maria de Sousa Soares
Sheyla Varela Lucena

6 **Planejamento de Ofertas com Dados: Relato do Observatório de Egressos da RFEPCT** 93
Carlos César Teixeira Ferreira
William Corrêa Mendes
Alessandra Bezerra de Melo
Carlos Alexandre Amaral Araújo
Milena Jansen Cutrim Cardoso

7 **Centro de Promoção à Saúde da Pessoa Idosa: 25 Anos de Atividades Físicas, Cognitivas e Artísticas na Promoção do Envelhecimento Saudável e Cidadão** 105
Gustavo André Pereira de Brito
Rodrigo Eduardo Silva Araujo
João Paulo de Sousa Targino

8 **Internacionalización y Política Lingüística del Instituto Federal do Rio Grande do Norte: el Programa Asistente de Lengua Portuguesa en Ecuador** 123
Datzania Lizeth Villao Burgos
Felipe Morais de Melo
Girlene Moreira da Silva
Bruno Rafael Costa Venâncio da Silva

Editorial



Breno Trajano de Almeida
Editor da Revista Diálogos da Extensão
Assessor de Difusão da Pró-Reitoria de Extensão – ASDEX/PROEX

Estamos de volta!

Inspirados em visibilizar a produção extensionista e promover a reflexão entre autores e leitores de espaços diversos, a Revista Diálogos da Extensão, publicação da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), traz aos seus leitores sua edição de retorno, com o propósito de se consolidar como um espaço plural de circulação de saberes e experiências que emergem da relação integradora com o ensino, a pesquisa e a internacionalização.

É nesse horizonte que entendemos a extensão não apenas como um eixo estruturante das instituições públicas de ensino, mas como um campo de produção de conhecimentos comprometido com a valorização dos territórios e com a escuta sensível das demandas coletivas.

Mais do que um retorno editorial, esta retomada representa um gesto institucional de resistência e de renovação do papel social da Extensão, reafirmando o compromisso do IFRN com uma educação pública, gratuita, inclusiva e socialmente referenciada, reconhecendo a extensão como uma dimensão imprescindível na construção de uma sociedade mais equitativa.

Ao reunir artigos de autores convidados, cujas trajetórias acadêmicas e profissionais dialogam diretamente com práticas que se materializam em contextos educativos formais e não formais, evidenciamos a potência da extensão como prática formativa, política e social, revelando experiências que atravessam áreas como educação, cultura, saúde, tecnologia, meio ambiente e direitos humanos, trabalho, entre outras. As contribuições aqui apresentadas extrapolam os limites institucionais e alcançam a sociedade em

sua diversidade, com uma linguagem que acolhe e aproxima, equilibrando o rigor acadêmico com uma escrita mais sensível e acessível, e reconhecendo que o conhecimento produzido na extensão se constrói na partilha, no encontro e na escuta.

E como os ideais se intercruzam, a retomada deste periódico é fruto da convergência de múltiplos esforços de autores, avaliadores, equipe editorial, comissão científica e, sobretudo, do apoio do reitor do IFRN, prof. José Arnóbio, da pró-reitora de extensão e editora-chefe desta revista, profa. Samira Delgado, do editor prof. Jefferson Alexandre e da Secretária Executiva, a bolsista Larissa Félix. Registramos também as valiosas contribuições dos professores/as Samuel Anderson (UFRN), Louize Gabriela (IFRN), das pesquisadoras Edna Oliveira e Tania Pasqualini, e de toda a equipe da Editora IFRN, sob a coordenação da Profa. Magda Diniz.

O convite agora é à continuidade! Que a Revista Diálogos da Extensão encontre diferentes vozes promotoras da prática transformadora, crítica e comprometida com a vida em sociedade. Isso implica não sucumbir ao pensamento único e às verdades sacralizadas. Ainda que a memória seja seletiva, que ela permaneça como expressão de resistência. Ao registrar, persistimos; ao compartilhar, ampliamos ideias.

A você, desejamos uma excelente leitura! Que estas páginas inspirem novas ações, novos diálogos e novas formas de fazer Extensão.

A revista Diálogos da Extensão é um espaço plural de circulação de saberes e experiências que emergem da relação integradora com o ensino, a pesquisa e a internacionalização."

Entrevista



Samira Fernandes Delgado
Pró-Reitora de Extensão do IFRN

Samira Fernandes Delgado é Pró-Reitora de Extensão do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), docente e gestora com longa trajetória de atuação na educação profissional e tecnológica pública no estado. Servidora efetiva do IFRN, seu itinerário profissional combina experiência acadêmica, compromisso com a gestão democrática e atuação extensionista de impacto nos territórios.

Formada em Educação Artística com habilitação em Música pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Samira possui Especialização em Educação de Jovens e Adultos e é Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

No IFRN, atuou em diferentes espaços de gestão, incluindo a Coordenação de Comunicação Social e Eventos, a Coordenação de Extensão, a Diretoria Acadêmica e a Direção geral do Campus Santa Cruz, eleita com mais de 96% dos votos de estudantes, servidores docentes e técnicos-administrativos.

Em 2022, foi convidada pelo reitor do IFRN, Professor José Arnóbio de Araújo Filho, para assumir a Pró-Reitoria de Extensão, cargo no qual tem impulsionado a política extensionista institucional, articulando ações estratégicas de integração entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecimento de políticas afirmativas e construção coletiva de saberes com os territórios.

O IFRN acaba de lançar a Revista de Extensão. O que representa a criação desse veículo para a instituição?

A Revista de Extensão do IFRN representa um marco muito importante para a nossa política de extensão. Ela é fruto de um processo coletivo, construído ao longo de muitos anos, e só se torna possível graças ao trabalho desenvolvido por gestões anteriores, por pró-reitoras e coordenadores de extensão, que ajudaram a estruturar e fortalecer a extensão no Instituto, assim como pelas equipes que historicamente acreditaram na importância dessa dimensão. Trata-se de um espaço qualificado de registro, sistematização e divulgação das ações extensionistas, permitindo que esse trabalho ultrapasse os limites dos campi e dialogue com a sociedade e com outras instituições.

> ***Trata-se de um espaço qualificado de registro, sistematização e divulgação das ações extensionistas.***

Por que é tão importante que a extensão tenha um veículo próprio de divulgação científica e institucional?

A extensão produz conhecimento, impacto social e transformação real nos territórios, mas nem sempre essa produção encontra canais adequados de divulgação. Um veículo como a Revista de Extensão do IFRN cumpre exatamente esse papel: escoar, dar visibilidade e legitimar os projetos, programas e ações extensionistas. Além disso, valoriza o esforço coletivo de servidores, estudantes e parceiros sociais que constroem a extensão diariamente, contribuindo para o fortalecimento da extensão enquanto dimensão acadêmica e institucional.

Nesse contexto de fortalecimento da visibilidade da extensão, a Pró-Reitoria de Extensão ampliou o fomento às ações extensionistas em 2025. Quais editais e programas podem ser destacados?

Em 2025, a Pró-Reitoria de Extensão lançou e consolidou um conjunto expressivo de editais, que reafirmam o compromisso do IFRN com uma extensão diversa, inclusiva e territorialmente referenciada. Destacam-se os editais de apoio a projetos de extensão em diferentes áreas temáticas, o fortalecimento dos Núcleos de Extensão e Prática Profissional (NEPP), o apoio aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e o incentivo aos Núcleos da Incubadora de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (IFSol), que atuam diretamente no desenvolvimento local e na economia solidária.

Além desses editais, a Proex coordena e apoia programas de grande impacto social, como o Programa Mulheres Mil, voltado à inclusão educacional e à qualificação de mulheres em situação de vulnerabilidade social, e o Programa Partiu IF, que promove ações formativas junto a estudantes da educação básica pública, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento do acesso à educação profissional. Somam-se a essas iniciativas o apoio a projetos de internacionalização e a articulação com outras políticas institucionais, ampliando o alcance e a relevância social da extensão no IFRN.

A revista também se propõe a dialogar com outras instituições. Qual a relevância dessa abertura?

A extensão é, por natureza, colaborativa e interinstitucional. Ao abrir espaço para a produção extensionista de outras instituições, a revista amplia seu alcance e se consolida como um ambiente de troca de experiências, metodologias e saberes. Isso fortalece redes de cooperação e contribui para o amadurecimento das políticas de extensão em âmbito regional e nacional.

Como a Revista de Extensão se conecta com a missão institucional do IFRN?

O IFRN tem como missão promover uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, articulada com o desenvolvimento social, econômico e cultural dos territórios onde está inserido. A extensão é uma das principais formas de materializar essa missão, pois estabelece uma relação dialógica com a sociedade. A revista reforça esse compromisso ao dar visibilidade às ações que expressam o papel social do Instituto e ao reconhecer o trabalho de gerações de servidores e estudantes que ajudaram a consolidar a extensão como eixo estruturante da instituição.

Qual a importância da extensão no contexto das instituições de ensino superior hoje?

A extensão reafirma o papel social das instituições de ensino superior. Ela promove a construção conjunta de saberes, a partir do diálogo entre o conhecimento acadêmico e os saberes das comunidades, e contribui para a formação integral dos estudantes. Mais do que uma dimensão complementar, a extensão é essencial para que universidades e institutos federais estejam comprometidos com a transformação social e com a redução das desigualdades.

De que forma a revista contribui para a formação dos estudantes envolvidos nas ações de extensão?

Ao possibilitar a publicação e a reflexão sistematizada sobre as experiências extensionistas,

a revista contribui para uma formação mais crítica e cidadã dos estudantes. Eles passam a compreender a extensão como um espaço legítimo de produção de conhecimento e de aprendizado social, fortalecendo a articulação entre teoria, prática e compromisso com a realidade dos territórios onde o IFRN atua.

A revista também representa um reconhecimento ao trabalho coletivo da extensão no IFRN?

Sem dúvida. A Revista de Extensão do IFRN é, acima de tudo, um reconhecimento ao trabalho coletivo. Ela homenageia aqueles e aquelas que vieram antes, que estruturaram políticas, programas e ações fundamentais para que a extensão chegasse ao patamar atual. Ao mesmo tempo, reconhece o empenho da equipe que hoje atua na Pró-Reitoria de Extensão, nos campi e nos projetos, garantindo que a extensão continue viva, dinâmica e socialmente comprometida.

> ***Mais do que um retorno editorial, esta retomada representa um gesto institucional de resistência e de renovação do papel social da Extensão.***

Quais são os principais desafios enfrentados hoje pela Pró-Reitoria de Extensão?

Um dos principais desafios é manter o crescimento das ações extensionistas com qualidade, garantindo capilaridade sem perder o vínculo com as realidades locais. Isso exige planejamento, diálogo constante com os campi e compromisso institucional. Outro desafio é ampliar o reconhecimento da extensão como espaço de produção de conhecimento, tanto interna quanto externamente, o que passa por iniciativas como a revista e o fortalecimento dos editais.

Quais são as expectativas da Pró-Reitoria de Extensão para o futuro da revista?

Nossa expectativa é que a Revista de Extensão do IFRN se consolide como um espaço de referência para a divulgação da produção extensionista, ampliando continuamente sua qualidade, alcance e impacto. Esperamos que ela fortaleça o sentimento de pertencimento das equipes, estimule a participação de servidores, estudantes e parceiros externos e contribua para o aprimoramento permanente da Política de Extensão, reafirmando a extensão como eixo central do ensino superior público, democrático e socialmente referenciado.

Sustentabilidade Orçamentária de Políticas de Gênero: O Caso do Programa Mulheres Mil no IFRN

Budgetary Sustainability of Gender Policies: The Case of the Mulheres Mil Program at IFRN

Sostenibilidad Presupuestaria de las Políticas de Género: El Caso del Programa Mujeres Mil en IFRN

Luciana Maria Araújo Rabêlo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
luciana.rabelo@ifrn.edu.br

Jobson Martins da Silva Maranhão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
jobson.martins@ifrn.edu.br

Rita de Cássia Rocha
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
rita.rocha@ifrn.edu.br

Samira Fernandes Delgado
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
samira.delgado@ifrn.edu.br

Resumo

O artigo analisa o financiamento do Programa Mulheres Mil (PMM) no Instituto Federal do Rio Grande do Norte entre 2016 e 2023, evidenciando a decisão institucional de manter o programa com recursos próprios após a interrupção do financiamento federal via Pronatec. Criado em 2007 no âmbito da cooperação Brasil-Canadá e institucionalizado em 2011 na Rede Federal, o PMM articula formação profissional, elevação da escolaridade e inserção produtiva de mulheres em vulnerabilidade social. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, bibliográfica e documental, com análise de legislações, Planos de Desenvolvimento Institucional e dados orçamentários do Sistema SUAP. Os resultados demonstram redução orçamentária de 51,65% no período, com volatilidade 2,21 vezes superior ao orçamento da PROEX e queda crítica de 82% em 2021. A estratégia de financiamento compartilhado entre PROEX e DIGAE garantiu continuidade mediante editais de extensão e assistência estudantil. Contudo, a análise revela fragilidade das políticas afirmativas de gênero frente ao ajuste fiscal e desmonte nacional de políticas de inclusão (2019-2022). O estudo aponta a necessidade de Orçamento Sensível a Gênero para blindar políticas voltadas a populações vulneráveis, assegurando sustentabilidade, previsibilidade e efetividade na promoção da equidade.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil; Financiamento; Orçamento Sensível a Gênero; Educação Profissional e Tecnológica; Políticas Afirmativas de Gênero.

Abstract

The article analyzes the financing of the Mulheres Mil Program (Programa Mulheres Mil – PMM) at the Federal Institute of Rio Grande do Norte between 2016 and 2023, highlighting the institutional decision to sustain the program through its own resources following the interruption of federal funding via Pronatec. Established in 2007 within the framework of Brazil-Canada cooperation and institutionalized in 2011 across the Federal Network, the PMM coordinates professional training, educational advancement, and the productive integration of socially vulnerable women. Methodologically, the research adopts a qualitative, bibliographic, and documentary approach, encompassing the analysis of legislation, Institutional Development Plans, and budget data extracted from the SUAP System. The results indicate a budget reduction of 51.65% over the period, with volatility 2.21 times greater than that of the

PROEX budget and a critical decline of 82% in 2021. The shared financing strategy between PROEX and DIGAE ensured programmatic continuity through extension and student assistance calls for proposals. Nevertheless, the analysis reveals the structural fragility of affirmative gender policies in the context of fiscal consolidation and the systematic dismantling of inclusion policies at the national level (2019–2022). The study underscores the need for gender-responsive budgeting as a mechanism to safeguard policies targeting vulnerable populations, thereby ensuring sustainability, predictability, and effectiveness in the promotion of equity.

Keywords: Mulheres Mil Program; Financing; Gender-Responsive Budgeting; Professional and Technological Education; Affirmative Gender Policies.

Resumen

El presente artículo analiza la financiación del Programa Mujeres Mil (Programa Mulheres Mil – PMM) del Instituto Federal de Rio Grande do Norte entre 2016 y 2023, destacando la decisión institucional de sostener el programa mediante recursos propios tras la interrupción de la financiación federal a través del Pronatec. Establecido en 2007 en el marco de la cooperación Brasil-Canadá e institucionalizado en 2011 en la Red Federal, el PMM articula la formación profesional, el avance educativo y la integración productiva de mujeres en situación de vulnerabilidad social. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque cualitativo, bibliográfico y documental, que comprende el análisis de la legislación, los Planes de Desarrollo Institucional y los datos presupuestarios extraídos del Sistema SUAP. Los resultados indican una reducción presupuestaria del 51,65% durante el período, con una volatilidad 2,21 veces superior a la del presupuesto de la PROEX y una caída crítica del 82% en 2021. La estrategia de financiamiento compartido entre la PROEX y la DIGAE garantizó la continuidad programática mediante convocatorias de extensión y asistencia estudiantil. No obstante, el análisis revela la fragilidad estructural de las políticas de acción afirmativa de género ante la consolidación fiscal y el desmantelamiento sistemático de las políticas de inclusión en el ámbito nacional (2019–2022). El estudio subraya la necesidad de una presupuestación con enfoque de género como mecanismo para salvaguardar las políticas dirigidas a poblaciones vulnerables, asegurando así la sostenibilidad, la previsibilidad y la eficacia en la promoción de la equidad..

Palabras clave: Programa Mujeres Mil; Financiamiento; Presupuesto con Enfoque de Género; Educación Profesional y Tecnológica; Políticas de Acción Afirmativa de Género.

1 INTRODUÇÃO

O PROGRAMA MULHERES MIL NO IFRN: COMPROMISSO INSTITUCIONAL E SUSTENTABILIDADE COM RECURSOS PRÓPRIOS

A implementação do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) representa um marco na trajetória da educação profissional inclusiva no estado, inscrevendo-se na dimensão extensionista e reforçando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O berço do PMM encontra-se na experiência do Curso de Camareira, projeto de extensão direcionado a mães de alunos do Projeto Fraldinha, desenvolvido pelo antigo CEFET/RN – Natal-Central, atendendo mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Em 2005, Bernard Lachance, ex-presidente da Associação dos Colleges Comunitários do Canadá (ACCC), presenciou a cerimônia de formatura desse projeto-piloto em Natal, testemunhando o contentamento das mulheres formadas e as possibilidades de trabalho nos hotéis (Brasil, 2011a). Esse depoimento, registrado na obra "Caminhos da Inclusão" (Brasil, 2011a), juntamente com outras falas de profissionais envolvidos, reforça os impactos positivos da cooperação internacional e reconhece o papel transformador dos Institutos Federais na promoção de uma educação comprometida com a inclusão e desenvolvimento social. Os resultados expressivos do Curso de Camareira foram basilares para a formulação do Projeto-piloto Mulheres Mil.

A inserção formal do IFRN no PMM iniciou-se na fase do projeto-piloto com a execução do subprojeto "Casa de Tilápia", desenvolvido entre 2007 e 2010, que qualificou cerca de trezentas mulheres em situação de vulnerabilidade social dos assentamentos rurais de Ceará-Mirim, Pureza e João Câmara. Por meio dessa ação, o IFRN promoveu cursos de formação profissional voltados ao beneficiamento e comercialização de pescado, além de incentivar a elevação da escolaridade das participantes, em parceria com prefeituras municipais e demais instituições locais.

Entre 2011 e 2013, o IFRN consolidou sua participação mediante adesão às Chamadas Públicas coordenadas pela SETEC/MEC, com objetivo de implantar Núcleos de Desenvolvimento do PMM nos Institutos Federais, capacitar servidores na metodologia específica do programa e garantir 100 matrículas por núcleo, ampliando o alcance e impacto social das ações formativas. A partir de 2013, com a integração do Mulheres Mil ao Pronatec (Brasil, 2011a), o IFRN manteve sua adesão e registrou diversas ofertas formativas em seus *campi*

com financiamento via Bolsa-Formação, modalidade que assegurou a continuidade até 2016.

Diante da redução e posterior ausência de repasses federais, o IFRN assumiu autonomamente a continuidade do PMM, destinando recursos próprios para projetos de extensão baseados na metodologia do programa. Essa decisão institucional, mantida até 2022, demonstra o comprometimento ético e político do IFRN com o direito das mulheres à educação, trabalho e inclusão social. Mesmo enfrentando cortes orçamentários e restrições fiscais que afetaram a Rede Federal, o IFRN permaneceu firme em fomentar práticas extensionistas emancipatórias, reafirmando a extensão como dimensão essencial da formação humana e desenvolvimento territorial sustentável.

A postura do IFRN em assegurar a continuidade do PMM com recursos próprios expressa autonomia institucional e resistência política ao enfraquecimento das políticas federais de financiamento à extensão. Tal decisão evidencia o compromisso com uma concepção de extensão crítica e socialmente referenciada, que transcende a execução de projetos e se constitui como espaço de produção de conhecimento e transformação social. Conforme análises de Mesquita e Baldoino (2021), as ações de extensão nos Institutos Federais enfrentaram uma "crise silenciosa" entre 2016 e 2022, marcada pela redução progressiva de recursos e subvalorização das ações voltadas à interação social. O caso do IFRN representa contra-hegemonia institucional, reafirmando a centralidade da extensão como dimensão formadora, promotora de cidadania e sustentáculo das políticas públicas de inclusão. Ao manter o PMM mesmo em cenário de restrição orçamentária, o IFRN demonstrou que o fortalecimento da extensão depende sobretudo de vontade política, sensibilidade social e compromisso ético com a educação pública emancipadora.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como estudo quali-quantitativo, descritivo e analítico, fundamentado em pesquisa documental e bibliográfica (Gil, 2002; Cellard, 2008), com objetivo de analisar a evolução orçamentária do Programa Mulheres Mil no IFRN entre 2016 e 2023. Os dados primários foram extraídos de: (1) documentos institucionais – Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) do IFRN, editais da PROEX e DIGAE; (2) dados orçamentários – planilhas do Sistema SUAP/IFRN; (3) políticas nacionais – Portarias MEC e Guia Metodológico MAPE. A revisão bibliográfica abrangeu artigos sobre orçamento público, gênero e educação profissional

(Budlender, 2002; Elson, 2006; Carlos *et al.*, 2024; Quirino; Lima Neto, 2021), priorizando publicações entre 2010-2024.

A análise quantitativa utilizou estatísticas descritivas, coeficiente de variação e periodização baseada em pontos de inflexão orçamentária (Field, 2009). A análise qualitativa aplicou análise documental temática aos PDIs e editais (Bardin, 2016), examinando institucionalização, mecanismos de financiamento e compromissos com equidade. A triangulação de dados quantitativos e qualitativos conferiu validade às interpretações (Minayo, 2005). A pesquisa limita-se a dados agregados do IFRN, utilizando exclusivamente informações públicas, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 (Brasil, 2011b) e a a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018)

3 ORÇAMENTO E POLÍTICA INSTITUCIONAL NO IFRN: UMA ANÁLISE CRÍTICA TEMPORAL DO FOMENTO À EXTENSÃO E AO PROGRAMA MULHERES MIL

Ao longo de 2007 a 2023, o IFRN ampliou progressivamente sua participação no Programa Mulheres Mil. A interiorização institucional, de 2 para 22 *campi,* permitiu ofertar cursos do PMM em todas as unidades. O envolvimento discente nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão favoreceu a institucionalização do PMM como programa permanente, predominantemente na área de extensão, conforme previsto no Projeto Político-Pedagógico institucional.

O PMM, presente nos PDI 2014-2018 (IFRN, 2014) e PDI 2019-2026 (IFRN, 2019), destaca-se como política pública de inclusão voltada à formação profissional e promoção da cidadania de mulheres em vulnerabilidade social e econômica. Esses documentos evidenciam que o programa é ação estruturante no campo da extensão, inserindo-se entre iniciativas que democratizam o acesso educacional e combatem desigualdades de gênero, raça, classe e território. A missão institucional do IFRN corresponde aos objetivos do PMM de promover inclusão social, autonomia e protagonismo feminino, reforçando valores de diversidade e equidade que fundamentam a implementação do programa.

A abordagem pedagógica do PMM, fundamentada na Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito (MAPE) e nos princípios freirianos de dialogicidade, problematização e empoderamento, reconhece os saberes das beneficiárias como ponto de partida para os processos formativos, conectando-os aos arranjos produtivos locais e demandas comunitárias. Temas como direitos humanos, inclusão digital, saúde da mulher e combate à violência de gênero permeiam a formação, ampliando sua dimensão cidadã.

O esforço institucional mais significativo do IFRN foi a decisão de assegurar a continuidade do PMM após o corte de recursos federais em 2016, quando cessou o financiamento via Pronatec/Bolsa-Formação. Esse posicionamento representa resistência político-pedagógica em momento de fragilização nacional das políticas afirmativas e ajuste fiscal que atingiu duramente a Rede Federal. A manutenção do programa, de 2016 a 2023, baseou-se exclusivamente em recursos orçamentários próprios do IFRN, evidenciando escolha deliberada de alocação orçamentária e prioridade institucional em contexto de escassez.

A sustentabilidade foi viabilizada por articulação estratégica entre a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e a Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis (DIGAE), que estabeleceram mecanismos complementares de financiamento compartilhado. A PROEX assumiu o fomento direto, lançando editais específicos de extensão que contemplaram bolsas para estudantes monitores, apoio pedagógico, custeio de materiais didáticos e recursos para execução das atividades formativas nos *campi*. Essa estratégia garantiu não apenas a oferta dos cursos, mas também infraestrutura pedagógica necessária para a qualidade das formações.

Paralelamente, a DIGAE incorporou as alunas do PMM aos Programas de Assistência Estudantil, assegurando auxílios financeiros de transporte e alimentação, recursos fundamentais para viabilizar a participação de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Sem esse apoio institucional estruturado, as beneficiárias enfrentariam barreiras intransponíveis para frequentar as aulas, inviabilizando suas trajetórias formativas. Essa articulação intersetorial demonstra compreensão institucional de que políticas de inclusão exigem suporte integrado que considere as múltiplas dimensões das desigualdades.

A mobilização de recursos internos permitiu atender mulheres, inclusive as mulheres trans, em diversos territórios, incluindo populações negras, indígenas, quilombolas e comunidades rurais em regiões historicamente excluídas, mantendo viva a função social do programa mesmo sem incentivo federal. Esse esforço revela compromisso com a transversalização das políticas de inclusão e reconhece que a efetividade de programas voltados a públicos vulneráveis depende da integração entre extensão, assistência estudantil e planejamento orçamentário.

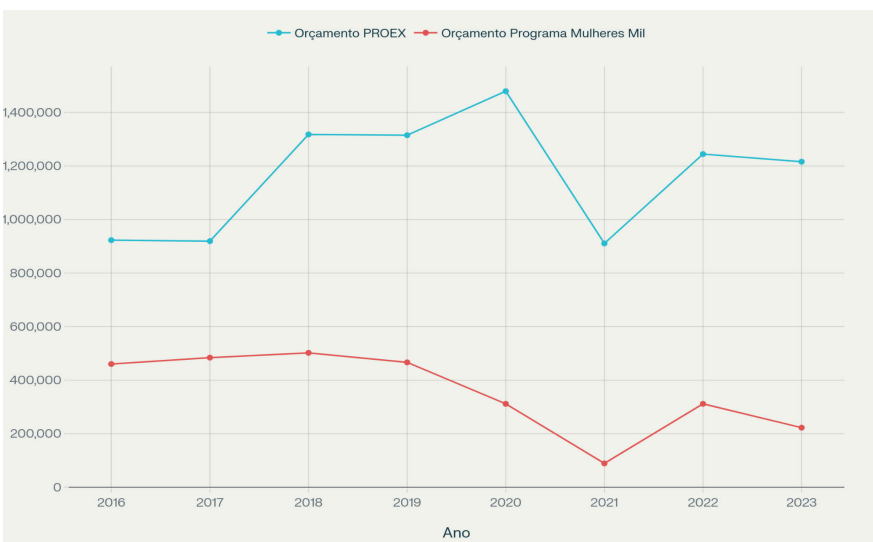
A articulação PROEX-DIGAE operacionalizou o princípio de equidade previsto nos PDIs, demonstrando que políticas afirmativas exigem não apenas previsão formal em documentos estratégicos, mas mecanismos concretos de financiamento, governança institucional e apoio integrado. A decisão do IFRN de manter o PMM com recursos próprios, durante sete anos consecutivos de ausência de fomento federal, consolida o programa como política institucional permanente e evidencia autonomia, resistência e compromisso ético-político do Instituto com a educação pública, inclusiva e emanci-

patória, reafirmando seu papel como agente de transformação social e promoção da equidade de gênero no estado do Rio Grande do Norte.

3.1 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS

A análise dos dados orçamentários do IFRN mostra que, embora o orçamento total da PROEX tenha apresentado crescimento de 31,76% no período 2016-2023 (Figura 1) e variação moderada (coeficiente de variação de 18,83%), os recursos destinados ao PMM sofreram redução acumulada de 51,65% e oscilaram de forma significativamente mais intensa (coeficiente de variação de 41,66%). Tal diferença reflete instabilidade e menor previsibilidade no financiamento do PMM, com efeitos sobre o planejamento de longo prazo, o alcance das ações e a efetividade das políticas de inclusão. Enquanto o orçamento da PROEX se manteve em patamares relativamente estáveis, o PMM foi 2,21 vezes mais volátil, evidenciando vulnerabilidade diante de contextos de ajuste fiscal e realinhamento político.

Figura 1 – Evolução orçamentária IFRN: PROEX e PMM (2016-2023)



Fonte: elaboração própria (2025).

Em períodos de crise fiscal ou de realinhamento político, como o verificado entre 2018 e 2021, o programa sofreu cortes drásticos. O ano de 2021 representa o ponto crítico dessa trajetória: com apenas R$88.970,40 destinados ao PMM (9,77% do orçamento da PROEX), o programa experimentou redução de 82,27% em relação a

2018 e atendeu apenas 4 projetos, contra 19 em 2018. Esse colapso orçamentário ocorreu em contexto nacional de desmonte intencional de políticas de gênero pelo governo federal (2019-2022), caracterizado por cortes orçamentários massivos na educação, extinção de conselhos e órgãos participativos, e adoção de discursos anti-gênero que deslegitimaram pautas de igualdade de gênero e transversalidade nas políticas públicas (Carlos *et al.*, 2024; Andes, 2021).

A recuperação observada entre 2021 e 2023, embora significativa em termos relativos (crescimento de 150% em relação ao ponto mais baixo), revela-se insuficiente para recolocar o programa em patamar equivalente ao início da série histórica. Com recursos em 2023 ainda 51,65% abaixo de 2016 e representando apenas 18,29% do orçamento da PROEX, o programa opera em condições estruturalmente mais precárias, atendendo 10 projetos em 2023 contra 11 em 2016, mas com alcance reduzido em termos de beneficiárias e abrangência territorial.

Sob a perspectiva do Orçamento Sensível a Gênero (OSG), a trajetória do PMM no IFRN ilustra os desafios da institucionalização de políticas de inclusão: a sustentabilidade das ações depende não apenas de planejamento estratégico formal expresso nos PDIs, mas da garantia de recursos adequados, estáveis e crescentes que considerem as vulnerabilidades específicas do público-alvo e protejam as políticas afirmativas mesmo em momentos de restrição fiscal (Brasil, 2022). A literatura sobre orçamento público e gênero aponta que somente o reforço desse compromisso – pela transversalização das políticas de gênero em todos os instrumentos de gestão, pelo acompanhamento crítico dos dados financeiros e pela blindagem orçamentária de programas voltados a populações vulneráveis – pode promover avanços significativos na democratização do acesso à educação profissional e na redução de desigualdades estruturais (Nascimento, 2016).

Portanto, o estudo do orçamento do PMM entre 2016 e 2023 no IFRN evidencia a importância das políticas afirmativas institucionalizadas e aponta para a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de proteção orçamentária. O caso do IFRN demonstra avanços relevantes em termos de institucionalização, execução e abrangência territorial, mas reforça o alerta sobre a vulnerabilidade das políticas de gênero frente à volatilidade orçamentária e às mudanças de conjuntura política. A consolidação da inclusão social e da equidade de gênero exige, mais do que diretrizes oficiais, práticas efetivas de priorização institucional e monitoramento sistemático dos fluxos financeiros, assegurando que compromissos declarados nos PDIs, editais e instrumentos normativos se traduzam em realidades concretas para as mulheres atendidas.

3.2 ASSIMETRIA ORÇAMENTÁRIA E HIERARQUIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO

Os dados evidenciam trajetórias divergentes entre o orçamento total da PROEX e os recursos destinados ao PMM: enquanto o primeiro apresentou crescimento acumulado de 31,76% no período analisado, com coeficiente de variação moderado (18,83%), o segundo sofreu redução de 51,65%, com volatilidade 2,21 vezes superior (coeficiente de variação de 41,66%). Essa assimetria não é mera consequência de flutuações econômicas aleatórias, mas expressa o que Nascimento (2016) e Farah (2004) identificam como hierarquização orçamentária de gênero: processo estrutural pelo qual políticas voltadas a públicos específicos – especialmente mulheres em vulnerabilidade social – são sistematicamente priorizadas negativamente em relação a ações universalistas, mesmo quando ambas compartilham o mesmo espaço institucional.

A proporção de recursos do PMM em relação ao orçamento da PROEX ilustra essa dinâmica: partindo de 49,85% em 2016 e alcançando pico de 52,66% em 2017, o programa experimentou declínio progressivo até atingir o ponto crítico de 9,77% em 2021, recuperando-se parcialmente para 18,29% em 2023 – percentual ainda 64,3% inferior ao nível inicial. Essa trajetória contrasta com o crescimento do orçamento geral da PROEX, que em 2023 estava 31,76% acima de 2016, indicando que a priorização institucional do PMM diminuiu não por absoluta indisponibilidade de recursos, mas por decisões alocativas que favoreceram outras dimensões da extensão.

A literatura sobre políticas públicas de gênero (Bandeira, 2005; Piscitelli, 2008; Hirata, 2014) enfatiza que a transversalização da perspectiva de gênero requer mais do que declarações formais de compromisso: exige mecanismos institucionais que protejam programas afirmativos de flutuações políticas e econômicas. A ausência de tais mecanismos no IFRN – evidenciada pela ausência de "blindagem orçamentária" do PMM mesmo em anos de crescimento da PROEX – revela lacuna institucional crítica entre institucionalização simbólica (PDIs, editais, missão) e institucionalização substantiva (proteção orçamentária, priorização em momentos de crise, crescimento proporcional ao orçamento geral).

3.3 VOLATILIDADE ORÇAMENTÁRIA E COMPROMETIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL

A alta volatilidade dos recursos destinados ao PMM (CV de 41,66%) compromete três dimensões fundamentais da efetividade de políticas públicas: previsibilidade, sustentabilidade e capacidade institucional. Howlett, Ramesh e Perl (2013) argumentam que programas sociais requerem estabilidade orçamentária mínima para consolidar processos de implementação, formar redes de apoio, qualificar equipes e

alcançar resultados mensuráveis. No caso do PMM, as oscilações drásticas – com recursos variando de R$ 501.900,00 (2018) a R$ 88.970,40 (2021), queda de 82,27% – inviabilizam planejamento estratégico de médio e longo prazo, afetam a credibilidade institucional junto às comunidades atendidas e comprometem a formação de parcerias estáveis com organizações sociais e movimentos de mulheres.

O impacto sobre a capacidade de execução é mensurável: o número de projetos variou de 19 (2018) para apenas 4 (2021), representando redução de 78,9% na abrangência territorial e populacional do programa. Considerando que cada projeto atende em média 22 mulheres (Portal do IFRN, 2024), essa contração significa que aproximadamente 330 mulheres deixaram de ser beneficiadas entre 2018 e 2021. Esses números transcendem estatísticas: cada mulher não atendida representa trajetória educacional interrompida, oportunidade de qualificação profissional perdida, ciclo de vulnerabilidade não rompido e potencial de autonomia econômica não realizado (Quirino; Lima Neto, 2021; Oliveira; Silva, 2022).

Adicionalmente, a redução do custo médio por projeto de R$41.818,18 (2016) para R$22.242,60 (2020-2023) – queda de 46,8% – suscita questionamentos sobre possível compressão da qualidade das ofertas. Embora essa redução possa refletir ganhos de eficiência operacional ou economias de escala, a literatura sobre educação profissional alerta para riscos de precarização pedagógica quando recursos financeiros são sistematicamente reduzidos (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012). A diminuição de recursos pode afetar carga horária dos cursos, qualidade de materiais didáticos, infraestrutura de laboratórios, remuneração de professores e apoio pedagógico individualizado — dimensões fundamentais para a efetividade da Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito (MAPE), que caracteriza o PMM (SETEC/MEC, 2011).

3.4 PERIODIZAÇÃO E DETERMINANTES CONTEXTUAIS DAS OSCILAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A análise temporal permite identificar três períodos distintos, cada um condicionado por determinantes políticos, econômicos e institucionais específicos:

a. Período 1 (2016-2018): Consolidação Institucional. Caracterizado por crescimento moderado (9,11%) e elevada proporção orçamentária (46,87%), este período reflete o compromisso do IFRN com o PMM após a interrupção do financiamento federal. A decisão de manter o programa com recursos próprios, mobilizando PROEX e DIGAE, atesta autonomia institucional (Arretche, 2012). Contudo, essa autonomia mostrou-se limitada posteriormente, evidenciando que instituições federais operam

constrangidas por decisões macroestruturais (Abrucio, 2005).

b. Período 2 (2018-2021): Colapso Orçamentário e Desmonte Nacional. A queda dramática de 82,27% vincula-se ao desmonte intencional de políticas de gênero no Brasil (2019-2022), caracterizado por extinção de conselhos e redução orçamentária federal (Carlos *et al.*, 2024). Cortes de 18,2% no orçamento das instituições de ensino afetaram programas de extensão, e a pandemia de COVID-19 potencializou esses efeitos, redirecionando recursos e dificultando ofertas presenciais para públicos vulneráveis (Portal do IFRN, 2021).

c. Período 3 (2021-2023): Recuperação Parcial e Dependência de Trajetória. O crescimento de 150% reflete o esforço de retomada, estimulado pelo relançamento nacional via Portaria MEC nº 725/2023 (Brasil, 2023). Contudo, os recursos em 2023 permanecem 51,65% inferiores a 2016 e representam apenas 18,29% do orçamento da PROEX. Essa assimetria entre queda (82% em três anos) e recuperação (ainda -51% após oito anos) ilustra a dependência de trajetória em políticas públicas (Pierson, 1993), evidenciando a fragilidade estrutural do programa.

3.5 ORÇAMENTO SENSÍVEL A GÊNERO COMO IMPERATIVO INSTITUCIONAL

A trajetória do PMM no IFRN demonstra a insuficiência de institucionalização formal (PDIs, editais, missão declarada) sem institucionalização substantiva (mecanismos orçamentários de proteção). A perspectiva do Orçamento Sensível a Gênero (OSG), desenvolvida por organismos internacionais (ONU Mulheres, 2015; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2020) e recomendada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento brasileiro (Brasil, 2022), oferece ferramentas conceituais e metodológicas para enfrentar esse desafio.

O OSG não se limita a criar programas específicos para mulheres, mas implica transversalizar a perspectiva de gênero em todo o ciclo orçamentário, mediante: (a) análise de impacto de gênero de todas as alocações orçamentárias; (b) mecanismos de proteção que impeçam cortes desproporcionais em políticas afirmativas; (c) indicadores de monitoramento desagregados por sexo, raça e território; (d) participação social de beneficiárias e movimentos sociais na definição de prioridades; e (e) prestação de contas sobre como o orçamento afeta diferentemente mulheres e homens (Budlender, 2002; Elson, 2006; Silveira, 2004).

No caso do IFRN, a adoção do OSG poderia ter estabelecido piso orçamentário para o PMM vinculado ao orçamento geral

da PROEX, impedindo que o programa fosse reduzido a menos de 10% dos recursos mesmo em momentos de crise. Adicionalmente, análises de impacto de gênero poderiam ter evidenciado que cortes no PMM afetam desproporcionalmente mulheres negras, pobres e periféricas – dimensão invisibilizada quando decisões alocativas consideram apenas agregados orçamentários sem desagregação por marcadores sociais (Hirata, 2014; Nascimento, 2016).

3.6 LIMITES DA AUTONOMIA INSTITUCIONAL E DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS

Embora seja necessário reconhecer o esforço institucional do IFRN em manter o PMM ativo com recursos próprios após o fim do financiamento federal, é igualmente fundamental problematizar os limites dessa autonomia. A literatura sobre federalismo educacional (Arretche, 2012; Abrucio, 2005) demonstra que instituições subnacionais operam constrangidas por decisões macroestruturais que definem volume total de recursos, regras de execução orçamentária e prioridades nacionais.

O colapso de 2021 evidencia que, em contextos de crise fiscal severa e desmonte deliberado de políticas de gênero no âmbito federal, a capacidade de resistência institucional é limitada. O IFRN não conseguiu blindar integralmente o PMM dos efeitos do desmonte nacional, ainda que tenha evitado a extinção completa do programa – destino de várias iniciativas similares em outras instituições (Carlos *et al.*, 2024).

Essa constatação aponta para a necessidade de articulação entre estratégias institucionais locais (adoção de OSG, proteção orçamentária, articulação PROEX-DIGAE) e mobilização política nacional (pressão por retomada de financiamento federal, participação em redes de instituições comprometidas com equidade de gênero, diálogo com movimentos sociais). Políticas afirmativas sustentáveis requerem ecossistemas institucionais favoráveis, que combinem vontade política local, recursos adequados e ambiente normativo nacional que reconheça e valorize a agenda de gênero (Bandeira, 2005; Farah, 2004).

3.7 IMPACTOS MULTIDIMENSIONAIS SOBRE AS BENEFICIÁRIAS

Para além dos números orçamentários e de projetos, é fundamental compreender os impactos concretos sobre as vidas das mulheres que o programa se propõe a atender. Fraser (2009) argumenta que justiça social exige articulação entre três dimensões: reconhecimento (valorização da identidade e cultura), redistribuição (acesso a recursos materiais) e representação (participação política). O PMM oferece reconhecimento ao validar saberes de mulheres em vulnerabilidade e representação ao promover protagonismo comunitário, mas sua efetividade redistributiva depende fundamentalmente de recursos orça-

mentários que garantam acesso, permanência e êxito (SETEC/MEC, 2011; Quirino; Lima Neto, 2021).

A redução de 330 mulheres atendidas entre 2018 e 2021 significa não apenas números, mas trajetórias interrompidas: mães que não puderam qualificar-se para melhorar condições de vida de suas famílias, trabalhadoras informais que não acessaram formação para inserção no mercado formal, mulheres em situação de violência doméstica que não encontraram no programa espaço de fortalecimento e autonomia. A literatura sobre educação profissional e gênero demonstra que programas como o PMM, quando adequadamente financiados e implementados, produzem impactos que transcendem empregabilidade, fortalecendo autoestima, ampliando redes de apoio, promovendo saúde mental e possibilitando rupturas com ciclos de violência (Quirino; Lima Neto, 2021; Oliveira; Silva, 2022).

A compressão orçamentária, portanto, não reduz apenas "custos" — reduz possibilidades de transformação social. Cada real não investido no PMM representa potencial de mudança não realizado, perpetuando estruturas de desigualdade que o programa foi criado para enfrentar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DA RETÓRICA À PRÁTICA ORÇAMENTÁRIA

A análise quantitativa e crítica dos dados orçamentários do IFRN entre 2016 e 2023 revela que o compromisso institucional com a inclusão de gênero, embora formalmente declarado em PDIs e missão institucional, enfrentou limites estruturais quando confrontado com restrições fiscais e mudanças políticas nacionais adversas. A trajetória do PMM ilustra o dilema central das políticas afirmativas no Brasil: vulnerabilidade orçamentária crônica, baixa priorização em contextos adversos e dependência excessiva de vontades políticas contingentes.

Para que o IFRN – e instituições similares – avancem da retórica da inclusão para práticas efetivas de equidade, é necessário reformular instrumentos de planejamento e orçamento à luz do paradigma do Orçamento Sensível a Gênero, garantindo que mulheres em vulnerabilidade social não sejam, novamente, as primeiras a pagar o preço de ajustes fiscais. Como argumenta Fraser (2009), justiça social exige reconhecimento, redistribuição e representação: o PMM oferece reconhecimento e, em parte, representação, mas sua efetividade redistributiva depende fundamentalmente de decisões orçamentárias que, até o momento, revelaram-se insuficientes para romper ciclos históricos de desigualdade.

A experiência do IFRN demonstra que boa vontade política e planejamento formal são condições necessárias, mas não suficientes. Equidade de gênero exige compromissos orçamentários concretos, mecanismos de proteção institucional e monitoramento sistemático que transformem diretrizes em realidades para as mulheres que mais necessitam.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 41-67, jun. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/bFXNKRFJCyGBw3ybVkfhLMv/. Acesso em: 23 out. 2025.

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Fiocruz, 2012.

BALDOINO, Luciana dos Santos Machado. **A visibilidade e concepção de extensão no Instituto Federal Goiano – *Campus* Morrinhos**. 2023. 220f. Tese (Doutorado em Educação) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023.

BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Brasília: CEPAL; SPM, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei n. 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/[...]/l13709.htm. Acesso em: 5 dez. 2025..

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 683**, de 27 de agosto de 2021. Revoga atos normativos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2021a. Seção 1, p. 34. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-683-de-27-de-agosto-de-2021-341348240. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 684**, de 27 de agosto de 2021. Revoga dispositivos sobre o Programa Nacional Mulheres Mil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2021b. Seção 1, p. 34. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-684-de-27-de-agosto-de-2021-341348320. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 725**, de 13 de abril de 2023. Institui o Programa Mulheres Mil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 abr. 2023. Edição 72, Seção 1, p. 16. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-725-de-13-de-abril-de-2023-477358915. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.015**, de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jul. 2011. Seção 1, p. 38.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.042**, de 21 de dezembro de 2021c. Regulamenta a Bolsa-Formação do Pronatec. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2021. Seção 1, p. 45.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Relatórios de Gestão 2010-2023**. Brasília: SETEC/MEC, 2010-2023. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Guia para a transversalidade de gênero nas políticas públicas, no planejamento e no orçamento**. Brasília: MPO, 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 out. 2011b.

BUDLENDER, Debbie (org.). **Gender budgets make cents**: understanding gender responsive budgets. London: Commonwealth Secretariat, 2002.

CARLOS, Euzeneia *et al.* Desmonte de políticas públicas no governo Bolsonaro: mudanças nas políticas para mulheres, de igualdade racial e de direitos de LGBTQIA+. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 122, p. 83-124, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/CGxnsHdHkncmzdNWh5JPRQn/. Acesso em: 23 out. 2025.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CICAN; ASIAN DEVELOPMENT BANK. **The role of community colleges in skills development**: lessons from the Canadian experience for developing Asia. Mandaluyong City: Asian Development Bank, 2015. Disponível em: https://www.adb.org/sites/default/

files/publication/177058/role-community--colleges-skills-development.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

CONIF. **Programa Avaliação e Impactos da Cooperação Canadá-Brasil**: relatório executivo. Brasília: CONIF, 2023.

COSTA, Maria Carolina Xavier da; LIMA NETO, Avelino Aldo de. **Nossas preciosas**: violência de gênero, práticas pedagógicas e acolhimento de mulheres estudantes no ensino médio integrado no IFRN. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

ELSON, Diane. **Budgeting for women's rights**: monitoring government budgets for compliance with CEDAW. Nova York: UNIFEM, 2006.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FIELD, Andy. **Descobrindo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASER, Nancy. **Scales of justice**: reimagining political space in a globalizing world. Nova York: Columbia University Press, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018**. Natal: IFRN, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2026**. Natal: IFRN, 2019. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/12772/PDI_2019-2026_-1.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatórios de Gestão 2010-2023**. Natal: IFRN, 2010-2023. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br. Acesso em: 23 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis**. Editais de Assistência Estudantil 2016-2025. Natal: DIGAE/IFRN, 2016-2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Pró-Reitoria de Extensão. **Editais de Extensão 2016-2024**. Natal: PROEX/IFRN, 2016-2024.

MESQUITA, Shirleide Pereira da Silva Cruz; BALDOINO, Luciana dos Santos Machado. Extensão e políticas públicas no Instituto Federal Goiano. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 21, p. e12345, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOTA, C. R. S. HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública:** seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

NASCIMENTO, Joice Xavier do. Políticas públicas e desigualdade de gênero na sociedade capitalista: uma análise a partir do orçamento público. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 21, n. 1, p. 144-166, jan./jun. 2016.

OCDE. **Gender budgeting in OECD countries**. Paris: OECD Publishing, 2020.
ONU MULHERES. **Igualdade de gênero e orçamento público**. Brasília: ONU Mulheres Brasil, 2015.

PIERSON, Paul. When effect becomes cause: policy feedback and political change. World Politics, v. 45, n. 4, p. 595-628, jul. 1993. doi:10.2307/2950710

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

PORTAL IFRN. **Programa Mulheres Mil**. Natal: IFRN, 2024. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/institucional/extensao/assessoria-de-programas-e-convenios/programas/mulheres-mil/. Acesso em: 23 out. 2025.

QUIRINO, Gisele Dias; LIMA NETO, Avelino Aldo de. O Programa Mulheres Mil no *Campus* Canguaretama do IFRN: análise socioeconômica e educativa. **Revista da FAEEBA**: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 30, n. 63, p. 270-289, jul./set. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n63.p270-289. Acesso em: 23 out. 2025.

ROCHA, Rita de Cássia. **O Programa Nacional Mulheres Mil no contexto das políticas públicas de educação profissional no Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ROCHA, Rita de Cássia; SILVA, Lenina Lopes Soares. O acordo bilateral Brasil-Ca-

nadá na educação profissional para o programa Mulheres Mil. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 20, p. e12952, 2021. DOI: 10.15628/rbept.2021.12952. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12952. Acesso em: 23 out. 2025.

SETEC/MEC. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2011.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). Congresso aprova orçamento de 2021 com cortes para ciência, tecnologia, saúde e educação. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/congresso-aprova-orcamento-de-2021-com-cortes-para-ciencia-tecnologia-saude-e-educacao1>. Acesso em: 23 out. 2025.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. *In*: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 65-75.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

Curricularização da Extensão no IFCE: da Norma Nacional à Implementação Institucional

Curricularization of Extension at IFCE: from National Standards to Institutional Implementation

Curricularización de la Extensión en el IFCE: de la Norma Nacional a la Implementación Institucional

Ana Cláudia Uchôa Araújo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
ana@ifce.edu.br

Érica Fernandes Dias
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
erica.fernandes@ifce.edu.br

Resumo

Este artigo analisa o processo de implementação da Curricularização da Extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), destacando as ações e estratégias adotadas pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), os normativos nacionais e os internos. A Curricularização da Extensão representa um marco regulatório fundamental para a Educação Superior Brasileira, impulsionada pela Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) e consolidada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018. Esta pesquisa, de natureza documental e bibliográfica, concentra-se na análise da Resolução nº 63/2022, do Guia da Curricularização

(3ª Edição) e da série de encontros formativos denominados "Trilha de Aprendizagem", ofertados pelo Instituto Federal do Ceará. Os resultados demonstram que a implementação, ainda em curso, estabeleceu um modelo que abrange os cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, apoiado em um processo contínuo de formação e orientação para a comunidade acadêmica e em alinhamento com os 33 *campi* do IFCE, respeitando as diversas realidades e reconhecendo os avanços e desafios. Conclui-se, desta forma, que a experiência do IFCE pode servir de inspiração e referência para outras instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) na busca pela integração indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Curricularização da Extensão; IFCE; Educação Profissional e Tecnológica.

Abstract

This article analyzes the process of implementing Curricularization of Extension programs at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Ceará (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE), highlighting the actions and strategies adopted by the Dean of Extension (Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT), as well as national and internal regulations. The Curricularization of Extension programs represents a fundamental regulatory milestone for Brazilian higher education, driven by Goal 12.7 of the National Education Plan (Plano Nacional de Educação – PNE) and consolidated by Resolution CNE/CES No. 7/2018. This documentary and bibliographic research focuses on the analysis of Resolution No. 63/2022, the Curriculum Guide (3rd Edition), and the series of training meetings called “Learning Trail,” offered by the Federal Institute of Ceará. The results show that the implementation, which is still ongoing, has established a model that covers technical, undergraduate, and graduate courses, supported by a continuous process of training and guidance for the academic community and in alignment with the 33 IFCE campuses, respecting the diverse realities and recognizing the advances and challenges. It can therefore be concluded that the IFCE experience can serve as inspiration and a reference for other institutions in the Federal Network for Professional, Scientific, and Technological Education (Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT) in

the pursuit of the inseparable integration of teaching, research, and extension.

Keywords: Curricularization of Extension; IFCE; Professional and Technological Education.

Resumen

Este artículo analiza el proceso de implementación de la Curricularización de la Extensión en el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Ceará (IFCE), destacando las acciones y estrategias adoptadas por el Prorrectorado de Extensión (PROEXT), las normativas nacionales e internas. La Curricularización de la Extensión representa un hito normativo fundamental para la Educación Superior brasileña, impulsada por la Meta 12.7 del Plan Nacional de Educación (PNE) y consolidada por la Resolución CNE/CES n.º 7/2018. Esta investigación, de carácter documental y bibliográfico, se centra en el análisis de la Resolución n.º 63/2022, la Guía de Curricularización (3.ª edición) y la serie de jornadas formativas denominadas "Ruta de Aprendizaje", impartidas por el Instituto Federal de Ceará. Los resultados demuestran que la implementación, aún en curso, ha establecido un modelo que abarca cursos técnicos, de licenciatura y posgrado, respaldado por un proceso continuo de capacitación y orientación para la comunidad académica y alineado con los 33 campus del IFCE, respetando las diversas realidades y reconociendo los avances y desafíos. Se concluye, por lo tanto, que la experiencia del IFCE puede servir de inspiración y referencia para otras instituciones de la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica (RFEPCT) en la búsqueda de la integración inseparable entre docencia, investigación y extensión.

Palabras clave: Curricularización de la Extensión; IFCE; Educación Profesional y Tecnológica.

1 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFCE

Os Institutos Federais nasceram com a missão de integrar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com o Ensino Superior (graduação e pós-graduação), e a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão. Essa natureza multi*campi* e multinível dos IFs confere à Curricularização da Extensão, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), uma dimensão mais ampla do que nas universidades tradicionais.

A Extensão, um dos pilares no IFCE, ao lado do ensino, da pesquisa e da Inovação, com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014), foi redesenhada a partir da Meta 12.7 do PNE, que estabelece a diretriz de que, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares dos cursos de graduação deveriam ser destinados a programas e projetos de extensão universitária, a qual denominamos aqui de acadêmica, dada a nossa natureza institucional ligada à oferta de educação profissional e tecnológica.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 (Brasil, 2018) define a extensão como um processo que deve se integrar à matriz curricular, promovendo a interação transformadora entre a instituição de ensino superior e a sociedade. A obrigatoriedade de sua Curricularização, prevista para ser implementada até dezembro de 2022, teve seu prazo prorrogado pelo Parecer CNE/CES nº 498/2020 (Brasil, 2020), em virtude dos desafios impostos pela pandemia de COVID-19, a qual afetou todas as dimensões da vida humana no nosso planeta.

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) assumiu o desafio de partir da norma nacional para uma política institucional própria. Destarte, este artigo tem como objetivo analisar o processo de implementação da Curricularização da Extensão no IFCE, destacando as ações e estratégias capitaneadas pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), os normativos nacionais e os internos para a efetivação dessa política.

Um diferencial na regulamentação da Curricularização no IFCE é a sua abrangência multinível: graduação, pós-graduação e cursos técnicos de nível médio. Essa regulamentação demonstra o esforço do IFCE em integrar a extensão em todos os níveis de formação, reforçando o caráter social e transformador da EPT.

2 O MARCO REGULATÓRIO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFCE

O IFCE formalizou a Curricularização da Extensão, no âmbito das Pró-reitorias de Extensão, de Ensino e de Pesquisa e Inovação. Essas unidades estratégicas juntas a outras, além de docentes e técnicos administrativos que estão diretamente ligados à pauta que permeia o atendimento da Resolução CNE/CES nº 7 (Brasil, 2018), do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior, compuseram uma Comissão de acompanhamento e criaram uma série de documentos, com destaque para a Resolução nº 63 (Brasil, 2022a), que normatizou e estabeleceu os princípios e procedimentos pedagógicos e administrativos para a inclusão das atividades de extensão nos currículos. É importante informar que o referido documento revogou a Resolução nº 41/2022 a qual já trazia em seu artigo primeiro a definição de curricularização da extensão, enquanto "(...) inserção de ações de extensão na formação do estudante como componente curricular obrigatório para a integralização do curso no qual esteja matriculado (IFCE, 2022, p.1)", demonstrando, assim, um processo formativo e de aprimoramento contínuo da política interna. Esses documentos estão depositados no site oficial do IFCE, junto a outros documentos balizadores e as trilhas de aprendizagem.

A Resolução nº 63/2022 (Brasil, 2022a), documento central que rege a Curricularização da Extensão no IFCE, abrange os cursos de graduação, os cursos técnicos de nível médio e de pós-graduação, integrando a extensão em todos os níveis de ensino da instituição. Posteriormente, a Resolução CONSUP/IFCE nº 83 (Brasil, 2022b), de 05 de julho de 2023, alterou o Anexo I da Resolução nº 63/2022, ajustando e consolidando os procedimentos.

Devido a sua abrangência multinível, o IFCE, para alcançar essa realidade da Instituição, traz a seguinte distribuição, segundo a Resolução nº 63, de 6 de outubro de 2022:

> **Cursos de Graduação**: A Curricularização deve corresponder a, no mínimo, 10% da carga horária total do curso, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 7/2018.
>
> **Cursos de Pós-graduação** (*lato sensu* e *stricto sensu*): A inserção da extensão é prevista em até 5% da carga horária total do curso.
>
> **Cursos Técnicos de Nível Médio**: A inserção da Curricularização é facultada aos *campi* e cursos, em até 5% da carga horária total, reconhecendo a natureza da formação técnica e profissional (Resolução nº 63, de 06 de outubro de 2022).

A Resolução nº 63/2022 do IFCE detalha ainda as formas de inserção da extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), estabelecendo três modalidades distintas (Art. 8º, Anexo I).

Tabela 1 – As três modalidades de curricularização

Modalidade	Descrição	Atuação das Pró-Reitorias
Modalidade I	Inserção e integração de atividades de extensão em componentes curriculares já estabelecidos no PPC. O professor insere conteúdo e atividades extensionistas em sua disciplina, sem a criação de um novo componente curricular.	A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) atua na orientação para a adequação dos PPCs e na validação da inserção nos planejamentos dos cursos, por meio de documentos como as Notas Informativas PROEN Nº 1/2022 e Nº 2/2022 7.
Modalidade II	Criação de Unidade Curricular Específica de Extensão. Criação de um ou mais componentes curriculares específicos (ex: Disciplina de Projeto de Extensão) para integralizar o percentual da carga horária exigido.	A PROEN é a instância responsável por analisar e aprovar a criação desses novos componentes curriculares, garantindo o alinhamento pedagógico e normativo.
Modalidade III	Atividades de extensão diversas, promovidas no âmbito do IFCE, desde que previstas no PPC. Inclui a validação de atividades de extensão já existentes, como Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), para o cumprimento da carga horária.	A PROEN e a PROEXT atuam conjuntamente na definição dos critérios de validação e certificação dessas atividades, detalhados no Ofício Conjunto Circular nº 1/2023

Fonte: https://portal.ifce.edu.br/institucional/extensao/curricularizacao-da-extensao/

Essa regulamentação demonstra o esforço do IFCE em integrar a extensão em todos os níveis de formação, reforçando o caráter social e transformador da EPT.

É importante destacar o arcabouço normativo do IFCE, em relação à implementação da Curricularização da Extensão. Abaixo, elencamos as principais normas e outros documentos:

- Resolução CONSUP/IFCE nº 83, de 05 de julho de 2023 – Altera o Anexo I da Resolução nº 63, de 6 de outubro de 2022, que trata da normatização e estabelecimento dos princípios e procedimentos pedagógicos e administrativos para os cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação, para a inclusão das atividades de extensão, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará;
- Resolução Nº 41, de 26 de maio de 2022 – Normatização da Curricularização da Extensão, no âmbito do IFCE;

- Nota Informativa Nº 1/2022 PROEN/REITORIA-IFCE – Orientações acerca da implantação da Curricularização da extensão, no âmbito dos cursos de graduação do IFCE;
- Nota Informativa Nº 2/2022 PROEN/REITORIA-IFCE – Orientações complementares acerca da implantação da Curricularização da Extensão, no âmbito dos cursos de graduação do IFCE;
- Guia da Curricularização – 3ª Edição – Versão publicada do Guia da Curricularização do IFCE;
- Modelo de Edital de Apoio à Curricularização da Extensão no IFCE – Instrumento de fomento que dispõe sobre normas e instruções para a seleção de atividades de extensão com foco na Curricularização, garantindo apoio financeiro e institucional às iniciativas;
- Ofício-Circular nº 31/2025/PROEXT/REITORIA-IFCE – Encaminhamento de informações sobre o seguro estudantil para visitas técnicas e viagens, no âmbito da Extensão e sua Curricularização;
- Ofício-Circular nº 27/2024/PROEXT/REITORIA-IFCE – Procedimentos para Recebimento de Estudantes de Outras Instituições de Ensino Superior para Desenvolvimento de Atividades de Curricularização da Extensão;
- Ofício Conjunto Circular nº 1/2023 CCPE/DEA/PROEXT/PROEN/REITORIA – Detalha a emissão de declaração e/ou certificação das atividades curricularizadas nas modalidades I, II e III;
- Ofício-Circular nº 35/2023/PROEXT/REITORIA-IFCE – Orientações de participação dos Núcleos/Estruturas da Extensão nas atividades de Curricularização da Extensão;
- Ofício conjunto circular nº 01/2021 PROEXT/PROEN/PRPI/REITORIA – Trata de ações de extensão nos cursos do IFCE;
- Ofício-circular nº 69/2021/PROEXT/REITORIA-IFCE – Trata de convite para palestra "Trilha de Aprendizagem para a Curricularização da Extensão no IFCE: Construindo Caminhos";
- Ofício-circular nº 115/2021/PROEXT/REITORIA – Trata de convite para palestra "Disciplina de responsabilidade social: o que ela tem a ver com a Curricularização da Extensão?";
- Ofício-circular nº 136/2021/PROEXT/REITORIA – Trata da divulgação da gravação da palestra "Disciplina de responsabilidade social: o que ela tem a ver com a Curricularização da Extensão?";
- Ofício-circular nº 147/2021/PROEXT/REITORIA-IFCE – Trata da divulgação da gravação da palestra "A

Curricularização da Extensão no IFPI: relato de experiência do curso de licenciatura em Física - *Campus* Parnaíba";

- Apresentação PROEXT-IFPE – Trata da Primeira Trilha da Curricularização da Extensão;
- Apresentação PROEXT-IFCE – Trata da apresentação sobre a Curricularização da Extensão, utilizada nos encontros pedagógicos nos *campi*;
- Apresentação IFPI Parnaíba – Trata da apresentação sobre a Curricularização da Extensão no IFPI: Relato de experiência do curso de Licenciatura em Física;
- Apresentação dos Slides Base do IFCE – Trata dos Slides Base sobre o lançamento da consulta pública da minuta da Curricularização da Extensão.

Toda essa base documental demonstra o compromisso institucional em tornar público o sentido da Curricularização da Extensão, ao passo em que busca a sua consolidação na cultura interna.

3 O GUIA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E AS TRILHAS DE APRENDIZAGEM: ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO E ORIENTAÇÕES

Além do arcabouço normativo, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) do IFCE desenvolveu estratégias pedagógicas e de formação para garantir a orientação, a apropriação e a efetivação da Curricularização pela comunidade acadêmica.

3.1 O GUIA DA CURRICULARIZAÇÃO

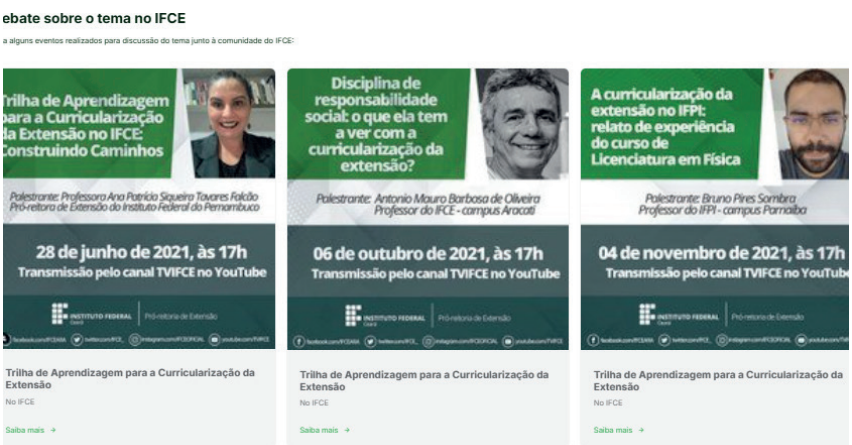
O Guia da Curricularização da Extensão já se encontra em sua 3ª Edição, ressaltando-se que a cada necessidade de mudança em nosso normativo legal, fez-se uma reedição do Guia, incorporando-a. Esse guia, resultado de um amplo trabalho de estudos e debates, serve como um manual prático para coordenadores de curso, coordenadores de extensão, docentes e técnicos administrativos envolvidos na reformulação e criação dos Projetos Pedagógicos de Cursos e na execução das atividades de extensão. O Guia detalha os conceitos, as modalidades de inserção curricular e os fluxos administrativos necessários para o registro e a certificação das ações.

3.2 A TRILHA DE APRENDIZAGEM

Uma outra estratégia da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) do IFCE foi a criação da *Trilha de Aprendizagem para a Curricularização da Extensão no IFCE: Construindo Caminhos.* Consolidou-se em uma

série de encontros formativos, promovida pela PROEXT, como se vê nas Figuras 1 a 3, com o objetivo de aprofundar o debate, compartilhar experiências e capacitar os servidores para a implementação da *Política de Curricularização da Extensão no IFCE.*

Figura 1 – Trilha de aprendizagem



Fonte: https://portal.ifce.edu.br/institucional/extensao/curricularizacao-da-extensao/

Figura 2 – Trilha de aprendizagem



Fonte: https://portal.ifce.edu.br/institucional/extensao/curricularizacao-da-extensao/

Figura 3 – Trilha de aprendizagem



Fonte: https://portal.ifce.edu.br/institucional/extensao/curricularizacao-da-extensao/

A tabela a seguir ilustra a diversidade de temas e a continuidade da formação oferecida pelo IFCE.

Tabela 2 – Trilhas, temas e relevâncias

Trilha	**Tema Central e Relevância**
1ª a 3ª Trilhas	Foco na fundamentação teórica e normativa da Curricularização, com a participação de especialistas para estabelecer as bases conceituais.
4ª Trilha	Abordagem do Projeto Integrador como metodologia para a Curricularização, destacando a integração entre ensino, pesquisa e extensão.
5ª Trilha	Relato de Experiência do Projeto Casa Maranguape, apresentando um caso prático de Curricularização no Campus Maranguape.
6ª Trilha	Diálogo Interinstitucional, com a participação de representantes de outras instituições (como o IFAM), para compartilhar desafios e boas práticas.
7ª Trilha	Proposta de Curricularização da Extensão – Campus Fortaleza
8ª Trilha	Discussão dos Desafios da Curricularização nas Engenharias, abordando as especificidades das áreas tecnológicas.
9ª Trilha	Partilha Docente e Discente do Curso de Nutrição do Campus Limoeiro do Norte, evidenciando a perspectiva dos atores diretamente envolvidos na execução.

Fonte: https://portal.ifce.edu.br/institucional/extensao/curricularizacao-da-extensao/

Essa abordagem em trilhas fortalece o compromisso do IFCE em tratar a Curricularização não apenas como um cumprimento de norma, mas como um processo pedagógico e cultural que exige formação continuada e o envolvimento de toda a comunidade acadêmica.

4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA CURRICULARIZAÇÃO NO IFCE

A implementação da Curricularização da Extensão no IFCE não está isenta de desafios, apesar da construção e do avanço normativo e formativo, até a presente data. A rigidez curricular e a mudança de cultura institucional e pedagógica têm sido exemplos de dificuldades percebidas. A integração da extensão nos currículos dos cursos exige o repensar de práticas pedagógicas, um olhar que extrapole um modelo centrado na sala de aula para um outro que valorize a interação com a sociedade e a resolução de problemas reais. Cada vez mais, faz-se necessário sair dos *campi* para o campo, sem muros e sem amarras.

O financiamento para a Curricularização da Extensão ainda se constitui como um gargalo para a RFEPCT e para o IFCE, evidenciando a necessidade da definição de dotação orçamentária própria, amparada pela criação de um Fundo Nacional de Apoio Financeiro da Extensão e de uma Política Pública Nacional da Extensão. Enquanto tal não se efetiva, as instituições têm adotado soluções domésticas, as quais podem comprometer, em parte, a qualidade almejada para essa ação.

A implementação da Curricularização da Extensão, contudo, tem sido promissora. O modelo adotado pelo IFCE posiciona a instituição na vanguarda da RFEPCT, pois fortalece a identidade extensionista da instituição, garantindo que a formação dos estudantes esteja intrinsecamente ligada às demandas sociais e ao desenvolvimento regional, conforme preconiza a própria natureza dos Institutos Federais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS QUE NÃO ESTÃO ACABADAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) demonstrou responsabilidade e engajamento no processo de implementação da Curricularização da Extensão, ao passo que transpôs uma exigência legal em uma oportunidade de aprimoramento de sua missão institucional. A criação de um arcabouço

normativo próprio, com a Resolução nº 63/2022, e a elaboração de instrumentos de apoio como o Guia da Curricularização (3ª Edição) e a Trilha de Aprendizagem, são evidências de uma implementação planejada e contínua.

A experiência do IFCE, ao integrar a extensão aos níveis de ensino e ao se preocupar com a formação de seus servidores e, por extensão, de seus estudantes e das comunidades de saberes, consolida a busca pela consolidação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, encurtando distâncias e enfatizando que saberes diversos, na verdade, são um só.

No entanto, sabe-se que o êxito da Curricularização dependerá da manutenção desse esforço formativo e do compromisso dos *campi* em reformularem seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e da normatização e definição de orçamento institucional próprio para esta ação, garantindo que o estudante do IFCE seja um agente de transformação social, apto a compartilhar e integrar o conhecimento em benefício da/para e com a comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 49, 19 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 498**, de 6 de agosto de 2020. Prorrogação do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília, DF: MEC, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Resolução CONSUP/IFCE nº41**, de 26 de maio de 2022. Trata da normatização da curricularização da extensão no âmbito do IFCE. Fortaleza, CE: IFCE, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 83**, de 5 de julho de 2023. Altera o Anexo I da Resolução nº 63, de 6 de outubro de 2022. Fortaleza: IFCE, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Ensino. Pró-Reitoria de Extensão. **Ofício Conjunto Circular nº 1/2023/CCPE/DEA/PROEXT/PROEN/REITORIA**. Detalha a emissão de declaração e/ou certificação das atividades curricularizadas nas modalidades I, II e III. Fortaleza: IFCE, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Ensino. **Nota Informativa nº 1/2022 e nº 2/2022**. Orientações acerca da implantação da curricularização da extensão no âmbito dos cursos de graduação do IFCE. Fortaleza: IFCE, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Extensão. **Modelo de Edital de Apoio à Curricularização da Extensão no IFCE**. Dispõe sobre normas e instruções para seleção de atividades de Extensão no escopo do processo de Curricularização da Extensão no Instituto Federal do Ceará. Fortaleza: IFCE, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Extensão. **Guia da curricularização**. 3. ed. Fortaleza: IFCE, 2023.

Diálogos que Transformam: A Prática Interdisciplinar no Projeto de Extensão Partiu IF, *Campus* Parnamirim

Dialogues that Transform: Interdisciplinary Practice in the Partiu IF Extension Project, Parnamirim Campus

Diálogos que Transforman: Práctica Interdisciplinaria en el Proyecto de Extensión Partiu IF, Campus Parnamirim

Eduarda Alves de Lima
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)
eduarda.alves1@academico.ifrn.edu.br

Carlos Eduardo de Lima Duarte
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)
carlos.duarte@ifrn.edu.br

Dayvyd Lavaniery Marques de Medeiros
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)
dayvyd.lavaniery@escolar.ifrn.edu.br

Thayse Azevedo da Silva
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)
thayse.azevedo@ifrn.edu.br

Resumo

O presente artigo analisa as práticas pedagógicas interdisciplinares desenvolvidas no projeto *Partiu IF Parnamirim*, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). A iniciativa busca promover a inclusão e a for-

mação integral de estudantes do 9º ano da rede pública, por meio de experiências que aproximam o conhecimento escolar da realidade dos alunos. A pesquisa de natureza qualitativa e descritiva foi baseada na observação das aulas de Ciências Naturais e nas atividades que promoveram a integração das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. As ações incluíram temas como cidadania, sustentabilidade e saúde, incentivando a autonomia, o pensamento crítico e o protagonismo estudantil. Concluiu-se que a interdisciplinaridade, aliada ao diálogo entre teoria e prática, favoreceu aprendizagens significativas e ampliou as perspectivas de acesso ao ensino técnico. Assim, o projeto reafirma o papel transformador da educação pública, evidenciando sua força na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e rica em saberes integrados.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Partiu IF, Ciências Naturais; Educação pública; Inclusão social.

Abstract

This article analyzes the interdisciplinary teaching practices developed in the Partiu IF Parnamirim project, run by the Federal Institute of Rio Grande do Norte (Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN). The initiative seeks to promote inclusion and comprehensive education for 9th-grade students in the public school system through experiences that bring academic knowledge closer to the students' reality. The qualitative and descriptive research was based on observation of Natural Science classes and activities that promoted the integration of Portuguese Language and Mathematics subjects. The activities included topics such as citizenship, sustainability, and health, encouraging autonomy, critical thinking, and student leadership. It was concluded that interdisciplinarity, combined with dialogue between theory and practice, promoted meaningful learning and broadened perspectives on access to technical education. Thus, the project reaffirms the transformative role of public education, highlighting its strength in building a more just and inclusive society that is rich in integrated knowledge.

Keywords: Interdisciplinarity; Partiu IF, Natural Sciences; Public education; Social inclusion.

Resumen

Este artículo analiza las prácticas pedagógicas interdisciplinarias desarrolladas en el proyecto Partiu IF Parnamirim, del Instituto Federal de Rio Grande do Norte (IFRN). La iniciativa busca promover la inclusión y la formación integral de estudiantes de 9.º grado de la red pública de educación, a través de experiencias que acercan el conocimiento escolar a la realidad de los alumnos. La investigación cualitativa y descriptiva se basó en la observación de clases de Ciencias Naturales y actividades que promovieron la integración de las asignaturas de Lengua Portuguesa y Matemáticas. Las acciones incluyeron temas como ciudadanía, sostenibilidad y salud, fomentando la autonomía, el pensamiento crítico y el protagonismo estudiantil. Se concluyó que la interdisciplinariedad, combinada con el diálogo entre la teoría y la práctica, favoreció el aprendizaje significativo y amplió las perspectivas de acceso a la educación técnica. De esta forma, el proyecto reafirma el papel transformador de la educación pública, destacando su fortaleza en la construcción de una sociedad más justa, inclusiva y rica en conocimiento integrado.

Palabras clave: Interdisciplinariedad; PartiuIF, Ciencias Naturales; Educación Pública; Inclusión Social.

1 INTRODUÇÃO

A educação básica brasileira enfrenta, há décadas, desafios estruturais que comprometem a qualidade do ensino e a permanência dos estudantes nas escolas. Entre os diversos fatores que impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem estão a desigualdade social, a desvalorização docente, a escassez de recursos pedagógicos e a dificuldade de acesso às metodologias inovadoras.

Nesse contexto, o Rio Grande do Norte reflete essa realidade percebida em todo o país. São notórios os avanços significativos quanto à acessibilidade da educação básica e fortalecimento das políticas públicas voltadas à universalização do ensino. Entretanto, ainda é possível observar a persistência desses desafios em termos de infraestrutura, formação docente e índices de aprendizagens. Além disso, a transição entre o ensino fundamental e o ensino médio, no RN, ainda apresenta pontos críticos, principalmente, quando se trata de estudantes da rede pública que, frequentemente, enfrentam dificuldades socioeconômicas e pedagógicas no acesso à educação profissional e tecnológica. Nessas circunstâncias, é fundamental que haja iniciativas voltadas à orientação vocacional, interdisciplinaridade, e à aproximação entre escolas públicas e instituições federais de educação profissional como o Instituto Federal do RN, doravante IFRN, para promover a inclusão e a continuidade dos estudos.

O projeto Partiu IF representa um marco importante na consolidação das políticas públicas referentes ao acesso dos alunos da rede pública à rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O documento que apresenta a proposta pedagógica que orienta o desenvolvimento do Projeto Partiu IF no IFRN – *Campus* Parnamirim, elaborada pela equipe pedagógica local, destaca a importância da inclusão e da integração entre áreas do conhecimento na formação dos estudantes (IFRN, 2025). O curso é realizado como projeto de extensão presencial, possui carga horária de 320 horas, sendo destinado ao público-alvo da Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012) e instituído pela Portaria nº 1.169 (Brasil, 2024), de 2 de dezembro de 2024, do Ministério da Educação. A iniciativa busca promover a igualdade de oportunidades educacionais, propondo ações formativas complementares para estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, reforçando saberes essenciais e competências necessárias à transição para o Ensino Médio técnico. Para além do foco no acesso, a ação estimula práticas educativas integradas, valoriza a diversidade e reafirma o compromisso com a inclusão, alinhando-se aos princípios da educação democrática e da formação cidadã. Além de proporcionar acompanhamento psicológico estudantil, também oportuniza alunos regularmente matriculados no Ensino Médio integrado a serem monitores bolsistas.

A proposta pedagógica, elaborada no *Campus* Parnamirim para o projeto, revela um compromisso com práticas educativas que articulam, por meio de ciclos formativos, diferentes áreas do saber em torno de temas geradores interdisciplinares, como fazer o acolhimento dos estudantes e explicar sobre o exame de seleção no ciclo I, discutir sustentabilidade, meio ambiente e a importância do conhecimento científico no ciclo II, abordar temas de cidadania e inclusão no ambiente escolar no ciclo III, trabalhar questões atuais sobre tecnologia e inteligência artificial no ciclo IV, levar os alunos a pensarem sobre saúde comunitária e temas sociais no ciclo V e fazer uma retomada e avaliação no ciclo VI. Assim, essa estrutura garante uma possibilidade de interdisciplinaridade como base de uma preparação para além da prova do exame de seleção.

Apesar dos exames para o ingresso no IFRN exigirem conteúdos curriculares de matemática, português e produção textual, o Projeto Partiu IF, nacionalmente, também contempla a área de conhecimento de ciências. Dessa forma, a proposta busca contextualizar o processo de ensino-aprendizagem e promover uma formação crítica, reflexiva e significativa. A proposta pedagógica local do Partiu IF Parnamirim é o documento que organiza e orienta a distribuição de conteúdo e competências trabalhadas ao longo do curso. Ela representa a essência formativa do projeto, no âmbito do *campus*, pois estrutura o processo de modo que facilita a integração, interdisciplinaridade e inclusão. Organizada em 6 ciclos temáticos, que agrupam os conteúdos de acordo com áreas de conhecimento — Língua Portuguesa, Matemática e Ciências — com o intuito de proporcionar aos estudantes uma experiência formativa interdisciplinar e relacionada à realidade da prova de seleção que eles fazem para ingressar no IFRN.

É importante apontar que a discussão sobre interdisciplinaridade ganhou força no Brasil a partir do final da década de 1960, sendo incorporada oficialmente ao sistema educacional com a Lei nº 5.692/1971 (Brasil, 1971), antiga LDB, sendo reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996. A integração entre as áreas do conhecimento tornou-se um recurso fundamental na educação, especialmente na formação de cidadãos ativos, críticos e reflexivos. Historicamente, a cultura escolar separa os tipos de saberes, mas diante do novo mundo contemporâneo, os professores estão cada vez mais conscientes e críticos sobre a importância da conexão entre os diferentes saberes. Entender como a interdisciplinaridade se manifesta na teoria e na prática do projeto é fundamental para perceber a coerência entre o que está sendo proposto nos documentos e as experiências proporcionadas nas ações pedagógicas no cotidiano do programa. Assim é importante compreender como a equipe pedagógica do Partiu IF Parnamirim concretiza a integração entre

as disciplinas e quais estratégias são mobilizadas para promover aprendizagens contextualizadas, colaborativas e transformadoras.

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo relatar e analisar a experiência vivenciada no desenvolvimento do exitoso projeto Partiu IF no IFRN – *Campus* Parnamirim, destacando as práticas interdisciplinares pensadas no documento da proposta pedagógica local e construídas ao longo de sua execução. Para isso, busca-se compreender de que forma a integração de disciplinas contribuiu para tornar o processo ensino-aprendizagem mais significativo, colaborativo e próximo da realidade dos estudantes participantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Fazenda (2008), uma das precursoras da interdisciplinaridade no Brasil, o debate sobre interdisciplinaridade surgiu nas universidades a partir da necessidade de considerar o ser humano como parte essencial da organização dos estudos. Com o tempo, essa discussão se expandiu para além do meio acadêmico e alcançou diferentes setores da sociedade, que passaram a perceber a importância de repensar as demandas impostas pelo sistema capitalista, já que as situações do cotidiano profissional exigem respostas que as disciplinas isoladamente não conseguem oferecer.

Nas palavras da autora, há um destaque para a mudança nas demandas das sociedades capitalistas modernas, onde o cotidiano das atividades profissionais se torna cada vez mais complexo e dinâmico. Nessa nova realidade, os problemas enfrentados não se encaixam mais em uma única área do saber, exigindo uma compreensão integrada, que dialogue com múltiplas perspectivas e favoreça a resolução criativa de desafios.

Dessa forma, a interdisciplinaridade surge, então, como uma resposta necessária a esse contexto, reforçando a importância de uma educação que não fragmente o conhecimento. Assim, compreender a interdisciplinaridade na realidade da educação pública exige retomar discussões teóricas que sustentam essa abordagem e reconhecer seu papel na formação integral dos estudantes. Esse embasamento teórico busca elucidar os principais conceitos e autores fundamentais para o tema, estabelecendo um diálogo entre ideias e integração de saberes e práticas pedagógicas inovadoras. De acordo com Saviani (1983, *apud* Araújo e Gonçalves, 2022), a escola tem como propósito combater a ignorância e atuar como um meio de combate à marginalidade, sendo responsável pela disseminação do conhecimento e trans-

missão dos saberes da humanidade de forma organizada. Ao fazer uma retrospectiva das pedagogias existentes, é possível compreender diferentes percepções de educação ao longo da história. Cada uma correspondente a um momento histórico e uma forma de entender a relação entre ensino, sociedade e conhecimento. Possibilitando assim, a reflexão sobre os avanços ou limitações na prática educativa.

Essa concepção reflete a visão crítica de Saviani quanto à pedagogia tradicional, baseada na transmissão exaustiva de conteúdos sistematizados pelo professor para os alunos e na identificação da causa da marginalidade, denominada ignorância. A referência em questão também apresenta a continuidade desses pensamentos populares, evidenciando a prática sobre a sociedade brasileira.

Após um tempo, foi notado que essa forma de ensino não universalizou o aprendizado como esperado, pois nem todos tinham acesso, e nem todos que tinham acesso obtinham o sucesso. O aumento de críticas sobre essa ideia por volta do séc. XIX, facilitou o aparecimento de novas visões sobre educação. A teoria da Escola Nova tomou força, partindo do mesmo ponto de vista, da escola ser o antídoto da marginalidade, mas a causa não seria a ignorância e sim o desempenho cognitivo, sendo os marginais denominados como "anormais". "Em suma, trata-se de uma teoria pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender" (Saviani, 1983, *apud* Araújo; Gonçalves, 2022).

Nesse sentido, houve uma mudança da organização escolar, foi preciso agrupar os alunos por áreas de interesses e o professor passou a representar um tipo de orientador, com classes menos numerosas e bem equipadas para que o modelo fosse aplicado com eficiência. Apesar dos pontos positivos, isso provocou um efeito reverso ao esperado, na tentativa do aumento da qualidade do ensino, mostrou-se ser inviável para alguns contextos escolares com baixa infraestrutura, segmentando o conhecimento a pequenos grupos mais privilegiados, agravando assim a marginalização social. Nesse cenário, no final do séc. XX, foi implantada uma nova teoria educacional em busca da resolução dos problemas sociais, a Escola Tecnicista. Essa abordagem, segundo Saviani (1983, *apud* Araújo e Gonçalves, 2002), propõe a reorganização do processo educativo de forma mais objetiva e funcional.

Enquanto, de um lado, estava a pedagogia tecnicista — funcionando semelhante à organização do trabalho nas fábricas, na tentativa de excluir qualquer subjetividade do processo pedagógico que pudesse "atrapalhar" o rendimento —, de outro, um movimento conhecido como "Escola Nova Popular" começava a ganhar força. Essa nova concepção educacional, buscava resgatar o papel ativo do estudante no processo da aprendizagem e enfatizar a experiência como ponto de partida para

a construção do conhecimento. Inspirada em pensadores como Célestin Freinet e Paulo Freire, essa perspectiva rompe com a lógica da educação bancária e propõe uma prática mais humanizada, participativa e crítica. Ambos os educadores enxergam o ato de ensinar como um gesto político e transformador, que reconhece o sujeito como protagonista do próprio processo. Freinet defendia uma escola em que o estudante aprendesse fazendo, por meio de atividades cooperativas, produção de textos livres e experimentação, valorizando a expressão individual como parte do desenvolvimento coletivo. Conforme Freinet (2004), a pedagogia voltada para alunos com dificuldades de aprendizagens, nos ensina diariamente o processo de compreensão e ação. No entanto, o autor ressalta que os indivíduos possuem ritmos diferentes, alguns são capazes de progredir de forma mais rápida, para os quais um ritmo lento e repetitivo pode se tornar desmotivador.

Outrossim, Freire (1996) compreende a educação como uma prática de liberdade, que se constrói a partir do diálogo e da consciência crítica do sujeito sobre sua realidade. Nessa perspectiva, defende que a verdadeira autoridade do professor democrático não se impõe pela repressão, mas sim a partir do reconhecimento de que a disciplina nasce da inquietação, da liberdade de expressão, da dúvida e da esperança, e não do silêncio imposto ou da obediência passiva.

Essas percepções aproximam-se da proposta interdisciplinar do Partiu IF no *Campus* Parnamirim, na medida em que valorizam o diálogo entre saberes, experiências e ritmos de aprendizagens, tornando o ato educativo mais humano, dinâmico e significativo. No contexto do ensino fundamental, especialmente o 9º, essa visão se torna ainda mais necessária. Trata-se de uma fase repleta de descobertas, inseguranças e expectativas quanto ao futuro. Principalmente, na sociedade moderna, com acesso ilimitado à internet, o lugar que “qualquer dúvida pode ser sanada", os estudantes tendem a se questionar sobre o sentido da escola e o motivo de precisarem aprender determinados conteúdos. Nesse momento, práticas inspiradas em pensamentos semelhantes aos desses autores anteriormente citados ajudam a transformar a sala de aula em um espaço de diálogo e investigação, onde o saber ganha significado e se conecta à realidade dos alunos.

3 EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA: METODOLOGIA, REFLEXÕES E RESULTADOS

Nesta seção, apresentaremos e analisaremos os principais aspectos observados durante a participação e acompanhamento do projeto Partiu IF, nas aulas de ciências, com ênfase na prática da interdisciplinaridade oferecidas aos alunos do 9º ano do ensino fundamental, oriundos de escolas da rede pública. A iniciativa tem como propósito a equalização do aprendizado, promovendo além da revisão de conteúdos, a autonomia dos estudantes e a articulação entre diferentes áreas do conhecimento.

A análise baseia-se na observação direta de três atividades de culminância de ciclos formativos distintos, selecionadas por sua representatividade em termos de abordagem interdisciplinar e interação entre docentes e discentes. A seguir, cada atividade será descrita e discutida individualmente, com destaque para os temas abordados, metodologias utilizadas, interação com os alunos e articulação entre os conteúdos curriculares.

3.1 I WORKSHOP INTERDISCIPLINAR DO PARTIU IF PARNAMIRIM – ATIVIDADE DE CULMINÂNCIA DO II CICLO

O evento foi ministrado no dia 20 de maio de 2025 no *Campus* Parnamirim, com carga horária de 4 horas, no intuito da discussão de temas atuais envolvendo as dimensões científica e tecnológica da atualidade.

No primeiro momento, o professor de Língua Portuguesa realizou uma apresentação introdutória à linguagem própria de um evento científico como um workshop (Figura 1a). Esse é um conteúdo de extrema relevância para alunos de 9º ano, pois eles haviam trabalhado sobre níveis e sentidos da linguagem, algo presente no conteúdo programático exigido na prova de seleção do IFRN. O professor explicou e exemplificou os tipos de linguagem, evidenciando em quais tipos de textos a linguagem acadêmica deve ser inserida como: artigos científicos, trabalhos escolares, redações dissertativas, provas e exames seletivos. Em seguida, destacou as principais características, entre elas: formalidade, objetividade, clareza e coerência, uso da norma padrão da língua portuguesa e vocabulário técnico.

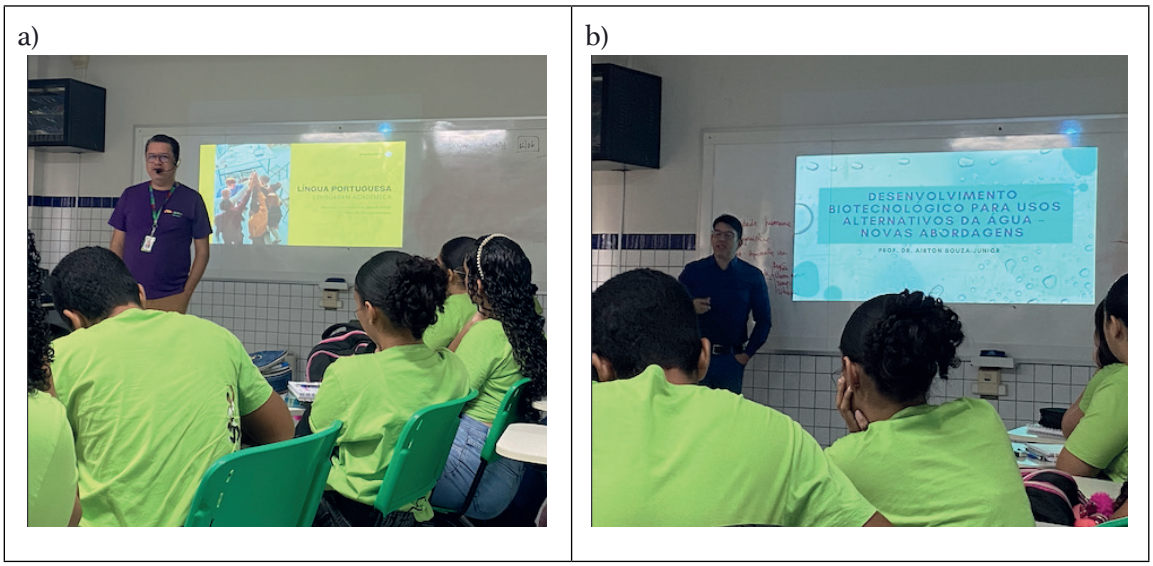
Além disso, elucidou a importância desse tipo de linguagem no contexto do ambiente escolar dos alunos, como nas leituras e interpretações de provas, produção textuais, como também a não limitação à disciplina de Língua Portuguesa, podendo ser utilizada para apresentar conteúdos de ciências, matemática, história, entre outras. Dessa forma, a aula conduzida por um único docente, possibilitou conexões com outras áreas de conhecimentos, reforçando a prática interdiscipli-

Revista Diálogos da Extensão, Natal, v. 1, edição especial, p. 42-58, jan./jun. 2026.

nar. Tal abordagem é indispensável para a formação acadêmica dos estudantes, pois desenvolve habilidades argumentativas e comunicativas fundamentais para os desafios do ensino médio técnico e superior.

No segundo momento, um professor convidado ministrou uma palestra científica intitulada "Desenvolvimento tecnológico para usos alternativos da água - novas abordagens" (figura 1b). A palestra tratava-se de uma pesquisa científica "realizada" pelo próprio professor, que utilizou seu currículo, suas experiências e influência como pesquisador, para a apresentação de um produto inexistente, para trabalhar aspectos de método científico e formar a análise crítica dos alunos no ciclo II que discutia sobre sustentabilidade e meio ambiente.

Figura 1 – Atividade interdisciplinar para o conteúdo de método científico



Legenda: (a) alunos durante palestra sobre Linguagem Acadêmica e (b) palestra sobre "desenvolvimento biotecnológico para usos alternativos da água".
Fonte: elaboração própria (2025).

A proposta da pesquisa apresentada era a possibilidade de transformação e comercialização de água (H^20) líquida convertida em água em pó, conceito inexistente do ponto de vista científico. O docente explicou a metodologia pseudocientífica utilizada na pesquisa, com fotos de instrumentos tecnológicos, cálculos bioquímicos moleculares e exemplificação de situações que o produto poderia ser utilizado a ser-

viço da sociedade, no intuito de provocar o pensamento crítico nos alunos ao gerar dúvidas sobre a possibilidade do produto apresentado.

Nesse momento, os alunos demonstraram bastante interesse na pesquisa em questão, surgiram várias dúvidas, algumas sobre como ingressar no laboratório da pesquisa. Após o esclarecimento das dúvidas, o professor esclareceu que o produto em questão não existia na verdade. A maioria dos alunos se surpreendeu, alguns até disseram que estavam desconfiando sobre a veracidade das informações, ao final o professor mostrou que a maioria das informações eram verdadeiras, entretanto o produto final realmente não existia.

Esse tipo de atividade revela-se extremamente relevante no atual contexto social e educacional, em que os alunos estão expostos, diariamente, a uma grande quantidade de informações nem sempre confiáveis, especialmente nas redes sociais e mídias digitais. A construção da palestra com base em dados reais, porém com um produto fictício, provocou os estudantes a refletirem sobre a veracidade das informações e a discussão ao final da apresentação evidenciou a importância de uma postura crítica diante do que é consumido e compartilhado.

Além disso, a confiança depositada no profissional – fortalecida por sua formação, linguagem acadêmica e pela credibilidade atribuída ao espaço escolar – mostrou como a autoridade do conhecimento científico pode ser usada tanto para informar quanto para provocar a reflexão. Nesse sentido, a proposta da atividade de culminância do ciclo II articulou saberes de diferentes áreas, como ciências, linguagem, ética, matemática e tecnologia, permitindo uma abordagem interdisciplinar rica e provocativa, demonstrando como a articulação entre conteúdos pode potencializar a aprendizagem e tornar o conhecimento mais significativo.

3.2 PALESTRA SOBRE O HIV – ATIVIDADE DE CULMINÂNCIA DO III CICLO

Essa atividade ocorreu no dia 4 de julho de 2025, sob a supervisão da professora de ciências do projeto Partiu IF Parnamirim, com carga horária de 2 horas e tratou-se de uma palestra educativa sobre o HIV, realizada como parte da programação do projeto Partiu IF, com o objetivo de apresentar a escola como um espaço para ampliar o conhecimento dos alunos sobre saúde, sexualidade e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST's), conteúdo presente no cronograma programático na disciplina de ciências. A palestra (Figura 2a) foi coordenada pela professora Dra. Fabiana Lima Bezerra e os discentes da equipe do projeto da UFRN "HIV e AIDS, e eu com isso?", convidados especialmente para dialogar com os estudantes de forma acessível, informativa e respeitosa, abordando tanto os aspectos biológicos quanto

às questões sociais, culturais e históricas que envolvem o tema.

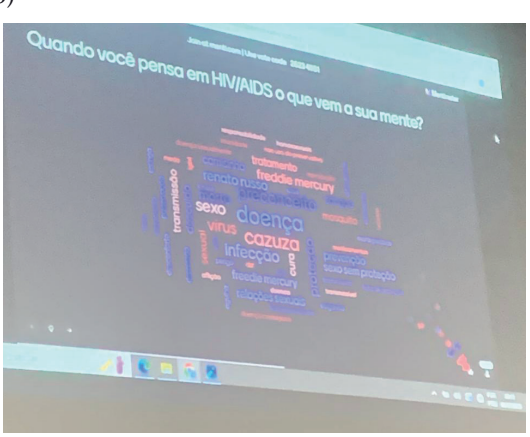
Para introduzir o assunto, os estudantes foram questionados se já conheciam sobre o vírus, através do site https://www.mentimeter.com/pt-BR, que permite a formação de uma nuvem de palavras, evidenciando as mais repetidas nas respostas (Figura 2b). Nesse momento, foi possível observar que muitos alunos ainda possuem ideias provenientes de tabus e estigmas sociais que podem gerar comportamentos sociais como o *bullying* nas escolas e isolamento social. A fim de promover maior conforto e engajamento, foi disponibilizado um *QR Code* para que os alunos pudessem acessar um formulário anônimo, onde escreveram dúvidas, percepções e comentários para serem discutidos em sala de aula.

Figura 2 – Momento da palestra do projeto "HIV e AIDS, e eu com isso"

a)



b)



Legenda: a) Visão geral de momento da palestra e (b) nuvem de palavras formadas a partir das respostas dos alunos no Mentimeter, no Auditório do IFRN Campus – Parnamirim.
Fonte: elaboração própria (2025).

Ao ler as perguntas, a professora palestrante foi respondendo gradualmente, desmistificando crenças populares e explicando cientificamente como o vírus do HIV age no organismo, como é transmitido e como se desenvolve a doença da AIDS, quando o vírus não é controlado por tratamento adequado. A abordagem foi feita com sensibilidade e clareza, respeitando o nível de conhecimento dos alunos, favorecendo um ambiente seguro de diálogo e desfazendo preconceitos.

Além do conteúdo de ciências, a aula integrou saberes da área de matemática

e linguagens. Para isso, houve a apresentação de gráficos estatísticos com dados sobre a incidência do HIV no Brasil, promovendo a leitura e interpretação de informações numéricas, estabelecendo assim uma conexão direta com o estudo matemático. Também, foram apresentados gêneros textuais informativos e de divulgação científica, cuja linguagem foi analisada e debatida com os alunos, promovendo a interdisciplinaridade com a área de linguagens e incentivando a leitura crítica de materiais técnicos e jornalísticos.

Após a realização da atividade, a professora palestrante da UFRN relatou como foi a experiência:

> Participar da ação de extensão sobre HIV/AIDS no IFRN – Parnamirim foi uma experiência enriquecedora tanto do ponto de vista acadêmico quanto humano. Durante a palestra, os alunos se mostraram engajados, fazendo perguntas e expressando dúvidas, o que reforça a importância da educação como ferramenta essencial na prevenção e na construção de uma sociedade mais empática (Professora da UFRN e Coordenadora do Projeto, Dra. Fabiana Lima Bezerra, 2025).

3.3 AULA DE CAMPO PARA O MUSEU DE MINÉRIO DO RN – ATIVIDADE DE CULMINÂNCIA DO CICLO IV

A aula de campo no Museu de Minérios do RN – construído a partir da parceria entre o Instituto Federal, a Petrobrás e o governo do estado – localizado no Campus Natal-Central do IFRN, foi realizada no dia 18 de agosto de 2025, com carga horária de 4 horas, durante o recesso escolar do IFRN, uma vez que as aulas no Partiu IF não foram interrompidas. Os alunos foram acompanhados pelos professores de Língua Portuguesa e Ciências, além dos monitores das três disciplinas. Ao chegarem ao local, realizaram um lanche coletivo e, logo em seguida, participaram de uma breve apresentação de locais e estruturas pelo *campus*.

No espaço do museu, os temas abordados envolveram conteúdos das disciplinas de Ciências e Língua Portuguesa, como o surgimento da humanidade e as pinturas rupestres como forma de expressão, respectivamente, revisando também conceitos de linguagem, expressões verbais e não verbais e discutindo sobre o conceito de tecnologia que guiava esse ciclo formativo. Os alunos puderam observar artefatos utilizados como instrumentos de comunicação e representação do modo de vida na antiguidade – como conchas, rochas polidas, brincos e pulseiras antigas –, além de rochas provenientes de sítios arqueológicos do Rio Grande do Norte, com destaque para as representações das pedras de Carnaúba dos Dantas, uma vez que as originais não podem ser removidas do local, abrangendo também o conteúdo de formação de planetas rochosos.

Os estudantes tiveram acesso, ainda, a amostras de quartzo e sal mineral extraído do próprio estado, além de outros tipos de minérios e fósseis (Figura 3a), sendo explicado como se dá o processo de formação des-

ses elementos – o que despertou bastante o seu interesse. Essa experiência possibilitou a integração de saberes das disciplinas de Ciências, Matemática e Língua Portuguesa, por meio da observação, da leitura de textos expositivos de linguagem verbal e não verbal (Figura 3b), da interpretação de informações técnicas como escala de mapas e astronomia, permitindo contato direto com conteúdos previstos no programa.

Figura 3 – Imagens da visita em aula de campo ao museu de minérios do IFRN – Campus Natal-Central

a)



b)



Legenda: Em (a) fósseis (a) e (b) alunos contemplando textos expositivos em linguagem verbal e não verbal (pintura rupestre).
Fonte: elaboração própria (2025).

3.4 SIMULADOS – AVALIAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Para encerrar a descrição dessa experiência interdisciplinar, é importante destacar que, além das aulas, ao longo do projeto, também foram desenvolvidos simulados (Figura 6) que desenvolvem um papel fundamental na preparação dos estudantes, para a prova do exame de seleção do IFRN e na avaliação da aprendizagem do grupo. A atividade integra as demais ações realizadas pelo projeto, simulando as etapas reais da seleção, para o ingresso no ensino médio técnico nos Institutos Federais. Ao final de cada ciclo temático, os alunos realizaram um simulado contextualizado ao tema de cada um deles.

Dessa forma, os estudantes tiveram a oportunidade de vivenciar o ambiente de prova, compreender a dinâmica das avaliações e desenvolver estratégias para lidar com a pressão do momento da realização da prova oficial, conseguindo se preparar cognitiva, física e emocionalmente.

Sob a perspectiva de Vygotsky (1991), o aprendizado se dá de forma mais eficaz quando o aluno interage com situações que o desafiam e o colocam em sua zona de desenvolvimento proximal. Nesse sentido, os simulados funcionam como instrumentos mediadores que estimulam o avanço do estudante, promovendo reflexão sobre o próprio processo de aprendizagem.

Dessa forma, o discente também é incentivado a se tornar o sujeito do seu próprio aprendizado. Sob o ponto de vista de Paulo Freire (1996), ao participar de atividades como essa, esses sujeitos exercitam sua autonomia, sua criticidade e a confiança em sua capacidade de superar desafios.

4 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, foi possível compreender que a educação pública, quando pautada em práticas integradoras e dialógicas, revela um potencial transformador que ultrapassa os limites da sala de aula. A análise das experiências vivenciadas no projeto Partiu IF permitiu observar como a interdisciplinaridade pode tornar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo, aproximando os conteúdos escolares da realidade dos estudantes.

Ao retomar os fundamentos teóricos que inspiraram este trabalho, percebemos que os ideias principais se materializaram nas ações desenvolvidas no IFRN – *Campus* Parnamirim, quando o ensino se propôs a dialogar com as vivências dos alunos envolvidos, a valorizar a diversidade e a promover o seu protagonismo, pois, dessa forma, o aprendizado surge naturalmente. As atividades observadas demonstram que a integração entre áreas do conhecimento é capaz de despertar o interesse, a curiosidade e o senso crítico dos estudantes, favorecendo aprendizagens mais duradouras e humanas.

A primeira atividade interdisciplinar promoveu uma análise crítica sobre a produção e o consumo de informações científicas, contribuindo para o desenvolvimento de competências fundamentais para os desafios do século XXI – como a argumentação, a leitura crítica da realidade e a autonomia intelectual –, aspectos indispensáveis à formação acadêmica dos alunos que aspiram ao ingresso no ensino técnico e superior.

A segunda atividade de culminância destacou sua proposta interdisciplinar pela abordagem sensível de um tema de grande relevância social e científica no ambiente es-

colar, afinal, proporcionou aos alunos além de informações biológicas, um espaço seguro para reflexões, questionamentos e desconstrução de estigmas. Ao utilizar um formulário de perguntas e dúvidas via *QR Code* anônimo, estimulou a participação integral da turma, respeitando as inseguranças de cada um e promovendo um engajamento ativo no debate.

A terceira atividade proposta reforçou o valor do conhecimento cultural e histórico presente nos objetos expostos, permitindo aos alunos compreenderem a relação entre o passado e o presente. A aula de campo, portanto, representou uma prática interdisciplinar significativa, que uniu teoria e vivência, fortalecendo a construção de saberes não apenas escolares, mas também sociais e culturais, fundamentais para a formação integral dos estudantes.

O Partiu IF, como um projeto de extensão, revelou-se, portanto, mais do que um "curso preparatório" para a seleção do ensino médio técnico, ele se firmou como um espaço de encontro, de construção coletiva e de pertencimento. Cada atividade mencionada aqui, entre outras que não foram trazidas, possibilitou enxergar o quanto a educação pública pode ser um instrumento de transformação social quando há compromisso, sensibilidade e abertura para novas formas de ensinar e aprender. O projeto ofereceu experiências qualificadas a estudantes de contextos diversos, nivelando, em alguma medida, o acesso a informações, orientações e vivências que podem ser determinantes na escolha e construção de projetos de vida. Para além do desempenho acadêmico, colaborou também com o fortalecimento da autoestima, da autonomia e da cidadania dos estudantes envolvidos.

É essencial ponderar que a organização didático-pedagógica em ciclos de conhecimento interdisciplinares foi muito positiva para a execução de atividades tão significativas para os alunos, pois eles permitiram que a equipe pudesse ter clareza de como faria essa integração e ainda a sua importância na formação desses estudantes.

É importante, ainda, frisar que outras produções podem se debruçar, em relação a esse projeto de extensão tão potente, sobre outros aspectos que não puderam ser abordados aqui como a percepção dos alunos sobre a integração dos saberes, o êxito desses sujeitos no exame de seleção e ainda a percepção da equipe sobre esse projeto transformador da realidade.

Por fim, tratou-se de uma ação concreta de inclusão e valorização da escola pública, reconhecendo o potencial dos alunos e investindo com seriedade em suas trajetórias por meio de atividades interdisciplinares planejadas e executadas a partir uma proposta pedagógica elaborada pela equipe local desse projeto no *Campus* Parnamirim do IFRN. Além de incentivar, através da vivência única, que os participantes conhecessem de perto a estrutura, os docentes e a qualidade do ensino médio técnico federal, assim, tornando-se uma ponte entre o presente e o futuro desses jovens envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria nº 1.169**. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, n. 233, p. 34, 4 dez. 2024. Disponível em: https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.169-de-2-de-dezembro-de-2024-599405549. Acesso em: 10 out. 2025.

FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 202 p. Disponível em: https://www.academia.edu/38694219/O_que_%C3%A9_interdisciplinaridade. Acesso em: 13 out. 2025.

FREINET, Célestin. **Pedagogia do bom senso**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Disponível em: http://educacionmotriz.com/docs/FREINET_C_Pedagogia_do_bom_senso_2004.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/54579/2/freire-pedagogia-da-autonomia.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Proposta Pedagógica – Partiu IF**. Documento institucional. Parnamirim: IFRN, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico do Curso (PPC) – Partiu IF**. Documento Institucional. Parnamirim: IFRN, 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Edição comemorativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea). Disponível em: https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1674332/mod_resource/content/1/Escola%20e%20Democracia%20%28edi%C3%A7%C3%A3o%20comemorativa%29.pdf Acesso em: 10 out. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/universidade/pro-reitoria/graduacao-assuntos-acad/forum/X_Forum/LIVRO.VYGOTSKY.FORMACAO.MENTE.pdf Acesso em: 12 out. 2025.

Economia Solidária e Incubação de Empreendimentos Econômico Solidários em Rede: Análise da Atuação da IFSol

Solidarity Economy and Incubation of Solidarity-Based Economic Enterprises in Networks: Analysis of IFSol's Activities

Economía Solidaria e Incubación de Emprendimientos Económicos Solidarios en Red: Análisis del Desempeño de IFSol

Diogo Ferreira de Almeida Rêgo
Instituto Federal de Alagoas
diogo.rego@ifal.edu.br

Ermerson de Oliveira Capistrano
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
ermerson.capistrano@ifrn.edu.br

Luciana Maria Araújo Rabelo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
luciana.rabelo@ifrn.edu.br

Resumo

A economia solidária possibilita o desenvolvimento de territórios em rede, gerando emprego e renda para os envolvidos. A Incubadora Tecnológica para Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidá-

rios (IFSol) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) busca suprir a carência de ações que fomentem e fortaleçam esses Empreendimentos. O objetivo deste artigo é compreender os desafios da Incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) em rede, tendo como fonte de estudo a dinâmica de atuação e articulação das ações da Incubadora. O estudo caracteriza-se, portanto, como estudo de caso qualitativo baseado em pesquisa participante. Para a construção das suas considerações utilizou-se ainda uma revisão teórica e documental. Foi possível verificar como principais desafios a necessidade de maior integração dos núcleos, o desenvolvimento de canais de comunicação e maior integração com a comunidade interna e externa para fortalecimento do projeto. Como perspectivas para trabalhos futuros sugere-se que a comunidade atendida pelas ações da IFSol seja investigada como forma de evidenciar a relevância do projeto, bem como apresentar caminhos para a sua continuidade nos próximos anos.

Palavras-chave: Economia Solidária; Empreendimentos; Incubação; IFSol; IFRN.

Abstract

The solidarity economy enables the development of networked territories, generating employment and income for those involved. The Technology Incubator for Strengthening Solidarity-Based Economic Enterprises (Incubadora Tecnológica para Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários – IFSol) of the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Rio Grande do Norte (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN) seeks to address the lack of actions that promote and strengthen these enterprises. The objective of this article is to understand the challenges of incubating solidarity-based economic enterprises in a network, using as a source of study the dynamics of the Incubator's actions and coordination. The study is therefore characterized as a qualitative case study based on participant research. A theoretical and documentary review was also used to construct his considerations. The main challenges identified were the need for greater integration between the centers, the development of communication channels, and greater integration with the internal and external

community to strengthen the project. As prospects for future work, it is suggested that the community served by IFSol's actions be investigated as a way of highlighting the relevance of the project, as well as presenting ways for its continuity in the coming years.

Keywords: Solidarity Economy; Enterprises; Incubation; IFSol; IFRN.

Resumen

La economía solidaria facilita el desarrollo de territorios en red, generando empleo e ingresos para los participantes. La Incubadora Tecnológica para el Fortalecimiento de Emprendimientos Económicos Solidarios (IFSol) del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Rio Grande do Norte (IFRN) busca cubrir la brecha existente en las acciones que promueven y fortalecen estos emprendimientos. El objetivo de este artículo es comprender los desafíos de la Incubación de emprendimientos económicos solidarios (EES) en red, utilizando como fuente de estudio la dinámica de las acciones y la articulación de la Incubadora. Por lo tanto, el estudio se caracteriza como un estudio de caso cualitativo basado en la investigación participativa. Se utilizó una revisión teórica y documental para construir sus consideraciones. Se pudo verificar como principales desafíos la necesidad de una mayor integración de los centros, el desarrollo de canales de comunicación y una mayor integración con la comunidad interna y externa para fortalecer el proyecto. Como perspectivas para el trabajo futuro, se sugiere investigar la comunidad atendida por las acciones de IFSol para destacar la relevancia del proyecto, así como para presentar vías para su continuidad en los próximos años.

Palabras clave: Economía Solidaria; Emprendimientos; Incubación; IFSol; IFRN.

1 INTRODUÇÃO

O mundo passa por um processo de acumulação do capital e instabilidade gerada pelas transformações tecnológicas que afetam gravemente a vida do trabalhador. Essa realidade é ainda mais significativa no Rio Grande do Norte (RN). O estado possui uma população de pouco mais de 3 milhões de pessoas, distribuídas em 167 municípios, nos quais se desenvolvem atividades econômicas como a extração de petróleo em terra, o turismo, a aquicultura, energia eólica, a produção de sal marinho e a agricultura irrigada. O Índice de Desenvolvimento Humano do RN é de 0,728 e rendimento domiciliar *per capita* é de R$ 1.616,00 por pessoa, ambos abaixo da média Nacional (IBGE, 2025).

Nessa conjuntura, surgem novos e urgentes desafios, sobretudo no que diz respeito aos processos de intervenção social, fazendo surgir ações coletivas e movimentos sociais com questões e demandas diferenciadas. Alguns desses movimentos contestam o atual modelo de desenvolvimento, e acreditam que a transição para um novo modelo parte da modificação dos paradigmas vigentes de produção e de consumo, fenômeno que tem sido percebido em importantes iniciativas nas últimas duas décadas. Dentre elas, destaca-se a construção de redes alternativas, foco privilegiado da atenção de grupos sociais, nas quais se propõe que pessoas, famílias, comunidades, territórios e o próprio estado reassumam a responsabilidade pelas práticas de produção, distribuição e consumo. É nesse contexto que surge o chamado "movimento de economia solidária" (Rêgo, 2014).

Apesar de emergir como uma alternativa à melhoria desse cenário, a economia solidária no RN ainda é carente de instituições que a apoiem. Foi realizado pela extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) um mapeamento da economia solidária que identificou 1.518 empreendimentos econômicos solidários (EES), a maioria voltadas para a agricultura, em 131 cidades do RN, envolvendo 57.344 pessoas (SENAES, 2013). Nesse mesmo estudo, foram identificadas apenas 11 entidades de apoio e fomento para atender a toda a demanda de empreendimentos. Provavelmente por isso apenas 0,56% dos EES que afirmaram ter acesso a algum apoio formativo alegou ser incubado por uma entidade (SENAES, 2013).

A fragilidade desses EES se reflete também na baixa remuneração mensal que tem seus trabalhadores. Cerca de 30% alegaram não remunerar os associados que nele trabalham e 55% informaram que não conseguem remunerar com pelo menos um salário mínimo seu trabalhador. Ainda com base nesses dados, apenas 17% dos EES alegaram possuir alguma sobra (correspondente ao lucro numa empresa) no

exercício contábil anterior à realização da pesquisa. Assim, em relação à renda obtida a partir da atividade exercida, a realidade dos trabalhadores da economia solidária mostra-se mais precária que a da média dos trabalhadores potiguares (SENAES, 2013; IBGE, 2025).

Assim, é evidente que boa parte das EES apresentam limitação de recursos e contam com poucas políticas públicas voltadas a suas necessidades específicas. Boa parte desses empreendimentos apresentam dificuldades ligadas à gestão, baixo acesso aos recursos e linhas de crédito, não utilizam técnicas de *marketing* ou de comercialização, nem tecnologias para melhorar a produtividade e venda de seus produtos (Rêgo, 2014).

Conforme pesquisa realizada em 2017 pelo SENAES, buscando avaliar a eficácia da atuação das incubadoras apoiadas financeiramente por sua política pública, identificou-se que havia em torno de 110 incubadoras voltadas para economia solidária em funcionamento no Brasil. Dessas, 14% estavam localizadas em Institutos Federais/Centros Federais de Educação Tecnológica. Atestou-se nessa pesquisa que a formação de quadros para a economia solidária (alunos do ensino técnico, graduação e pós-graduação) apontou como um dos principais legados da atuação das incubadoras (Perissé *et al.*, 2017).

Também houve fomento, em consequência da atuação das incubadoras, da produção acadêmica em pesquisa significativa acerca de questões específicas ligadas às questões de interesse dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Além disso, a pesquisa avaliou que a atuação das incubadoras tecnológicas de economia solidária constitui um significativo polo de fortalecimento das ações de extensão, especialmente ligadas à geração de trabalho e renda (Perissé *et al.*, 2017).

Dessa maneira, a Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários – IFSol – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, vem desenvolvendo suas atividades buscando suprir a carência de instituições desse tipo no estado do RN. Assim, objetiva proporcionar meios sustentáveis para que os grupos desenvolvam saídas viáveis de geração de renda.

A questão problema suscitada nesse artigo é, portanto, saber "Qual a conjuntura da atuação em rede da IFSol no processo de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários?". Consequentemente, o objetivo deste artigo é compreender a conjuntura da atuação em rede da IFSol do processo da Incubação de empreendimentos econômicos solidários.

O artigo está, portanto, dividido nas seguintes partes: a introdução (contexto, problema e o objetivo geral do estudo); a seção sobre economia solidária e suas redes de incubação; os aspectos metodológicos; os resultados dos estudos, que compreende a apresentação da IFSol, histórico

e metodologia de atuação, bem como cenários e perspectivas; e, por fim, as conclusões do trabalho e as referências.

2 ARTICULAÇÃO EM REDE E A INCUBAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O capitalismo industrial foi acompanhado desde sempre pela insurgência de muitas experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua (o mutualismo), da cooperação e da associação (França Filho, 2002). Nesse contexto, surge a Economia Solidária. Embora haja aprendido muito com os movimentos históricos (inclusive com a Economia Social), trata-se de iniciativa própria da América Latina, tendo agregado inúmeras formas de manifestações no campo das finanças, da produção, do consumo, da organização comunitária, dentre outros.

Na América Latina, vem-se desenvolvendo práticas de Economia Solidária que a colocam como uma força de transformação social, portadora de um projeto de *sociedade alternativa* no qual outra economia acontece. A perspectiva latino-americana defende, portanto, a ideia de um projeto global alternativo ao capitalismo, diversamente dos ideários europeus que mantêm os vícios da Economia Social, quais sejam, a compatibilidade com o mercado e com o Estado (Boulianne, 2003, *apud* Morais; Bacic, 2010)

Com base em diversos autores que vêm trabalhando sobre o tema, a Economia Solidária vem a ser uma síntese de diversas experiências organizacionais de caráter econômico baseadas em novas e antigas formas de solidariedade, seja em uma perspectiva de busca de alternativa de emprego através da autogestão, seja em uma perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo, ou simplesmente enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade e de vivências de valores relacionados com o modo de ser cuidado (Moura e Meira, 2002).

A Economia Solidária aparece, portanto, como uma reação aos problemas contemporâneos, na qual o agir coletivo coloca-se aos atores sociais, em sua maioria excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo, como possível alternativa. Conforme aponta o FBES, a economia solidária é um movimento com três dimensões: o político, o econômico e o cultural.

Economicamente, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo com base na democracia e na cooperação (autogestão). Culturalmente, é uma forma de estar no mundo e de consumir produtos locais, saudáveis, da Eco-

nomia Solidária, que não afetem o meio ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Politicamente, é um movimento social, que prega mudança da sociedade e defende uma forma diferente de desenvolvimento, baseada em valores como solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental e direitos humanos (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2011).

Muitas iniciativas de economia solidária se articulam em rede para potencializar suas ações. As Redes de Economia Solidária são práticas consolidadas e muitas vezes consideradas com um caráter duplo, algumas predominantemente políticas e outras predominantemente produtivas ou comerciais. Ademais, na participação em redes é onde melhor se percebe o forte engajamento político do movimento de economia solidária (Castilla Carrascal, 2011).

Vale salientar que é claro o entendimento que o político e o econômico não são e nem devem ser desassociados, porém está se tratando do objetivo dessas redes. Para se ter um exemplo, segundo o mapeamento da economia solidária, 39,6% dos EES participam de fóruns ou entidade de representação e articulação, sendo a maioria atuante nos fóruns de economia solidária e em espaços de construção de políticas públicas, e 57,14% estão nos movimentos sociais, populares ou sindicais, como os de luta pela terra, feminista, dentre outros (Rêgo, 2014).

Essas redes citadas até então possuem forte cunho político e têm como principais objetivos: a incidência nas políticas públicas; a construção de uma identidade, na defesa de um projeto político; a contribuição na organização do movimento da economia solidária. Estão, portanto, ligadas a causas mais estruturais e favorecem a cooperação e a intercooperação entre movimentos sociais e organizações de diversas naturezas (Castilla Carrascal, 2011).

As Redes que dão maior ênfase ao aspecto econômico são comumente chamadas de Redes de Cooperação. No documento do 1º Plano Nacional de Economia Solidária essas redes são definidas como articulações formais ou não formais entre EES e suas organizações (Brasil, 2015, p. 43).

Embora muitos EES participem de articulações de cunho político, não se vê a mesma presença participativa em outras redes que tenham como objetivo o fortalecimento econômico do grupo. Segundo os dados do mapeamento nacional da economia solidária, apenas 17,7% dos EES participam de redes de comercialização, produção, consumo ou crédito. Dentre esses, a maior parte afirmou integrar redes de comercialização e produção, havendo pouca participação nas redes de consumo e finanças solidárias (Rêgo, 2014).

Contudo, há de se destacar uma diversidade grande de pessoas e organizações engajadas nas Redes de Economia Solidária, inclusive as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES) que prestam

assessoria e formação aos EES, e são responsáveis por boa parte das elaborações acadêmicas sobre o tema. Essas ITES além de estarem em muitas redes junto com os empreendimentos, também se organizam autonomamente em espaços voltados somente às Incubadoras.

As primeiras incubadoras do campo da economia solidária e tecnologia social se chamavam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), de modo que boa parte das incubadoras com mais tempo em funcionamento tem esse nome. Com o tempo, as incubadoras mais recentes com esse perfil foram se chamando de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES). Não é possível precisar quando ocorreu ou a motivação para essa mudança, mas pode-se afirmar que as ITES e ITCPs são sinônimas (Rêgo, 2025).

Há dois perfis das ITES, a saber: I) o primeiro diz respeito às ITES ligadas às Instituições de Ensino, geralmente públicas, sejam elas estaduais ou federais, ou Universidades ou Institutos; II) o segundo são aquelas sem fins lucrativos, algumas delas ligadas à Igreja, sindicatos e/ou tidas como Organizações Não Governamentais, porém vale salientar que muitas delas não se dão o nome de incubadoras (Perissé *et al.*, 2017).

As incubadoras ligadas às Instituições de Ensino são peças fundamentais para promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. As primeiras "surgiram no final da década de 90, período de dificuldades para os trabalhadores brasileiros. É ainda nesse momento que surge a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular (ITCP) brasileira, a ITCP/COOPE/UFRJ" (Nascimento, 2013, p. 29).

O conceito de incubação mudou muito nos últimos anos. Antes era tido, por incubadoras empresariais e de economia solidária, como o acompanhamento de um empreendimento desde o seu início até que ele fosse autônomo. Porém, hoje é uma prática de acompanhamento de práticas de economia solidária em formação, mas também já consolidadas ou com algum tempo de criadas.

Isso pode ser confirmado pelo Relatório que avaliou o PRONINC – Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas, organizado pelo Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC (2017, p. 20), onde a atividade principal das incubadoras foi definida como sendo o trabalho de apoio aos empreendimentos, mas as evidências apontam para um "alargamento" do conceito de incubação, incluindo atividades diversas como atuação nos territórios e até assessorias pontuais.

Os objetivos das ITES são diversos, além de incubar as iniciativas de economia solidária, elas também produzem conhecimento acadêmico em sintonia com o conhecimento popular, colaboram na construção de políticas públicas, constroem novos métodos e instrumentos de apoio à economia solidária, auxiliam no surgimento de outras incubadoras, formam qua-

dros de trabalhadores para a economia solidária, principalmente entre os estudantes que delas fazem parte, fomentam o tema dentro das instituições de ensino, dentre outras atividades (SOLTEC, 2017).

Também é importante que cada incubadora desenvolva uma metodologia que dialogue com a sua realidade. Sendo assim, é compreensível a existência de várias metodologias de incubação, e "é preciso respeitar e compreender a diversidade dos contextos em que se inserem as incubadoras e as particularidades dos grupos que são acompanhados" (SOLTEC, 2017, p. 75).

Ainda com relação às metodologias das ITES, vale destacar que a maioria divide o processo em pré-incubação, incubação e desincubação (SOLTEC, 2017) e que geralmente não há um período padrão para que a incubação seja realizada, variando a depender da situação da iniciativa de economia solidária e de seus membros, da eficácia das ações implementadas, das condições de trabalho da própria ITES, dentre outras questões (Addor; Laricchia, 2018).

Leal (2018) trata a incubação como um ato pedagógico, e afirma que ela assume uma variedade de estratégias, ações e atividades, além de elaborar um conjunto diversificado de artefatos. As ITES, na prática pedagógica, empenham-se para formar, capacitar e assessorar, como meio para qualificar a ação política, gerencial, produtiva e comercial dos empreendimentos coletivos em processo de incubação. Sendo assim, as ITES realizam diversas ações com a perspectiva de fortalecer a prática associativa e o seu trabalhador, especialmente os que estão em situação de vulnerabilidade, tais como "programas de formação para os trabalhadores, produção de material didático escrito e audiovisual, intercâmbios entre empreendimentos, realização de fóruns e seminários, entre outros".

Voltando à atividade principal das ITES, importante destacar que muitas dessas iniciativas incubam territórios empobrecidos, usando a economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento que tem na democracia econômica sua principal característica (Leal, 2018). Essa perspectiva de incubação visando o desenvolvimento de territórios é peculiar quando analisado o caso da IFSol que, como será visto posteriormente, se organiza em núcleos com atuação distribuída em vários municípios das microrregiões do RN.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Foi desenvolvido um estudo a partir de uma abordagem qualitativa e descritiva, como indicado por Prodanov e Freitas (2013), baseado em um estudo de caso, conforme pressupostos de Yin (2001). Essa escolha metodológica permite realizar uma

investigação profunda e contextualizada da atuação da IFSol, pois considera a complexidade da incubação em rede, envolvendo múltiplos atores, relações e processos.

Para isso, foram realizadas pesquisas documentais no intuito de traçar a linha do tempo dos principais acontecimentos relacionados à construção da identidade de atuação da IFSol. Serviram como subsídios de estudo o regimento interno da incubadora, relatórios anuais e outros materiais auxiliares. Em seguida, foi realizado um estudo transversal, que considerou a construção coletiva dos principais desafios e oportunidades de desenvolvimento apontadas pelos representes dos núcleos (servidores e estudantes) presentes na Assembleia anual da IFSol de 2024 realizada no ano de 2025 (IFRN, 2025).

Sendo assim, o estudo se concentra, portanto, não apenas em uma análise descritiva, mas também em interpretar as dinâmicas, os significados atribuídos pelos participantes da Incubadora e as barreiras estruturais e conjunturais enfrentadas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA IFSOL

Desde 1998, o IFRN disponibiliza para a comunidade os serviços de Incubadoras Tecnológicas, porém estas são voltadas para a formação de empreendedores e empresas, a partir de uma metodologia que tem a lógica mercadológica que visa o lucro individual. Por essa razão, a IFSol foi criada no intuito de contribuir com o desenvolvimento de iniciativas de economia solidária, visando torná-las alternativas viáveis de geração de emprego e renda para a população local, partindo de uma visão voltada para o fomento de empreendimentos associativos, dentro dos princípios da educação popular.

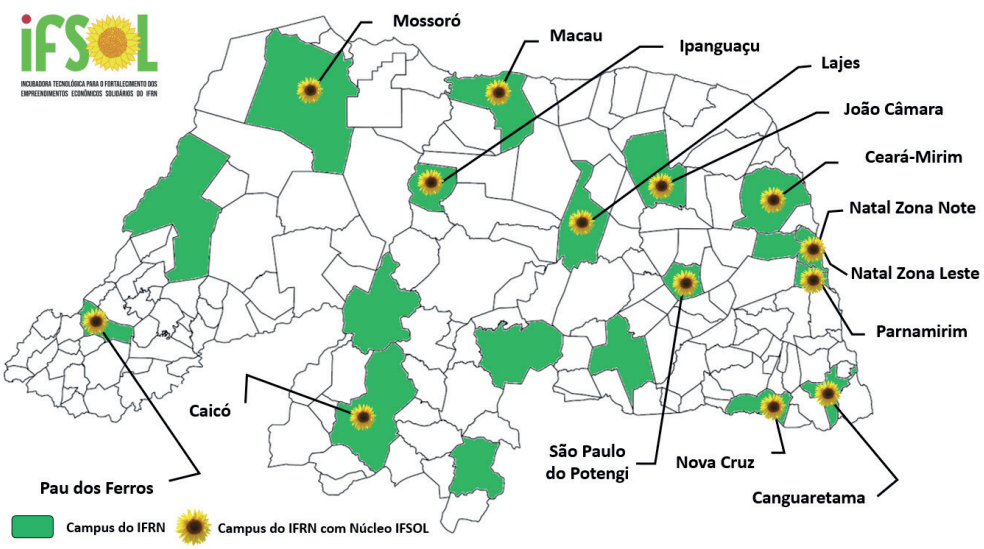
O objetivo dessa incubadora é, portanto, contribuir para a geração de trabalho e renda, para o desenvolvimento da economia local, para a construção de redes solidárias, e para a redução das desigualdades sociais por meio da inclusão social, produtiva e econômica (Instituto Federal do Rio Grande do Norte, 2018).

A IFSol desenvolve ações de incubação por meio de ações voltadas a grupos produtivos que desejam trabalhar de forma coletiva sob princípios e valores da Economia Solidária, através do fomento, da capacitação técnica, tecnológica e profissional, e ainda, possibilitando a articulação entre pesquisadores, estudiosos e trabalhadores que tenham o propósito de atuar de forma autogestionária.

Conforme estabelecido pela Portaria nº 829/2025 do IFRN (2025), a Incubadora está presente em 14 *campi* atuando em núcleos, distribuídos tanto na capital quanto

no interior do estado do Rio Grande do Norte (RN), nas seguintes localidades: Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Ipanguaçu, João Câmara, Lajes, Macau, Mossoró, Natal Zona Leste, Natal Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros e São Paulo do Potengi. A Figura 1 demonstra a distribuição atual dos núcleos pelo estado.

Figura 1 – Distribuição geográfica da IFSol/RN por núcleos



Fonte: adaptado de Portaria nº 829/2025 – RE/IFRN (2025).

Nesse contexto, considerando os projetos desenvolvidos anualmente pela incubadora, a estrutura de pessoal presente nos núcleos da IFSol indica no total a participação de 34 servidores, todos docentes do IFRN, e mais 84 estudantes, entre bolsistas e voluntários. Além disso, as ações da incubadora atendem EES distribuídos em 40 municípios do estado, o que reforça a capilaridade do projeto (IFRN, 2025).

Conforme regimento da IFSol, a dinâmica de funcionamento da incubadora é compreendida por um coordenador geral (servidor do IFRN), escolhido democraticamente e anualmente dentre todos aqueles participantes do projeto. Cada núcleo, por sua vez, possui no mínimo um coordenador (também servidor do IFRN), e desenvolve ações em rede com outros núcleos ou conforme demanda específica da comunidade ou EES atendido (Instituto Federal do Rio Grande do Norte, 2018).

Ainda segundo esse mesmo documento, uma vez ao ano é realizada a assembleia geral da IFSol, que conta com a presença dos membros dos núcleos (servidores e estu-

dantes) e alguns dos empreendimentos assessorados. Na assembleia é feita a prestação de conta das atividades, o planejamento para o ano seguinte e encaminhamentos de questões estratégicas da incubadora.

A incubadora apresenta estruturas físicas variadas em seus diversos núcleos distribuídos pelos *campi* do IFRN. Segundo dados da Assembleia anual (IFRN, 2025), dentre os 14 núcleos em atuação, 6 não apresentam espaço físico para o seu funcionamento, o que representa 42,85% do total. Ao mesmo tempo, quando se observa a adequação dos espaços para as necessidades da Incubadora, apenas 4 (28,57%) apontam possuir essa estrutura. Esse cenário sugere que internamente, nos *campi* do IFRN, a busca por espaços físicos e maior estrutura tecnológica deve ser permanente.

Ao mesmo tempo, a IFSol conta desde 2019 com apoio institucional e financeiro da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) do IFRN, que apoia a participação da Incubadora nas iniciativas institucionais e científicas, bem como contribui com auxílio financeiro para estudantes. De forma complementar, devido à crescente necessidade de recursos, a incubadora tem buscado, por meio de projetos realizados junto ao Governo Federal, ampliar o número de iniciativas e de captação de recursos.

Cabe, ainda, destacar que a IFSol apresenta uma peculiaridade quando comparada a outros modelos de ITES, como discutido no referencial teórico: I) a incubadora apresenta núcleos em vários territórios, portanto busca o desenvolvimento territorial a partir da incubação das iniciativas de economia solidária locais. Essa forma de atuação difere de uma estratégia compartilhada de atuação em rede onde um conjunto de incubadoras com gestões independentes podem se articular em ações específicas em rede; II) atuação sob a forma de gestão compartilhada por meio de um trabalho de incubação em rede, ou seja, cada núcleo tem sua autonomia, mas trabalha em conjunto com os demais membros da IFSol. Inclusive, núcleos mais maduros no processo podem ser incubadores de núcleos mais recentes.

A partir da atuação da IFSol, o IFRN, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que abarca o período de 2019/2026 (IFRN, 2019), destacou a economia solidária como eixo estratégico e estruturante dos seus projetos de extensão. Sendo assim, a incubadora tem conquistado um espaço permanente e importante nas ações institucionais de curto, médio e longo prazo.

4.2 BREVE HISTÓRICO E METODOLOGIA DE ATUAÇÃO DA IFSOL

A ideia de criação da IFSol surgiu após a elaboração de proposta de projeto submetida ao edital do PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, no ano de 2018. Mesmo após o projeto não ter sido aprovado, foi decidido entre seus representantes que a proposta seria apresentada ao IFRN como sendo uma possível ação institucional.

Ao mesmo tempo, a criação da IFSol no IFRN foi uma ideia incubada pela Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Na oportunidade, servidores representantes dos *campi* Natal Zona Norte, Macau, São Paulo do Potengi e Nova Cruz passaram por formações sobre economia solidária para desenvolverem a proposta de atuação.

Como consequência, a proposta de criação da incubadora foi apresentada em reunião do Colégio de Dirigentes (CODIR) do IFRN e aprovada, passando por processo de formalização junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRN – CONSEPEX. Após isso, os servidores nos diversos *campi* foram convidados para um evento sistêmico, que visava compartilhar a proposta da criação da incubadora. Assim, em junho de 2018, os 6 núcleos fundadores da IFSol (Natal Zona Norte, Macau, São Paulo do Potengi, Nova Cruz, João Câmara e Lajes) foram formalizados e iniciaram suas atividades.

Nesse contexto, o processo de incubação das iniciativas incubadas definido pelo grupo segue uma metodologia assentada nos princípios e valores norteadores da economia solidária, constituída por processos educacionais incentivadores da participação popular e do empoderamento, como forma de transformação social.

O método proposto pela IFSol tem 4 diretrizes. A primeira diretriz é conhecida como pesquisa-ação, ou seja, segue o ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir e investigar a respeito dela, sempre aperfeiçoando os processos durante o seu fazer.

A segunda diretriz é a educação popular, entendida como instrumento de transformação social, na medida em que compreende uma prática pedagógica libertadora, comprometida com as necessidades das classes populares, e facilitadora da participação das pessoas como seres autônomos e capazes de se organizarem coletivamente. É, portanto, uma ação dialógica que valoriza o saber popular na construção do processo educativo, sendo feita, preferencialmente, onde a atividade econômica acontece, prezando pelo conhecimento da realidade local.

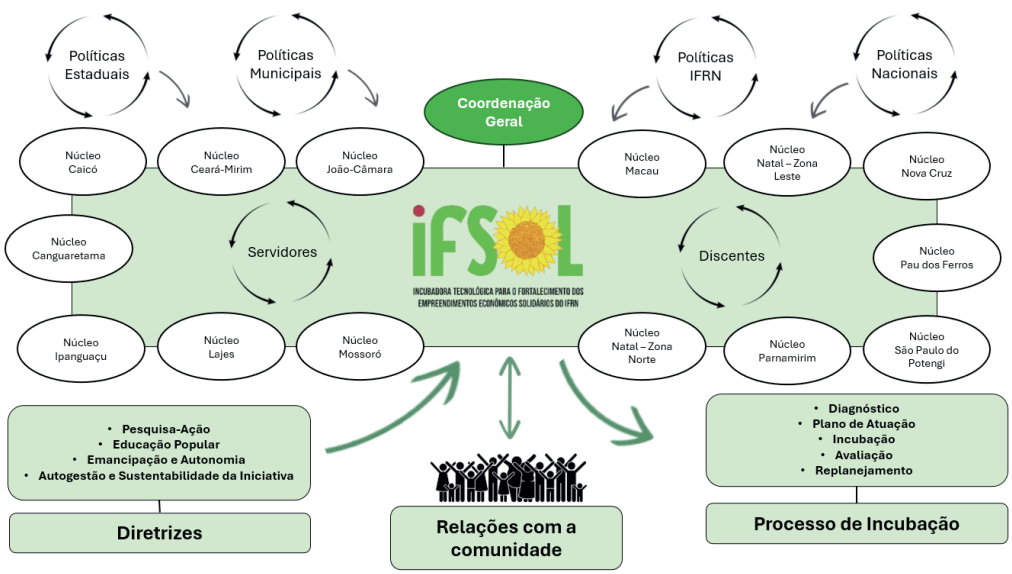
A terceira diretriz é a emancipação do trabalhador e sua autonomia, tratando-o como protagonista, o que lhe dá maior empoderamento sobre o conhecimento tratado e construído, conferindo a ele responsabilidades com o processo formativo e os resultados. A quarta diretriz diz respeito ao fortalecimento da autogestão e sustentabilidade da iniciativa. A sustentabilidade em questão envolve questões internas e externas ao grupo, e dialoga com a perspectiva de um equilíbrio entre a ação econômica e a atuação política.

O processo de incubação, por sua vez, é caracterizado por cinco etapas: Diagnóstico, Plano de Atuação, Incubação, Avaliação e Replanejamento, a saber: I) A etapa

de Diagnóstico é caracterizada pela aplicação e validação de um questionário juntos aos componentes do EES; II) o núcleo responsável pela atuação no EES elabora um Plano de Atuação de acordo com as demandas apresentadas no diagnóstico pelo EES (metas, atividades, indicadores e prazos); III) na incubação é necessário um acompanhamento mensal do EES para confirmação do andamento das ações determinadas no Plano de Atuação; IV) a etapa seguinte é de avaliação das ações (realizada com, no mínimo, um ano de atuação da Incubadora no EES); V) a etapa final trata do replanejamento de ações (realinhamento de atividades e novo Plano de Atuação).

De forma a representar visualmente as relações e interrelações do funcionamento em rede da incubadora, as diretrizes que fundamentam suas ações e o processo de incubação adotado, a Figura 2 demonstra essa dinâmica orgânica conforme configuração mais recente.

Figura 2 – Dinâmica orgânica de atuação da IFSol



Fonte: elaboração própria (2025).

Cabe destacar que cada núcleo da IFSol tem uma equipe para atuação nos EES de seu respectivo território. Os núcleos atuam numa mesma perspectiva metodológica e de forma integrada. Isto é, cada núcleo tem uma competência específica, que está relacionada com os cursos técnicos do seu *campus*, mas atua articulado com as outras competências presentes nos demais núcleos

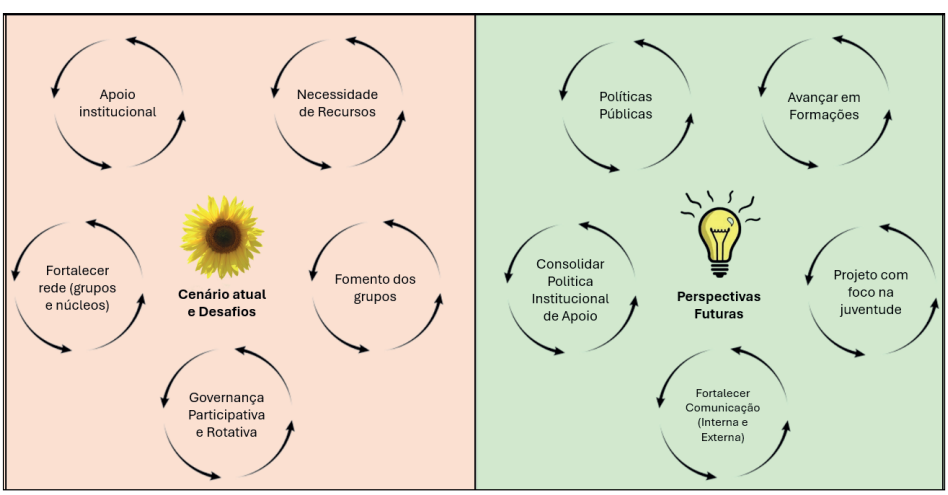
4.3 CENÁRIO ATUAL, DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Como parte do processo de avaliação de sua atuação e planejamento de ações futuras como ação institucional permanente, os servidores e estudantes da Incubadora, bem como representantes da gestão sistêmica do IFRN, realizam anualmente a assembleia geral. A dinâmica do encontro envolve a exposição das ações e projetos desenvolvidos pelos núcleos e a identificação dos desafios e oportunidades de melhorias para a IFSol. Ao final, o grupo define a nova coordenação geral do projeto e planeja atividades para o ano subsequente.

Na avaliação do ciclo de 2024, ficou evidente a diversidade de conhecimentos envolvidos pelos núcleos em seus projetos e ações, compreendendo discentes de diferentes modalidades de ensino. O público beneficiado, direta ou indiretamente, compreendeu cerca de 2060 pessoas, conforme resultados dos projetos cadastrados no edital nº 09/2024 da Pró-Reitoria de Extensão do IFRN (IFRN, 2024). Além disso, o cenário atual, os desafios e as perspectivas futuras da incubadora geradas na assembleia envolvem as variáveis apresentadas na Figura 3.

A necessidade de apoio institucional destacada na Figura compreende: I) apoio na aprovação do novo regimento da Incubadora (em revisão); II) ampliação do número de núcleos; III) permitir a participação dos membros em conferências; IV) possibilitar maior articulação (participação da IFSol na Rede IF Ecosol – em desenvolvimento).

Figura 3 – Cenário atual, desafios e perspectivas futuras da IFSol



Fonte: elaboração própria (2025).

No tocante à necessidade de recursos, os membros verificam que é preciso materiais para germinação dos grupos assessorados/acompanhados, mais recursos para a realização da Assembleia Geral, ampliação da quantidade de bolsista por núcleo e ampliação dos recursos para formações e materiais de consumo.

No que concerne às perspectivas futuras, o grupo vislumbra a possibilidade de estabelecer políticas públicas que tenham como foco a economia solidária; a realização de formações por meio de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC's e Educação a Distância); a consolidação da política institucional de apoio à economia solidária; a possibilidade de construção de projeto sistêmico para os *campi* com foco nos jovens; a necessidade de fomentar instrumentos de melhoria na realização da comunicação interna e externa.

5 CONCLUSÃO

Este artigo buscou compreender a conjuntura da atuação em rede da IFSol do IFRN no processo de Incubação de EES. A análise documental e a pesquisa participante permitiram identificar a relevância da IFSol para o fomento da economia solidária no Rio Grande do Norte, bem como os desafios enfrentados na sua atuação em rede.

A incubadora se consolida, nesse sentido, como um importante polo de extensão, pesquisa e ensino, contribuindo para a formação de quadros para a economia solidária e para o desenvolvimento territorial sustentável. Os desafios identificados, como necessidade de maior integração e a melhoria dos canais de comunicação, são inerentes ao trabalho em rede e demandam ações contínuas de gestão e articulação.

A atuação da IFSol demonstra o potencial das instituições federais de ensino na promoção de um desenvolvimento mais justo e solidário, alinhado aos princípios da Economia Solidária. A diversidade dos *campi* envolvidos e a interdisciplinaridade dos projetos reforçam o caráter sistêmico da Incubadora, transformando-a em um agente de transformação social e econômica no estado.

Para a superação dos desafios e a continuidade do projeto, é fundamental a manutenção do apoio institucional e da gestão local dos diversos *campi* para fortalecimento dos núcleos. Além disso, o desenvolvimento de estratégias de comunicação interna e a busca por maior integração com a comunidade externa, são essenciais para garantir o apoio político e financeiro necessário à expansão de suas ações.

A principal limitação da pesquisa reside no foco exclusivo na análise documental e na perspectiva interna da incubadora.

Sugere-se que trabalhos futuros investiguem a percepção da comunidade atendida, evidenciando a relevância do projeto a partir desta perspectiva. A avaliação do impacto socioeconômico direto e indireto da IFSol nos EES incubados e nas comunidades locais é uma lacuna que precisa ser preenchida.

REFERÊNCIAS

ADDOR, F.; LARICCHIA, C. O conceito Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. *In*: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**: concepção, metodologia e avaliação. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. p. 11-22. Volume I. Disponível em: https://nides.ufrj.br/images/Imagens/programas/SOLTEC/Publicacoes/Incubadoras-Tecnologicas_v1_1ed2018_web.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Economia Solidária. **1º Plano Nacional de Economia Solidária**: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília: Ministério do Trabalho, 2015. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.

CASTILLA CARRASCAL, I. T. **A construção do mercado solidário brasileiro**: contribuições das redes de economia solidária. 2012.120 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **O que é Economia Solidária**. 2011. Disponível em: https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria. Acesso em: 4 mar. 2011.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n.1, jun. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn.html. Acesso em: 28 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Deliberação nº 26/2018**. Aprova o Regimento da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

do Rio Grande do Norte (IFSOL/IFRN). Natal, 2018. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consepex/deliberacoes/2018/deliberacao-no-26-2018/view. Acesso em: 26 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Portaria nº 829/2025** – RE/IFRN. Natal: IFRN, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Programa de Apoio aos Núcleos da Incubadora de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN – IFSol. **Edital nº 09/2024** – PROEX/ IFRN. Disponível em: suap.ifrn.edu.br/projetos/visualizar_arquivo/123131/. Acesso em: 27 de out. 2025.

LEAL, L. P. Princípios e fundamentos para uma tipologia de incubação tecnológica em economia solidária. *In*: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**: concepção, metodologia e avaliação. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2018. p. 71-97. Volume I.

MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Economia social e programas de emancipação por meio de empreendimentos econômicos sociais no Brasil: avanços e dificuldades. **Revista Alcance**, Vale do Itajaí, vol.16, n.3, p.339-357, set-dez., 2010. Disponível em: http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/ra/issue/view/155/showToc. Acesso em: 25 nov. 2025.

MOURA, M. S.; MEIRA, L. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. **Bahia Análises e Dados**, Salvador, SEI, v.12, n.1, p.77-84, jun. 2002.

NASCIMENTO, I. R. T. do. **Incubadoras de economia solidária e extensão universitária**: possibilidades e inovação. 2013. 103 f. Dissertação (Doutorado) – Curso de Mestrado em Administração, Núcleo de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/dissertacao_ives.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

NÚCLEO DE SOLIDARIEDADE TÉCNICA – SOLTEC (Rio de Janeiro). Núcleo Interdisciplinar Para o Desenvolvimento Social – NIDES/UFRJ. **Avaliação do PRONINC**: Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017. 154 p. Disponível em: http://nides.ufrj.br/images/RelatorioProninc/Avaliacao_Proninc_2017.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

PERISSÉ, C. *et al*. A avaliação do PRONINC 2017: metodologia e resultados. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, n. 63, 2017. Disponível

em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8133/1/bmt_63_avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 1 ago. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo/RS: Universidade Feevale, 2013. Acesso em: http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf Disponível em: 29 de mar. 2020.

RÊGO, D. F. de A. **A natureza da comercialização na economia solidária**: a contribuição dos grupos de consumo responsável. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, CIAGS – Centro Interdisciplinar de Apoio à Gestão Social Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RÊGO, D. F. Metodologia para criação de incubadoras tecnológicas de economia solidária na RFEPCT. *In*: 2o Simpósio Brasileiro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social, 17 mar. 2025. **Anais do 2o Simpósio Brasileiro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social** [...]. Brasilia: Even3, 17 mar. 2025. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/2o-sepets/980082-metodologia-para-criacao-de-incubadoras-tecnologicas--de-economia-solidaria-na-rfepct. Acesso em: 28 abr. 2025.

SENAES. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Sistema nacional de informações de economia solidária – SIES – disponibiliza nova base de dados: Divulgação dos dados do SIES 2013. 2013. **Boletim SENAES Acontece** – Edição Especial. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3D183F81013D274F4D3F6E19/Acontece. Acesso em: 25 nov. 2025.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ReciclAmar: Economia Circular e Reciclagem Criativa de Resíduos Plásticos

ReciclAmar: Circular Economy and Creative Recycling of Plastic Waste

ReciclAmar: Economía Circular y Reciclaje Creativo de Residuos Plásticos

Jully Kalyanny Silva Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Jullykalyanny88@gmail.com

Elaine Denise Bandeira
UFRN – Programa desenvolvimento em Meio Ambiente (PRODEMA)
elainedebandeira@gmail.com

Thalia Maria de Sousa Soares
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
thaliabiop2@gmail.com

Sheyla Varela Lucena
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
sheylavlucena@gmail.com

Resumo

As ações do Projeto de extensão ReciclAmar integram a fabricação de produtos a partir de plásticos reciclados, a pesquisa acadêmica e a educação ambiental sobre a problemática e o processo de reciclagem, inspiradas no projeto *Precious Plastic*. Aplicamos economia circular ao processamento criativo de PEAD/PP em contexto costeiro, com fluxo de triagem por polímero, lavagem com reúso de água, secagem, trituração e conformação por injeção/prensagem, resultando em produtos de maior valor agregado (placas, utilidades, itens educativos/decorativos) e efeito pedagógico. A padronização do insumo (identificação, limpeza, segregação, rotulagem) elevou a estabilidade do processo e reduziu refugo/rebarbas, embora persistam gargalos de infraestrutura, heterogeneidade da matéria-prima e falhas de identificação do polímero. O modelo mostrou-se acessível e replicável, com potencial de geração de renda local ao longo da cadeia coleta-reciclagem-transformação; recomenda-se que empresas de embalagens plásticas padronizem e marquem seus produtos (polímero e componentes) para facilitar triagem, rastreabilidade e reciclabilidade.

Palavras-chave: Economia circular; *Precious Plastic*; Reciclagem de plásticos; Logística reversa.

Abstract

The activities of the ReciclAmar extension project include the manufacture of products from recycled plastics, academic research, and environmental education on the issues and process of recycling, inspired by the *Precious Plastic* project. We apply circular economy to the creative processing of HDPE/PP in a coastal context, with polymer sorting, washing with water reuse, drying, shredding, and injection/press molding, resulting in products with higher added value (plates, utilities, educational/decorative items) and educational impact. Standardization of inputs (identification, cleaning, segregation, labeling) increased process stability and reduced waste/burrs, although infrastructure bottlenecks, raw material heterogeneity, and polymer identification failures persist. The model pro-

ved to be accessible and replicable, with the potential to generate local income throughout the collection–recycling–processing chain. It is recommended that plastic packaging companies standardize and label their products (polymer and components) to facilitate sorting, traceability, and recyclability.

Keywords: Circular economy; *Precious Plastic*; Plastic recycling; Reverse logistics.

Resumen

Las acciones del Proyecto de Extensión ReciclAmar integran la fabricación de productos a partir de plásticos reciclados, la investigación académica y la educación ambiental sobre el problema y el proceso del reciclaje, inspirados en el proyecto Precious Plastic (Plástico Precioso). Aplicamos la economía circular al procesamiento creativo de HDPE/PP en un contexto costero, con un flujo de clasificación por polímero, lavado con reutilización de agua, secado, triturado y moldeado por inyección/prensado, lo que resulta en productos con mayor valor añadido (platos, utilitarios, artículos educativos/decorativos) y un efecto pedagógico. La estandarización de los insumos (identificación, limpieza, segregación, etiquetado) aumentó la estabilidad del proceso y redujo los desperdicios/rebabas, aunque persisten cuellos de botella en la infraestructura, la heterogeneidad de la materia prima y las fallas en la identificación de polímeros. El modelo demostró ser accesible y replicable, con el potencial de generar ingresos locales a lo largo de la cadena de recolección-reciclaje--transformación. Se recomienda que las empresas de envases de plástico estandaricen y marquen sus productos (polímeros y componentes) para facilitar la clasificación, la trazabilidad y la reciclabilidad.

Palabras clave: Economía circular; Precious Plastic; Reciclaje de plástico; Logística inversa;

1 INTRODUÇÃO

Desde sua descoberta, o plástico proporcionou inúmeras possibilidades para a sociedade. Entretanto, a partir do século XX, a produção mundial de resíduos plásticos cresceu drasticamente, resultando em grande volume de descarte pós-consumo (Andrady; McNeal, 2009; Geyer; Jambeck; Law, 2017). O descarte inadequado em ambientes naturais agrava os riscos para a vida aquática, os ecossistemas e a saúde humana, pois a degradação lenta dos polímeros e a formação de micro e nanoplásticos mantêm a carga poluente em circulação por décadas, estimativas apontam centenas de trilhões de partículas plásticas nos oceanos (Mauad; Oliveira; Lourenço, 2025; Eriksen *et al*., 2023).

No Brasil, a gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) evidencia a necessidade de soluções sistêmicas. O país figura entre os maiores geradores de resíduos plásticos e recicla aproximadamente 8,3% de sua produção total, quadro associado à heterogeneidade tipológica dos plásticos, às assimetrias regionais e a gargalos de infraestrutura e governança (Mauad; Oliveira; Lourenço, 2025; Pimenta *et al*., 2025). A destinação adequada e o gerenciamento desses resíduos, portanto, tornam-se processos complexos e multissetoriais (Pimenta *et al*., 2025).

Nesse cenário, a Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída pela Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010a) e seu regulamento pelo Decreto nº 7.404/2010 (BRASIL, 2010b) estabelecem diretrizes de responsabilidade compartilhada e logística reversa, associadas à inclusão socioprodutiva por meio de cooperativas e associações de catadores. A literatura aponta que a persistência do problema está vinculada ao modelo econômico linear, estruturado na lógica extrair-produzir-descartar, que intensifica o uso de recursos e a geração de resíduos, impactando negativamente a biodiversidade (Arruda *et al*., 2021).

Dito isso, existe uma urgência de transição nesse modelo que alimenta o comportamento de descarte pós-consumo, devido à poluição nos ecossistemas aquáticos, onde milhões de toneladas de plásticos são lançadas anualmente nos rios e seguem para o mar, afetando diretamente a biota por ingestão e emalhe, com desfechos como obstruções do trato digestivo, desnutrição e mortalidade (Meijer *et al*., 2021; Roman *et al*., 2021).

Nesse contexto, iniciativas de economia circular que reintroduzem resíduos no ciclo produtivo e articulam educação ambiental e governança local ganham relevância. Modelos abertos como o *Precious Plastic* mostram como redes cidadãs podem estruturar espaços comunitários de reciclagem, integrando coleta, triagem e transformação de plásticos em novos produtos, com potencial de impacto socioambiental e engajamento territorial (Spek-

kink; Rödl; Charter, 2022). É nesse horizonte que se insere o ReciclAmar: alinhado à PNRS e à Agenda 2030 (ODS 8, 10, 11 e 12), o projeto foi iniciado visando transformar resíduos plásticos em itens de maior valor agregado em comunidades litorâneas, operando com logística reversa e ações de educação ambiental voltadas ao turismo responsável.

2 METODOLOGIA

As ações do projeto ReciclAmar integram a fabricação de produtos a partir de plásticos reciclados, a realização de pesquisa acadêmica e a promoção de atividades de educação ambiental, com foco na problemática e no processo de reciclagem do plástico, inspiradas no projeto *Precious Plastic* (Spekkink; Rödl; Charter, 2022).

As principais etapas da reciclagem mecânica do plástico incluem separação, lavagem, secagem, trituração e derretimento para os processos por injeção e uso de uma prensa quente (Chow, 2022). Com base nessas etapas, o projeto adotou o fluxo operacional descrito a seguir.

A Figura 1 ilustra as etapas do ciclo de reciclagem do plástico, que incluem: entrada dos resíduos plásticos pós-consumo, separação, lavagem, secagem, trituração, processamento por injeção ou pressão com altas temperatura, confecção de produtos de maior valor agregado, distribuição e reciclagem.

Figura 1 – Ciclo de produção dos produtos plásticos reciclados do projeto ReciclAmar



Fonte: elaboração própria (2022).

Essas etapas foram realizadas utilizando o maquinário desenvolvido pela *Precious Plastic* Cotia/SP, conforme mostra a Figura 2. Este inclui a trituradora, o forno adaptado para atuar como uma prensa quente e uma máquina injetora, produzidas para reciclagem de termoplásticos em pequena escala, pensado para a demanda do laboratório desse projeto de extensão.

Figura 2 – Máquinas adaptadas utilizadas na reciclagem dos resíduos plásticos pós-consumo no laboratório do ReciclAmar

a) Trituradora



b) Forno



c) Máquina injetora



d) Maquinário completo



Fonte: acervo ReciclAmar (2022).

No processo de reciclagem, foram utilizados dois tipos de plásticos entre os sete termoplásticos mais comuns: o Polietileno de Alta Densidade (PEAD, tipo 2), usado em embalagens de cosméticos, frascos de produtos químicos e de limpeza, e tubos de líquidos e gases; e o Polipropileno (PP, tipo 5), encontrado em embalagens para massas e biscoitos, potes de margarina, fibras e fios têxteis, utilidades domésticas e peças automotivas.

Na etapa de separação, os resíduos plásticos foram classificados pela origem da matéria-prima e pelo nível de limpeza; a lavagem ocorreu com adição de aditivos conforme o grau de contaminação, seguida da secagem para eliminação da umidade residual. Na trituração, os plásticos foram fragmentados em partes menores (*flakes*), de acordo com o tipo de plástico (PEAD ou PP) e armazenados em caixas plásticas separadas por tipo e cores. O processo de trituração seguido de prensagem a quente no forno foi utilizado para desenvolver placas de "madeira plástica".

Para o derretimento desses materiais, foi utilizado o forno elétrico adaptado a 250 °C, com placas de 30 × 40 cm e 5 mm, posteriormente utilizadas na confecção de bancos, mobílias, tamboretes, quadros, prateleiras, relógios de parede e brinquedos educativos. Já na injeção, os *flakes* foram processados também na máquina injetora para fabricar peças tridimensionais, utilizando moldes confeccionados pela *Precious Plastic* Cotia, com produção de chaveiros, piões, mosquetões e porta-copos (redondos e hexagonais).

Além disso, o projeto proporcionou novas oportunidades de conhecimento, possibilitando modelos de negócios que fortalecem a gestão local e nacional, tanto para comunidades quanto para empresas locais, garantindo a inclusão social e a conservação do bioma costeiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 AQUISIÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA

A matéria-prima utilizada nas etapas de reciclagem foi inicialmente coletada durante a gincana da Semana do Meio Ambiente de 2022 no IFRN, que resultou na arrecadação de aproximadamente 50 kg (3.390 itens) de plásticos arrecadados (Santos *et al*., 2022). Na sequência, a captação continuou por meio de uma campanha permanente conduzida pelos bolsistas do projeto e pela comunidade acadêmica, articulada a ações de educação ambiental realizadas na instituição (Figura 3). Esse fluxo contínuo de doações por parte da comunidade ampliou a disponibilidade de insumos e sustentou a produção de itens de maior valor agregado ao longo do período analisado.

Figura 3 – Resíduos plásticos arrecadados na Gincana do Meio Ambiente no IFRN/CNAT em 2022



Fonte: acervo Reciclamar (2022).

3.2 ETAPA DE SEPARAÇÃO

Os resíduos plásticos foram separados manualmente, priorizando duas classificações entre os sete códigos de termoplásticos: PEAD (tipo 2) e PP (tipo 5). A identificação correta do símbolo do material é uma parte essencial do processo de reciclagem, pois facilita o fluxo da cadeia diante da alta rotatividade dessas embalagens (Coltro *et al*., 2008). Por isso, é importante que a limpeza, separação e a rotulagem sejam padronizadas e feitas com cuidado. Esses passos são essenciais para garantir uma reciclagem eficiente e de alta qualidade (Coltro *et al*., 2008; Chappel *et al*., 2022).

Quanto à origem dos materiais, para o Polietileno de Alta Densidade (PEAD, tipo 2) foram arrecadadas principalmente embalagens de cosméticos, frascos de produtos químicos e de limpeza, e tubos para líquidos e gases. Para o Polipropileno (PP, tipo 5), a coleta abrangeu embalagens para massas e biscoitos, potes de margarina, fibras e fios têxteis, utilidades domésticas e peças automotivas.

3.3 ETAPA DE LAVAGEM

Com o objetivo de minimizar o consumo de água, o projeto adaptou um barrilete do laboratório (Figura 4) para permitir

o reúso nas operações de pré-lavagem e lavagem dos plásticos durante o processo de reciclagem. Nessa etapa, utilizaram-se soluções de limpeza (cloro e detergente) para auxiliar na remoção de impurezas e de matéria orgânica aderida aos materiais.

Figura 4 – Etapas de lavagem com os recipientes com cloro, detergente e lavagem mecânica

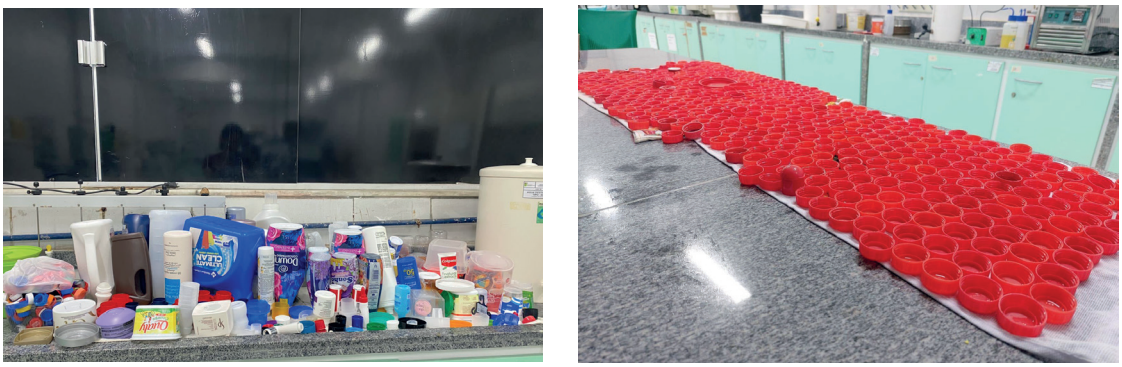


Fonte: acervo ReciclAmar (2022).

3.4 ETAPA DE SECAGEM

Após a lavagem, foi dado o início da etapa de secagem dos materiais (Figura 5), destinada a eliminar a umidade residual e preparar o plástico para o reprocessamento. A remoção eficiente da umidade é indispensável para reduzir perdas de energia e falhas no produto final: quando a secagem é inadequada, a água evapora nas zonas de volatilização das injetoras, favorecendo a formação de bolhas e outros defeitos.

Figura 5 – Processo de secagem dos resíduos plásticos (PEAD- tipo 2 e PP-tipo 5)



Fonte: acervo ReciclAmar (2022).

3.5 ETAPA DE TRITURAÇÃO

Após a seleção e a separação por tipo, os resíduos plásticos pós-consumo foram cortados manualmente (tesouras) e, em seguida, processados na trituradora de bancada, fabricada pela *Precious Plastic* Cotia, projetada para PEAD (Polietileno de Alta Densidade) e PP (Polipropileno). A Figura 6 apresenta a trituradora e os tamanhos de *flakes* produzidos.

Figura 6 – Processo de trituração



(a) (b) (c)

(a) Máquina trituradora; (b) Flakes do processo de trituração dos materiais; (c) Corte das placas de plástico reciclado na serra de mesa do CNATMaker.
Fonte: acervo ReciclAmar (2022).

A trituração promove a homogeneização e forma *flakes* que facilitam o escoamento para o funil da injetora. Além disso, a redução de volume auxilia na moldagem de perfis lineares, posteriormente aquecidos no forno para produção de placas de "madeira plástica". Após a trituração, os *flakes* foram levados ao forno para a confecção de placas em variações de cor; a partir dessas placas, fabricaram-se brinquedos educativos (ex.: tangram), bandejas, relógios (de parede e de mesa) e bancos, conforme ilustrado na Figura 7.

Figura 7 – Produtos fabricados a partir de placas recicladas no laboratório do ReciclAmar



(a) Brinquedo educativo – Tangran



(b) Relógios



(c) Bandejas



(d) Bancos

Fonte: Acervo ReciclAmar, 2022

Revista Diálogos da Extensão, Natal, v. 1, edição especial, p. 78-92, jan./jun. 2026.

3.6 ETAPA DE INJEÇÃO

No processo de injeção, o material plástico triturado foi injetado sob pressão para preencher um molde fechado, seguido pelo resfriamento e extração do objeto moldado.

Apesar dos esforços para minimizar rebarbas, a geração de borra foi recorrente. No processo de injeção, as principais causas identificadas foram: reinícios de ciclo com material remanescente no cilindro, ajustes incorretos de moldes e ausência de limpeza do cilindro antes da troca de matéria-prima. Já no forno/prensa quente, a ocorrência é comum devido à exposição a altas pressões e temperaturas, condições que favorecem extravasamento e solidificação de excedentes. Nessas circunstâncias, a geração de resíduos tende a aumentar; por outro lado, quando o material está limpo e bem caracterizado, observa-se redução significativa desses refugos. A presença de impurezas e de polímeros incompatíveis compromete a homogeneidade e a qualidade do produto final, efeito minimizável por triagem eficiente e limpeza prévia ao processamento (Tratzi *et al*., 2021).

Quanto ao manejo das "rebarbas", o acúmulo de rebarbas ("galhos") foi resfriado e retornou à moagem para reprocessamento. Observou-se, ainda, que quanto mais limpo o material, menor o risco de entupimento das peneiras e menores as paradas de máquina, com consequente redução na geração de resíduos.

A máquina injetora permitiu a produção de peças tridimensionais por meio de moldes adaptados pela *Precious Plastic* Cotia, atendendo à demanda de pequena escala do laboratório. A Figura 8 ilustra a diversidade de produtos fabricados, como chaveiros, peões, bijuterias, porta-copos redondos e hexagonais entre outros.

Figura 8 – Peças recicladas



Fonte: acervo ReciclAmar (2022).

Em síntese, a combinação entre o conceito de economia circular e a demonstração prática de técnicas de reciclagem de plásticos — da triagem ao design de produtos — evidencia que o ReciclAmar pode gerar valor agregado e abrir oportunidades de modelos de negócio, fortalecendo a gestão local e estimulando pequenos empreendimentos, ao difundir conhecimentos sobre logística reversa e gerenciamento adequado dos resíduos. Esses achados corroboram Pezzin e Pinheiro (2021), ao indicar a viabilidade econômica de transformar lixo plástico em recursos valiosos, contribuindo para a economia circular e a sustentabilidade ambiental.

Apesar dos avanços, o projeto enfrentou desafios ligados à infraestrutura, à variabilidade da qualidade da matéria-prima e à falta de identificação do polímero em parte das embalagens, o que afetou a eficiência do processo e a qualidade dos produtos; por isso, limpeza, segregação e rotulagem padronizadas são decisivas para garantir materiais de alto padrão (Coltro *et al.*, 2008; Chappel *et al.*, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência demonstrou que o processamento de termoplásticos oriundos do Bioma Costeiro pode ser uma estratégia eficaz para superar um dos principais gargalos da cadeia de reciclAgem. Tal iniciativa não contribui apenas para a redução do impacto do pós-consumo, mas também comprova a viabilidade técnica para gerar produtos reciclados e recicláveis (estruturas modulares, materiais de construção, mobiliário, recipientes, objetos de decoração, joias, brinquedos, materiais didáticos, etc.). Ao assegurar a circularidade do plástico, o ReciclAmar agregou valor por meio de Ciência, Tecnologia e Inovação, fortaleceu a rede de coleta-reciclagem-transformação e exemplificou novos caminhos para a geração de renda e de valor nas comunidades do recebimento do plástico à criação por artesãos e demais profissionais que possam vir a trabalhar com esse material, aliado à gestão integrada de resíduos. Para ampliar esses resultados, é essencial que as empresas de embalagens plásticas padronizem e marquem todos os seus produtos (com identificação clara do polímero e dos componentes), facilitando a triagem, a rastreabilidade e a reciclabilidade efetiva ao longo de toda a cadeia.

REFERÊNCIAS

ANDRADY, A. L.; NEAL, M. A. Applications and societal benefits of plastics. **Philosophical Transactions of the Royal Society B**: Biological Sciences, v. 364, n. 1526, p. 1977-1984, 2009.

ARRUDA, E. H.; MELATTO, R. A. P. B.; LEVY, W.; MELO CONTI, D. de. Circular economy: A brief literature review (2015–2020). **Sustainable Operations and Computers**, v. 2, p. 79-86, 2021. DOI: https://doi.org/10.1016/j.susoc.2021.08.002.

BRASIL**. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010a.

BRASIL**. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010b.** Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2010b.

CHAPPELL, B. *et al.* Processing household plastics for recycling – A review. **Cleaner Materials**, v. 6, p. 100-158, 2022.

CHOW, G. K. Experimental processes with Precious Plastic. **Interdisciplinary Practice in Industrial Design**, v. 48, p. 59, 2022.

CLARO, F. *et al*. Tools and constraints in monitoring interactions between marine litter and megafauna: insights from case studies around the world. **Marine Pollution Bulletin**, v. 141, p. 147-160, 2019.

COLTRO, L.; GASPARINO, B. F.; QUEIROZ, G. de C. Reciclagem de materiais plásticos: a importância da identificação correta. **Polímeros**, v. 18, p. 119-125, 2008.

ERIKSEN, M. *et al.* A growing plastic smog, now estimated to be over 170 trillion plastic particles afloat in the world's oceans – Urgent solutions required. **Plos One**, v. 18, n. 3, 2023.

GEYER, R.; JAMBECK, J. R.; LAW, K. L. Production, use, and fate of all plastics ever made. **Science Advances**, v. 3, n. 7, e1700782, 2017.

KARASIK, R. *et al*. Inequitable distribution of plastic benefits and burdens on economies and public health. **Frontiers in Marine Science**, v. 9, p. 1017247, 2023.

KÜHN, S.; BRAVO REBOLLEDO, E. L.; VAN FRANEKER, J. A. Deleterious effects of litter on marine life. *In*: BERGMANN, M.; GUTOW, L.; KLAGES, M. (eds.). **Marine anthropogenic litter**. Cham: Springer, 2015. p. 75-116.

MAUAD, T.; OLIVEIRA, R. C.; LOURENÇO, L. F. A. Plásticos e a saúde humana. **Diálogos Socioambientais**, São Bernardo do Campo - SP, v. 8, n. 21, p. 34-41, 2025.

MEIJER, L. J. *et al.* More than 1000 rivers account for 80% of global riverine plastic emissions into the ocean. **Science Advances**, v. 7, n. 18, eaaz5803, 2021.

PEZINNI, O.; PINHEIRO, O.; BARATA, T. Mudalab e precious Plastic: Considerações sobre o movimento maker, sustentabilidade e periferia com o uso do lixo plástico. **Simpósio de Design Sustentável. Anais**, 2021. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/92534. Acesso em: 28 nov. 2025.

PIMENTA, A. A. F. *et al.* O panorama da gestão de resíduos no Brasil: presente e cenários para o futuro. Nova Lima, MG: **Fundação Dom Cabral, Núcleo de Sustentabilidade**, 2025.

ROCHMAN, C. M. *et al*. Classify plastic waste as hazardous. **Nature**, v. 494, n. 7436, p. 169-171, 2013.

ROMAN, L. *et al.* Plastic pollution is killing marine megafauna, but how do we prioritize policies to reduce mortality? **Conservation Letters**, v. 14, n. 2, e12781, 2021.

SANTOS, J. K. S. *et al.* Caracterização dos resíduos plásticos coletados durante a Semana do Meio Ambiente 2022 do IFRN CNAT. *In*: **Anais do Congresso Meio Ambiente Poços 2022**. Poços de Caldas: Meio Ambiente Poços, 2022. p. 93-99. Disponível em: https://meioambientepocos.com.br/anais/ANAIS2022/93%20-%20244268_caracterizao-dos-resduos-plsticos--coletados-durante-a-semana-do-meio-ambiente-2022-do-ifrn-cnat.pdf. Acesso em: 28 nov. 2025.

SPEKKINK, W.; RÖDL, M.; CHARTER, M. Repair Cafés and Precious Plastic as translocal networks for the circular economy. **Journal of Cleaner Production**, v. 380, p. 135-125, 2022.

TRATZI, P. *et al.* Effect of hard plastic waste on the quality of recycled polypropylene blends. **Recycling**, v. 6, n. 3, p. 58, 2021.

Planejamento de Ofertas com Dados: Relato do Observatório de Egressos da RFEPCT

Planning Offers With Data: Report from the RFEPCT Graduate Observatory

Planificación de la Oferta con Datos: Informe del Observatorio de Egresados de la RFEPCT

Carlos César Teixeira Ferreira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
carlos.ferreira@ifma.edu.br

William Corrêa Mendes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
william.mendes@ifma.edu.br

Alessandra Bezerra de Melo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
alessandra.melo@ifma.edu.br

Carlos Alexandre Amaral Araújo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
carlosalexandre@ifma.edu.br

Milena Jansen Cutrim Cardoso
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
milena.cardoso@ifma.edu.br

Resumo

O presente Relato de Experiência descreve como o Projeto "Observatório de Egressos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica (RFEPCT)" transformou dados administrativos em instrumentos de apoio à gestão e ao planejamento formativo. Foram integrados cadastros de egressos do período de 2017 a 2022 a múltiplas bases administrativas e públicas, incluindo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a Receita Federal e a Plataforma Nilo Peçanha. A integração de fontes de dados possibilitou a criação de indicadores que mensuram a participação na força de trabalho, a criação de empresas e a continuidade dos estudos acadêmicos. Esse processo resultou no desenvolvimento de um painel de *Business Intelligence* equipado com recursos de filtragem interativa e métricas práticas para a tomada de decisões. Esse processo resultou na criação de um painel de *Business Intelligence* (BI) equipado com recursos de filtragem interativa e indicadores de desempenho acionáveis. O projeto buscou qualificar a gestão acadêmica e subsidiar políticas públicas com evidências, enfrentando desafios de acesso, padronização e qualidade dos dados por meio de práticas de governança e de rotinas de Extração, Transformação e Carga (ETL). Os resultados fortalecem a transparência, a requalificação profissional e o papel estratégico da extensão na gestão educacional orientada por evidências.

Palavras-chave: Empregabilidade; Rede Federal; Planejamento de ofertas; Políticas públicas; Educação Profissional; Decisão baseada em evidências.

Abstract

This Experience Report describes how the project "Observatory of Graduates from the Federal Network for Professional, Scientific, and Technological Education (Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT – RFEPCT)" transformed administrative data into tools to support management and educational planning. Records of graduates from 2017 to 2022 were integrated into multiple administrative and public databases, including the Annual Social Information Report (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS), the Federal Revenue Service, and the Nilo Peçanha Platform. The integration of data sources has enabled the creation of indicators that measure labor force participation, business creation, and academic continuity. This process resulted in the development of a Business Intelligence dashboard equipped with interactive filtering capabilities and practical metrics for decision making. This process resulted in the

creation of a Business Intelligence (BI) dashboard equipped with interactive filtering capabilities and actionable performance indicators. The project aimed to improve academic management and support public policies with evidence, addressing challenges related to access, standardization, and data quality through governance practices and Extract, Transform, Load (ETL) routines. The results strengthen transparency, professional retraining, and the strategic role of extension in evidence-based educational management.

Keywords: Employability; Federal Network; Offer planning; Public policies; Vocational education; Evidence-based decision-making.

Resumen

Este Informe de Experiencia describe cómo el Proyecto "Observatorio de Egresados de la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica (RFEPCT)" transformó los datos administrativos en instrumentos de apoyo a la gestión y la planificación formativa. Los registros de egresados de 2017 a 2022 se integraron en múltiples bases de datos administrativas y públicas, incluyendo el Informe Anual de Informaciones Sociaesl (RAIS), la Secretaría de Ingresos Federales y la Plataforma Nilo Peçanha. La integración de las fuentes de datos permitió la creación de indicadores que miden la participación del equipo, la creación de empresas y la continuidad de los estudios académicos. Este proceso resultó en el desarrollo de un panel de Business Intelligence (BI) equipado con funciones de filtrado interactivo y métricas prácticas para la toma de decisiones. Este proceso resultó en la creación de un panel de Business Intelligence (BI) equipado con funciones de filtrado interactivo e indicadores de desempeño procesables. El proyecto buscó mejorar la gestión académica y sustentar las políticas públicas con evidencias, enfrentando desafíos de acceso, estandarización y calidad de los datos mediante prácticas de gobernanza y rutinas de Extracción, Transformación y Carga (ETL). Los resultados fortalecen la transparencia, la recalificación profesional y el papel estratégico de la extensión en la gestión educativa basada en evidencias.

Palabras clave: Empleabilidad; Red Federal; Planificación de la oferta; Políticas públicas; Formación Profesional; Toma de decisiones basada en evidencia.

INTRODUÇÃO

O uso de evidências empíricas como fundamento das decisões públicas tornou-se um princípio estruturante da gestão contemporânea, especialmente em sistemas educacionais que buscam eficiência, equidade e transparência. A gestão por evidências combina dados científicos, informações organizacionais e julgamento profissional para orientar decisões mais racionais e contextualizadas (Gray *et al*., 2013; Rousseau, 2006; Slavin, 2019). Essa abordagem integra o conhecimento científico à prática institucional, promovendo o alinhamento entre metas e resultados e fortalecendo os ciclos de inovação e de melhoria contínua (Rousseau; McCarthy, 2007; Rousseau, 2020).

No campo da educação, cresce o reconhecimento de que políticas públicas efetivas dependem do uso sistemático de dados para avaliar e aperfeiçoar as formações ofertadas (Slavin, 2019). Na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), essa lógica desempenha um papel estratégico. Instituída pela Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008), a Rede Federal articula ensino, pesquisa e extensão em um modelo de educação tecnológica comprometido com a inclusão social e o desenvolvimento regional (Lima; Plese, 2024). Contudo, apesar da expansão da Rede e da qualificação dos egressos, ainda há fragilidades na produção e no uso de informações sobre as trajetórias profissionais e os impactos sociais dos investimentos públicos (Regis do Nascimento; Santos, 2022).

Foi nesse contexto que o Instituto Federal do Maranhão (IFMA) desenvolveu o projeto "IFMA no Mundo", uma estratégia institucional de acompanhamento da empregabilidade de egressos. A iniciativa integrou dados do seu sistema acadêmico e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para estimar indicadores de inserção formal e de renda. O êxito dos resultados e a ausência de uma rede de dados nacional motivaram a criação do Observatório de Egressos da RFEPCT, expandindo a experiência local para uma plataforma nacional de inteligência de dados.

Assim, este artigo tem como objetivo apresentar a experiência de desenvolvimento do Observatório de Egressos da RFEPCT como uma solução de gestão baseada em evidências, construída por meio da integração de dados administrativos e do uso de tecnologias de análise, para apoiar o planejamento e a tomada de decisão nas instituições da Rede Federal.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como um relato de experiência tecnológica aplicada, desenvolvido a partir do processo de concepção e implantação do Observatório de Egressos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). A natureza do trabalho é tecnológica e descritiva, com foco na integração de dados, na sistematização de práticas e na estruturação de processos de tomada de decisão orientados por evidências.

Foram considerados na amostra os egressos que concluíram sua formação entre 2017 e 2022. Esse recorte temporal foi definido com base na disponibilidade de informações na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), cuja série histórica tem início em 2017. A compatibilização dessas informações com os registros da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), utilizada a partir do ano-base de 2018, permite acompanhar a inserção dos diplomados no mercado de trabalho formal em períodos posteriores à conclusão dos cursos. A última base da RAIS disponível atualmente corresponde ao ano-base de 2023, o que estabelece o limite superior do intervalo analisado. Contudo, à medida que novas edições da RAIS forem publicadas, o escopo temporal das análises poderá ser ampliado, garantindo a atualização contínua dos indicadores de empregabilidade e o aprimoramento das estimativas do Observatório.

A metodologia adotada busca demonstrar como a implementação do Observatório contribuiu para consolidar uma cultura de gestão educacional baseada em dados e evidências, em consonância com os princípios propostos por Rousseau (2006) e Gray *et al.* (2013), que defendem a aplicação do conhecimento científico em contextos organizacionais de forma crítica, contextualizada e verificável.

A concepção do Observatório seguiu o princípio do ciclo contínuo de informação e decisão, no qual os dados são coletados, processados e transformados em insumos estratégicos para a gestão pública educacional (Rousseau; McCarthy, 2007; Slavin, 2019). Esse fluxo foi estruturado em três fases:

- Coleta e integração de dados: consolidação de bases administrativas e públicas – Plataforma Nilo Peçanha (PNP), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Receita Federal do Brasil, Plataforma *Lattes*, Plataforma Carolina Bori e dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP).
- Processamento e validação: execução de rotinas ETL, criação de um dicionário institucional de dados e aplicação de regras de consistência e de padronização de identificadores.

- Devolutiva e uso institucional: disponibilização de painéis interativos no ambiente de BI, com indicadores de empregabilidade, empreendedorismo e continuidade de estudos.

Todas as etapas do projeto seguiram os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018), assegurando a anonimização, a rastreabilidade e a segurança da informação. Nenhum dado individualizado será divulgado e as análises seguirão critérios de agregação mínima, evitando qualquer possibilidade de identificação direta ou indireta. O projeto observou as diretrizes éticas de uso responsável de dados públicos, em conformidade com os princípios de transparência, necessidade e prestação de contas (Rousseau, 2020).

3 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência do Observatório de Egressos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) teve início em 2024, a partir da consolidação dos resultados da experiência "IFMA no Mundo", desenvolvida pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Nesse ano, iniciou-se a integração piloto entre os cadastros de egressos e a base da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o que permitiu as primeiras estimativas de empregabilidade e de rendimento médio dos concluintes de cursos técnicos e superiores da Rede.

Ainda em 2024, o projeto evoluiu para a criação de rotinas automatizadas de Extração, Transformação e Carga (ETL), a padronização de identificadores e o desenvolvimento do painel interativo de *Business Intelligence* (BI), consolidando a primeira versão do Observatório Nacional de Egressos.

Em 2025, o módulo de Empreendedorismo foi incorporado ao Observatório, ampliando o escopo analítico e possibilitando a construção de indicadores mais abrangentes sobre as trajetórias profissionais e educacionais dos egressos. Atualmente, estão sendo conduzidos estudos de modelagem do módulo de Continuidade dos Estudos, que resultarão na proposição de indicadores relativos à verticalização e à requalificação profissional dos egressos da Rede Federal.

3.1 MÓDULO DE EMPREGABILIDADE

O módulo de Empregabilidade constitui o núcleo inicial do Observatório, voltado à identificação de vínculos formais de trabalho dos egressos e à análise de sua inserção no mercado. A partir da integração entre os cadastros institucionais da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e da RAIS, foram desenvolvidos indicadores relativos à taxa de ocupação, de raio de ocupação e de *overeducation* (incompatibilidade entre

nível de escolaridade e ocupação profissional), entre outros parâmetros voltados à caracterização da trajetória profissional dos egressos.

3.2 MÓDULO DE SALÁRIOS

O módulo de Salários foi concebido para estimar o rendimento médio dos egressos com vínculos formais de trabalho, permitindo avaliar a relação entre a formação profissional e sua valorização no mercado. As análises utilizam dados administrativos provenientes da RAIS, integrados a variáveis socioeconômicas, demográficas e educacionais, de modo a permitir comparações entre diferentes perfis de egresso e contextos regionais.

3.3 MÓDULO DE EMPREENDEDORISMO

O módulo de Empreendedorismo tem o objetivo de identificar e caracterizar egressos que atuam como empreendedores individuais ou sócios de empresas. Utiliza dados provenientes dos registros públicos da Receita Federal, permitindo mapear a presença de egressos em atividades empresariais. Esse módulo amplia a compreensão sobre formas alternativas de inserção profissional, com destaque para contextos regionais em que a oferta de empregos formais é mais restrita.

3.4 MÓDULO DE CONTINUIDADE DOS ESTUDOS

O módulo de Continuidade dos Estudos, previsto para ser finalizado em 2026, busca compreender os processos de verticalização e de requalificação profissional dos egressos, mapeando as trajetórias educacionais posteriores à conclusão de cursos na RFEPCT. Serão integradas as bases da PNP, do INEP, da Plataforma *Lattes* e da Carolina Bori, permitindo a construção de indicadores sobre transição educacional, reingresso na Rede Federal e a progressão de nível de ensino, contribuindo para a formulação de políticas de requalificação e de educação continuada.

4 RESULTADOS E IMPACTOS

A experiência de desenvolvimento do Observatório de Egressos evidencia que a gestão educacional baseada em evidências requer não apenas infraestrutura tecnológica, mas também mecanismos de governança, colaboração e formação de competências para o uso crítico de dados. Assim como defendem Wilcox, Fernandez Conde e Kowbel (2021), a tomada de decisão educacional deve apoiar-se em processos contínuos de coleta, análise e interpretação dos dados, traduzindo-os em conhecimento aplicável ao contexto institucional.

O Observatório consolida-se, portanto, como um instrumento de apoio estratégico ao planejamento educacional, promovendo o uso de informações antes dispersas e fortalecendo a cultura de decisão informada, tal como sugerem estudos sobre o uso de evidências em administrações educacionais centrais (Farley-Ripple, 2012; Honig; Coburn, 2008).

Os relatos dos profissionais envolvidos reforçam que o projeto é tecnicamente viável, desde que sustentado por um modelo de governança estável e por mecanismos permanentes de financiamento. A integração entre bases administrativas mostrou-se viável, mas demanda grande esforço de padronização e validação cruzada. A viabilidade institucional foi reforçada pela adoção de práticas de interoperabilidade e pela criação de rotinas de Extração, Transformação e Carga (ETL), que garantiram a replicabilidade e a atualização contínua dos indicadores.

O processo de desenvolvimento proporcionou aprendizados práticos relevantes sobre a gestão de dados em sistemas federativos. Além disso, a equipe observou que a adoção de ferramentas de *Business Intelligence* (BI) associadas a metodologias de governança de dados ampliou a transparência, a rastreabilidade e a compreensão dos resultados. O aprendizado central foi que o valor dos dados está diretamente relacionado à sua capacidade de orientar decisões concretas e contextualizadas, princípio coerente com a racionalidade realista proposta por Rousseau (2020), que reconhece as limitações cognitivas e estruturais das organizações, mas enfatiza o uso sistemático de evidências verificáveis para aprimorar o processo decisório.

Entretanto, alguns desafios limitaram o alcance do Observatório. A ausência de informações de trabalho informal revelou-se um obstáculo à mensuração completa da empregabilidade, especialmente em regiões com alta informalidade e baixa diversificação produtiva. A dependência de dados de terceiros impõe restrições de atualização e cobertura, tornando o Observatório vulnerável a atrasos ou a mudanças metodológicas externas. Além disso, a limitação de recursos financeiros e humanos pode restringir a frequência de atualizações e a expansão da equipe técnica, dificultando a consolidação de uma rotina institucional permanente. Tais dificuldades refletem o que Rousseau e McCarthy (2007) identificam como barreiras típicas à sustentabilidade de práticas baseadas em evidências: a necessidade de infraestrutura analítica, de apoio político e de cultura organizacional favorável ao uso sistemático de dados.

Os resultados também permitiram relacionar a experiência do Observatório aos princípios da extensão tecnológica e da justiça social. O projeto concretiza o compromisso da Rede Federal com a devolutiva pública do conhecimento produzido, aproximando ciência e sociedade por meio da disponibilização de indicadores abertos

e acessíveis. Essa prática dialoga com as diretrizes de extensão da RFEPCT, que priorizam ações de impacto social e de relevância territorial (Lima; Plese, 2024).

O lançamento da plataforma do Observatório de Egressos ao público está previsto para 2026 e as possíveis implicações dos seus resultados são amplas e abrangem dimensões institucionais, curriculares e territoriais. Para as instituições da Rede Federal, os indicadores poderão permitir o alinhamento das ofertas formativas às demandas do mercado de trabalho local e nacional, aprimorando a coerência entre o perfil de formação e as oportunidades de inserção profissional. Nos territórios, os dados poderão subsidiar políticas de desenvolvimento regional ao identificar vocações produtivas e áreas com *déficits* de qualificação. Em termos de governança educacional, os resultados têm o potencial de fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a consolidação de uma cultura de gestão pública digital e colaborativa.

Do ponto de vista das políticas públicas, o Observatório oferecerá um conjunto de evidências capaz de orientar o planejamento de investimentos em educação profissional. A identificação de cursos com maior taxa de empregabilidade e melhor rendimento médio, por exemplo, fornecerá subsídios objetivos para decisões sobre a abertura de vagas, a readequação de eixos tecnológicos e a pactuação de ofertas interinstitucionais. Ao mesmo tempo, a análise dos módulos de empreendedorismo e de continuidade dos estudos contribuirá para a formulação de políticas de estímulo à inovação, à economia criativa e à educação ao longo da vida. Tais práticas materializam o que Slavin (2019) define como a aplicação transformadora da gestão baseada em evidências, a capacidade de traduzir dados em decisões socialmente relevantes e verificáveis.

Com base nos potenciais usos da plataforma do Observatório, recomenda-se que os gestores acadêmicos e públicos institucionalizem o seu uso como parte do ciclo de decisão e de planejamento estratégico. Isso implicará no estabelecimento de rotinas regulares de atualização e auditoria dos dados; na capacitação de equipes para a análise e visualização de informações; e na incorporação de indicadores de empregabilidade, empreendedorismo e continuidade de estudos nos processos de avaliação institucional.

5 DISCUSSÃO E LIÇÕES APRENDIDAS

O desenvolvimento desta iniciativa do Observatório consolidou-se como uma prática inovadora de gestão pública baseada em evidências, capaz de transformar dados administrativos em insumos estratégicos para o planejamento, a avaliação e

a formulação de políticas educacionais. O valor público gerado pela iniciativa manifesta-se em três dimensões complementares: gestão institucional, extensão tecnológica e governança social da informação.

Na dimensão da gestão institucional, o Observatório tem potencial de promover o uso sistemático de dados na definição de ofertas formativas, na análise de resultados de empregabilidade e na identificação de desigualdades regionais e sociodemográficas. Essa prática poderá reforçar o papel da Rede Federal como um sistema nacional de produção e aplicação de conhecimento voltado ao desenvolvimento territorial. Na dimensão da extensão tecnológica, o projeto ampliará a transparência e a devolutiva social do conhecimento, disponibilizando indicadores acessíveis e verificáveis que fortalecerão o diálogo entre instituições, comunidades e gestores públicos. Já na dimensão da governança da informação, o Observatório consolidou uma infraestrutura de interoperabilidade e segurança de dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018), estimulando uma cultura de dados abertos e de *accountability* institucional.

A experiência tem demonstrado que o uso contínuo de evidências empíricas, associado à racionalidade realista descrita por Rousseau (2020), eleva a qualidade das decisões públicas e reduz o improviso administrativo, transformando a informação em um ativo estratégico. O valor social do Observatório não se limitará à geração de indicadores, mas também incluirá o fortalecimento das capacidades institucionais em ciência de dados, análise preditiva e gestão educacional. O projeto contribuirá, assim, para consolidar a Rede Federal como referência nacional em políticas públicas orientadas por dados, reforçando os princípios de eficiência, equidade e transparência na educação profissional (Gray *et al*., 2013; Slavin, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os próximos passos do Observatório de Egressos da RFEPCT envolvem a consolidação e a expansão operacional da plataforma, com responsabilidades distribuídas entre os diferentes níveis da Rede. Até o segundo semestre de 2026, o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), na condição de instituição coordenadora, manterá a governança central, supervisionará o ciclo de atualização das bases e aperfeiçoará os módulos existentes. Paralelamente, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) coordenará a federalização dos dados, promovendo acordos de cooperação técnica e garantindo recursos para a manutenção da infraestrutura tecnológica.

Entre as metas de curto prazo, previstas até 2026, está a implementação de um portal público interativo com dados atualizados de empregabilidade, salários, empreendedorismo e continuidade de estudos. Essas ações visam consolidar o Observatório como uma infraestrutura pública de apoio à decisão, sustentando o ciclo contínuo de análise, devolutiva e aprendizado institucional. A institucionalização da governança de dados e a manutenção dos módulos analíticos representam o passo decisivo para transformar o Observatório em uma política de Estado, garantindo sua permanência e relevância a longo prazo.

Ao demonstrar que a gestão educacional pode ser orientada por dados de forma ética, colaborativa e transparente, o Observatório reafirma o compromisso da Rede Federal com a produção de valor público e com o aprimoramento da gestão educacional no Brasil. A experiência evidencia que a integração entre ciência, tecnologia e administração é o caminho mais eficaz para a formulação de políticas equitativas e sustentáveis, ancoradas em evidências e voltadas ao desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em:22 ago. 2025.

BRASIL. **Lei 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 59, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015- 2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 27 out. 2025.

FARLEY-RIPPLE, E. N. Research Use in School District Central Office Decision Making. **Educational Management Administration & Leadership**, v. 40, n. 6, p. 786– 806, 28 set. 2012.

GRAY, M. et al. Implementing Evidence-Based Practice. **Research on Social Work Practice**, v. 23, n. 2, p. 157–166, 15 nov. 2012.

HONIG, M. I.; COBURN, C. Evidence-Based Decision Making in School District Central Offices. **Educational Policy**, v. 22, n. 4, p. 578–608, 9 out. 2007.

LIMA, J. A. DE; PLESE, L. P. DE M. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, v. 14, p. 1–19, 24 set. 2024.

REGIS DO NASCIMENTO, Marry Nicole; LEANDRO SANTOS, Jouberte Maria. Empregabilidade e carreira na formação técnica: uma análise do perfil de egressos do IFPE. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 63–80, 2022. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/conecte-se/article/view/28404. Acesso em: 27 out. 2025.

ROUSSEAU, Denise M. Is there Such a thing as "Evidence-Based Management"? **Academy of Management Review**, v. 31, n. 2, p. 256-269, abr. 2006.

ROUSSEAU, Denise M. The Realist Rationality of Evidence-Based Management. **Academy of Management Learning & Education**, v. 19, n. 3, p. 415-424, 1 set. 2020.

ROUSSEAU, Denise M.; MCCARTHY, Sharon. Educating Managers From an Evidence-Based Perspective. **Academy of Management Learning & Education**, v. 6, n. 1, p. 84-101, mar. 2007.

SLAVIN, Robert E. How evidence-based reform will transform research and practice in education. **Educational Psychologist**, v. 55, n. 1, p. 21-31, 2 jan. 2019.

WILCOX, Gabrielle; FERNANDEZ CONDE, Cristina; KOWBEL, Amy. Using Evidence-Based Practice and Data-Based Decision Making in Inclusive Education. **Education Sciences**, v. 11, n. 3, p. 129, 17 mar. 2021.

Centro de Promoção à Saúde da Pessoa Idosa: 25 Anos de Atividades Físicas, Cognitivas e Artísticas na Promoção do Envelhecimento Saudável e Cidadão

Elderly Health Promotion Center: 25 Years of Physical, Cognitive, and Artistic Activities Promoting Healthy Aging and Citizenship.

Centro para la Promoción de la Salud de las Personas Mayores: 25 Años de Actividades Físicas, Cognitivas y Artísticas para Promover un Envejecimiento Saludable y Cívico

Gustavo André Pereira de Brito
IFRN – *Campus* Natal-Central
gustavo.brito@ifrn.edu.br

Rodrigo Eduardo Silva Araujo
IFRN – *Campus* Natal-Central
rodrigoplatao@hotmail.com

João Paulo de Sousa Targino
IFRN – *Campus* Natal-Central
joaotargino.br@gmail.com

Resumo

O Centro de Promoção à Saúde da Pessoa Idosa (CPSI), vinculado ao IFRN – *Campus* Natal-Central, celebra 25 anos de atuação. Tem como objetivo promover a saúde, a cidadania e o bem-estar da pessoa idosa por meio de ações interdisciplinares, integrando ensino, pesquisa e extensão, oferecendo atividades físicas, cognitivas e artísticas que favorecem o envelhecimento ativo e a inclusão social. Sua metodologia baseia-se em diagnóstico inicial, planejamento participativo, execução adaptada às necessidades individuais, quando possível, e avaliação contínua. Anualmente, mais de mil pessoas idosas participam de ações voltadas ao fortalecimento da autonomia, da convivência e da qualidade de vida. Os resultados apontam avanços na autoestima, capacidade funcional e interação social, além do fortalecimento de redes comunitárias e familiares. O CPSI consolida-se como espaço de inovação social e formação cidadã, reafirmando a importância, sobretudo, da extensão, na construção de práticas interdisciplinares voltadas ao envelhecimento saudável e participativo.

Palavras-chave: Pessoa Idosa; Envelhecimento ativo; Saúde; Cidadania; Qualidade de vida.

Abstract

The Elderly Health Promotion Center (Centro de Promoção à Saúde da Pessoa Idosa – CPSI), linked to the IFRN – Natal-Central Campus, celebrates 25 years of operation. Its goal is to promote the health, citizenship, and well-being of the elderly through interdisciplinary actions, integrating teaching, research, and outreach, offering physical, cognitive, and artistic activities that promote active aging and social inclusion. Its methodology is based on initial diagnosis, participatory planning, implementation tailored to individual needs, where possible, and continuous evaluation. Every year, more than a thousand elderly people participate in activities aimed at strengthening their independence, social interaction, and quality of life. The results show improvements in self-esteem, functional capacity, and social interaction, as well as the strengthening of community and family networks. CPSI has established itself as a space for social innovation

and citizen training, reaffirming the importance, above all, of outreach in the development of interdisciplinary practices focused on healthy and participatory aging.

Keywords: Elderly; Active aging; Health; Citizenship; Quality of life.

Resumen

El Centro para la Promoción de la Salud de las Personas Mayores (CPSI), vinculado al IFRN – Campus Natal-Central, celebra 25 años de actividad. Su objetivo es promover la salud, la ciudadanía y el bienestar de las personas mayores mediante acciones interdisciplinarias, integrando docencia, investigación y extensión, ofreciendo actividades físicas, cognitivas y artísticas que favorezcan el envejecimiento activo y la inclusión social. Su metodología se basa en el diagnóstico inicial, la planificación participativa, la ejecución adaptada a las necesidades individuales, cuando sea posible, y la evaluación continua. Anualmente, más de mil personas mayores participan en acciones destinadas a fortalecer la autonomía, la interacción social y la calidad de vida. Los resultados indican avances en la autoestima, la capacidad funcional y la interacción social, además del fortalecimiento de las redes comunitarias y familiares. El CPSI se consolida como un espacio de innovación social y educación cívica, reafirmando la importancia, sobre todo, de la extensión, en la construcción de prácticas interdisciplinarias orientadas al envejecimiento saludable y participativo.

Palabras clave: Persona Mayor; Envejecimiento Activo; Salud; Ciudadanía; Calidad de Vida.

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Promoção à Saúde da Pessoa Idosa (CPSI), vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – *Campus* Natal-Central, é um projeto de extensão que, há 25 anos, se dedica à promoção da saúde, da cidadania e do bem-estar de pessoas idosas, integrando ações de ensino, pesquisa e extensão. Sua relevância para a formação discente é expressa pela oportunidade de vivência prática em contextos interdisciplinares, possibilitando o desenvolvimento de competências técnicas, sociais e humanas. Para o público beneficiário, o CPSI representa um espaço de socialização, aprendizado e fortalecimento da autonomia, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida.

O projeto atende, anualmente, cerca de 1.000 pessoas idosas, já tendo beneficiado diretamente mais de 20 mil usuários e impactado indiretamente cerca de 80 mil familiares ao longo de sua trajetória. Seu público-alvo é formado por pessoas idosas de diferentes níveis socioeconômicos, culturais e educacionais, que encontram no CPSI um ambiente inclusivo e participativo. A proposta surge como resposta à crescente demanda por políticas e programas voltados à população idosa, frente ao acelerado processo de envelhecimento demográfico no Brasil, e dialoga diretamente com a área temática "Direitos Humanos", compreendida em seu sentido mais amplo da extensão, incorporando dimensões culturais, educacionais e sociais.

O envelhecimento populacional brasileiro é um dos fenômenos sociais mais marcantes das últimas décadas. Segundo Veras (2009), a rápida transição demográfica e epidemiológica impõe novos desafios à sociedade e às instituições públicas, exigindo políticas integradas e sustentáveis para garantir qualidade de vida à população idosa. Nesse contexto, iniciativas como o CPSI assumem papel estratégico na promoção de um envelhecimento ativo, inclusivo e participativo, alinhado às diretrizes da Política Nacional da Pessoa Idosa (Brasil, 1994) e ao Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003).

Nessa perspectiva, a atuação do CPSI é fundamentada em uma concepção ampliada de saúde, que transcende a ausência de doenças e envolve bem-estar físico, psicológico, social e cultural. O projeto adota uma abordagem interdisciplinar, articulando áreas como educação física, psicologia, pedagogia, artes, música, informática e enfermagem. Essa integração permite a oferta de atividades físicas, cognitivas e artísticas que contribuem para o desenvolvimento integral das pessoas idosas e favorecem o convívio comunitário.

O objetivo geral do CPSI é promover a saúde, a cidadania e o bem-estar

da pessoa idosa por meio de ações interdisciplinares. Os objetivos específicos incluem: (1) desenvolver atividades físicas, culturais, artísticas e educativas que favoreçam o envelhecimento ativo; (2) estimular a inclusão social e digital; e (3) contribuir para a formação cidadã e o fortalecimento dos vínculos e do sentimento de pertencimento. Entre os principais resultados alcançados destacam-se a melhora da autoestima, do bem-estar físico e emocional, da convivência social e da valorização do idoso como sujeito ativo.

Além de seu impacto direto sobre os participantes, o CPSI tem relevância significativa para a formação de estudantes e profissionais. A vivência extensionista no projeto possibilita a construção de um olhar sensível, crítico e ético sobre o processo de envelhecimento, estimulando práticas educativas pautadas na empatia, na escuta ativa e no respeito à diversidade. Assim, a experiência no CPSI contribui para a formação integral de futuros profissionais comprometidos com a promoção de direitos humanos e sociais.

Ao longo de sua trajetória, o projeto passou por adaptações para responder a diferentes desafios, entre eles a manutenção do engajamento contínuo dos participantes e a atualização das metodologias utilizadas. A adoção de novas práticas corporais, a ampliação de oficinas cognitivas e artísticas e a introdução de recursos tecnológicos demonstram a capacidade de inovação e renovação do CPSI. Essas estratégias são fundamentais para manter o interesse e a participação ativa do público idoso, considerando suas limitações e potencialidades diversas.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento das parcerias interinstitucionais que têm ampliado a sustentabilidade e o alcance do projeto. A cooperação com órgãos públicos, instituições de ensino, entidades culturais e organizações comunitárias possibilita o compartilhamento de saberes e recursos, reforçando o caráter colaborativo e comunitário da ação extensionista. Esse modelo de gestão integrada serve como referência para outras iniciativas voltadas à população idosa no estado do Rio Grande do Norte e em outras regiões do país.

Do ponto de vista social, o CPSI atua como espaço de inovação e transformação, contribuindo para desconstruir estigmas associados ao envelhecimento e reafirmar a importância da pessoa idosa como sujeito de direitos. Ao estimular o protagonismo, a autonomia e a expressão criativa, o projeto fortalece a cidadania e o sentimento de pertencimento, promovendo o diálogo intergeracional e a valorização da experiência de vida.

Por fim, o reconhecimento social do CPSI, consolidado ao longo de 25 anos de atuação contínua, evidencia sua importância como política pública de extensão voltada à promoção da saúde e do envelhecimento digno. A experiência acumulada demonstra que a integração entre

ensino, pesquisa e extensão, aliada à escuta ativa da comunidade, constitui um caminho eficaz para o enfrentamento dos desafios impostos pelo envelhecimento populacional. Nesse sentido, o CPSI reafirma-se como espaço de referência para a inovação social, a troca de saberes e a promoção da qualidade de vida da pessoa idosa em Natal/RN.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E OS DESAFIOS SOCIAIS DA VELHICE

O envelhecimento populacional é um dos fenômenos mais expressivos da contemporaneidade e vem transformando profundamente as estruturas sociais, econômicas e culturais em todo o mundo. No Brasil, a transição demográfica se intensificou nas últimas décadas, acompanhada pela queda das taxas de fecundidade e mortalidade e pelo aumento da expectativa de vida. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023), a população idosa já representa mais de 15% dos brasileiros, e a projeção é que, até 2050, esse número ultrapasse os 30%. Essa mudança demográfica impõe desafios complexos às políticas públicas e à sociedade, exigindo uma nova compreensão do envelhecer.

Esse fenômeno não deve ser analisado apenas sob o viés biológico, mas também sob as dimensões psicológica, social e cultural. Conforme Zaslavsky e Gus (2002), a velhice apresenta necessidades e características próprias, demandando atenção diferenciada e um olhar sensível dos profissionais e instituições que atuam com essa população. O envelhecimento, portanto, não é sinônimo de declínio, mas uma etapa de vida que pode ser marcada por desenvolvimento, aprendizado e experiências enriquecedoras. Nesse sentido, a forma como cada sociedade percebe e trata seus idosos revela muito sobre seus valores e sua capacidade de promover justiça social.

Ainda nesse sentido, Brito *et al.* (2012) destacam que o envelhecimento se consolidou como um campo de investigação multidisciplinar, abrangendo áreas como saúde, educação, psicologia, serviço social e políticas públicas. Essa ampliação de perspectivas teóricas reflete o reconhecimento de que a longevidade humana não é apenas uma conquista de caráter biológico, mas também uma realização social na emancipação do envelhecimento. Entretanto, os ganhos em expectativa de vida nem sempre vêm acompanhados de qualidade de vida. Muitos idosos convivem com doenças crônicas não transmissíveis e limitações funcionais, o que exige ações preventivas e intersetoriais para garantir

um envelhecimento saudável e ativo (Martins; Rezende; Torres, 2012).

Além das condições físicas, os fatores psicossociais influenciam fortemente a experiência do envelhecer. A aposentadoria, a perda de papéis sociais e a redução da rede de apoio familiar podem gerar sentimentos de solidão e inutilidade. Oliveira (1999) observa que, em sociedades ocidentais, a pessoa idosa é frequentemente associada à improdutividade, em oposição às culturas orientais, onde o envelhecimento é valorizado e associado à sabedoria e à experiência. Essa diferença evidencia que o envelhecimento é, sobretudo, uma construção social e simbólica, que pode ser ressignificada a partir de políticas de valorização da pessoa idosa.

A convivência intergeracional surge, nesse contexto, como um fator protetor. Zurita (1984) defende que o contato entre idosos e jovens reaviva memórias afetivas e reforça o sentimento de pertencimento. O intercâmbio entre gerações estimula a transmissão de saberes e contribui para a coesão social. Oliveira (1999) complementa que o cuidado com os netos, por exemplo, permite que o idoso reencontre um sentido de vida, muitas vezes perdido após a aposentadoria. No entanto, a convivência entre pessoas da mesma faixa etária também se mostra essencial, pois possibilita apoio mútuo e compreensão compartilhada das mudanças inerentes à velhice.

Projetos como o Centro de Promoção à Saúde da Pessoa Idosa (CPSI), do IFRN – *Campus* Natal-Central, são exemplos de como a interação social e a integração comunitária podem transformar o envelhecimento em um processo de aprendizado e autonomia. O CPSI oferece um ambiente acolhedor e interdisciplinar, promovendo saúde física, cognitiva e emocional, e fortalecendo o protagonismo das pessoas idosas. Dessa forma, reafirma-se que o envelhecer saudável é resultado da soma entre políticas públicas eficazes, espaços de convivência inclusivos e o reconhecimento do idoso como sujeito de direitos.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENVELHECIMENTO ATIVO

A criação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à pessoa idosa são fundamentais para assegurar o exercício da cidadania e o direito à vida com dignidade. A Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994, Seção 1, p. 77) e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003, Seção 1, p. 1) estabeleceram um marco jurídico importante, garantindo direitos nas áreas da saúde, educação, trabalho, moradia, lazer e assistência social. Tais dispositivos refletem o compromisso do Estado brasileiro com a proteção integral da pessoa idosa e com a promoção de condições adequadas ao envelhecimento ativo.

A Organização Mundial da Saúde (2005) define envelhecimento ativo como o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à

medida que as pessoas envelhecem. Esse conceito amplia o entendimento do envelhecimento, reconhecendo o idoso como sujeito capaz de contribuir economicamente, socialmente e culturalmente. Para tanto, é indispensável a articulação entre políticas intersetoriais e ações comunitárias que assegurem a inclusão social dessa população.

Observa-se a organização Pan-Americana da Saúde (Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, 2021), no qual está diretamente na agenda conjunta da Década do Envelhecimento Saudável nas Américas (2021-2030) estabelecendo políticas efetivas em 4 áreas de ação: mudar a forma como as pessoas pensam, sentem e agem em relação à idade e ao envelhecimento; garantir que as comunidades promovam as capacidades de pessoas idosas; fornecer atendimento integrado centrado na pessoa e serviços de saúde primários que atendam às pessoas idosas; e fornecer acesso a cuidados de longo prazo para pessoas idosas necessitadas.

Contudo, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere à desigualdade social, à falta de recursos e à carência de formação continuada dos profissionais que atuam com o público idoso. Programas de extensão universitária, como o CPSI, têm um papel estratégico na superação dessas lacunas, ao promover intervenções locais que dialogam com as políticas nacionais e internacionais. O Centro atua como um laboratório vivo de práticas interdisciplinares, em que ensino, pesquisa e extensão se articulam para construir saberes e promover transformações sociais concretas.

O lazer constitui um elemento essencial de efetivação de políticas públicas, contribuindo diretamente no envelhecimento ativo, na promoção do bem-estar e na manutenção da saúde da população idosa. Nessa ótica, o lazer é um fenômeno cultural intrínseco ao exercício da cidadania e um poderoso instrumento de inclusão social, combatendo diretamente o isolamento e a marginalização que frequentemente acompanham o processo de envelhecimento.

Nessa perspectiva, o lazer atua como um campo fértil para experiências educativas, relacionais e de políticas públicas, como destaca Mirtes (2011), permitindo que os indivíduos idosos reconstruam sentidos de pertencimento e reafirmem suas identidades. Nesses espaços de interação e aprendizado, eles não apenas adquirem novas habilidades, mas também renegociam papéis sociais, substituindo identidades profissionais perdidas por novas fontes de reconhecimento e propósito, o que leva diretamente ao fortalecimento da autoestima. A vivência do lazer na velhice torna-se, assim, um motor para o resgate de memórias, o exercício da autonomia e a construção de uma rotina com mais engajamento. O lazer se revela, portanto, um pilar estruturante para um envelhecimento ativo e participativo, sendo um direito

presente na Constituição de 1988 (Brasil, 1988), quando se tem a efetivação dessa conquista.

Ao vivenciar o lazer em suas diferentes expressões, a pessoa idosa reafirma sua cidadania e seu protagonismo social, transformando o envelhecer em um processo de descoberta, convivência e realização pessoal. O envelhecimento populacional deve ser entendido como uma conquista coletiva e não como um problema. Projetos como o CPSI mostram que, com compromisso institucional, diálogo comunitário e valorização da pessoa idosa, é possível transformar o envelhecimento em uma etapa plena de saberes, cuidados e cidadania.

3 METODOLOGIA

O Centro de Promoção à Saúde da Pessoa Idosa busca promover a autonomia, a socialização e a melhoria da qualidade de vida de pessoas idosas. Para isso, a execução das atividades é conduzida por uma equipe formada por servidores, bolsistas, voluntários e parceiros externos, integrando profissionais das áreas diversas de conhecimento, como profissionais de educação física, psicologia, pedagogia, informática, administração, entre outras.

O ingresso ocorre por meio de inscrição voluntária, respeitando o limite de vagas e priorizando a disponibilidade para participação regular.

As ações metodológicas de extensão são estruturadas em quatro etapas principais:

A) Mapeamento e diagnóstico inicial

- Anamnese e avaliação funcional: aplicação de questionários de saúde, histórico de atividades e avaliação da capacidade funcional. Esse último utilizando o TAF – Teste de Aptidão Física, que inclui testes específicos de caminhada, força, equilíbrio e flexibilidade.
- Estabelecimento de metas para as atividades físicas: definição de metas coletivas, considerando interesses, capacidades e limitações do grupo.

B) Planejamento das atividades

- Elaboração do cronograma: organização mensal das ações, respeitando a diversidade de perfis, condições de saúde e interesses.
- Variedade de modalidades: inclusão de diferentes práticas corporais e atividades, como hidroginástica, musculação, dança, exercícios de equilíbrio e força muscular, treino funcional, natação, consciência corporal e karatê, além de oficinas culturais, artísticas, cognitivas e de inclusão digital.

C) Execução das atividades

- Condução por profissionais qualificados: educadores físicos, psicólogos, pedagogos e demais profissionais orientam as práticas com foco na segurança, motivação e progressão adequada.
- Adaptação contínua: ajustes individualizados dos exercícios e dinâmicas para garantir inclusão e prevenir lesões durante as atividades físicas; e adaptações que incluem pessoas idosas não alfabetizadas em atividades cognitivas.

D) Monitoramento e avaliação contínua

- Acompanhamento da evolução funcional: aplicação periódica de instrumentos de avaliação no início e no final do período de participação.
- Observação e registro: acompanhamento do engajamento, assiduidade e percepções relatadas pelos participantes, a fim de ajustar estratégias e aprimorar as ações.

Essa metodologia garante que o projeto mantenha coerência com seus objetivos extensionistas, fortalecendo a participação social, a promoção da saúde e o envelhecimento ativo de forma sustentável e inclusiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas análises realizadas, os resultados foram estruturados tendo em vista as pessoas idosas matriculadas em 2025, e leva em conta os números coletados em questionários aplicados no ato da inscrição e em outras coletas de dados realizadas ao longo do projeto.

Os resultados indicam que a maior parte das pessoas idosas matriculadas no CPSI é do município de Natal/RN, dados compreensíveis, visto que o projeto está fisicamente localizado no IFRN – *Campus* Natal-Central**,** o que favorece o acesso do público local. No entanto, o alcance do projeto é significativamente mais amplo, uma vez que há participantes provenientes de oito outros municípios do Estado, como demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Quantitativo da procedência geográfica

Cidade	Total de alunos
Natal	936
Parnamirim	234
Extremoz	21
São Gonçalo do Amarante	18
São José de Mipibu	13
Macaíba	6
Senador Elói de Souza	4
Touros	3
Total	1.235

Fonte: elaboração própria (2025).

Fazendo uma comparação com dados do último censo (IBGE, 2023), o município do Natal possui cerca de 13,4% da população com 60 anos ou mais, o que equivale a aproximadamente 113 mil pessoas idosas, enquanto Parnamirim registra 10,6% de sua população nessa faixa etária. Essa distribuição demográfica ajuda a explicar a expressiva presença de pessoas idosas dessas cidades no projeto, uma vez que são os municípios mais populosos e próximos geograficamente do IFRN.

Em uma análise mais aprofundada sobre a distribuição por bairros na cidade do Natal, foi constatado que o CPSI tem alunos de todos os bairros, o que confirma o caráter inclusivo e acessível do projeto. Entre os bairros com maior número de participantes, destacam-se: Alecrim (89 alunos), Neópolis (79), Tirol (77) e Lagoa Nova (77), todos são bairros centrais ou com fácil deslocamento até o *campus*, o que facilita a participação contínua nas atividades. Por outro lado, os bairros com menor número de inscritos são Guarapes (7), Ribeira (6) e Salinas (6), regiões com maior vulnerabilidade socioeconômica e menor disponibilidade de transporte público direto ao IFRN–CNAT, o que possivelmente explica a menor adesão.

Quando é levada em consideração a distribuição dos participantes por faixa etária, há uma presença expressiva de alunos em todas as etapas do envelhecimento. Do total de participantes, 629 estão na faixa de 60 a 69 anos, representando o

grupo mais numeroso e caracterizado por pessoas recém-aposentadas ou em transição da vida laboral para novas formas de ocupação e convivência social. Em seguida, 512 participantes têm entre 70 e 79 anos, revelando que boa parte do público é composta por pessoas idosas já consolidadas em suas rotinas de envelhecimento ativo e que buscam, por meio do projeto, manter o corpo e a mente em constante estímulo. Já o grupo formado por pessoas com mais de 80 anos, composto por 94 participantes, simboliza a presença dos mais longevos, cuja experiência e vitalidade inspiram os demais. Entre eles, destacam-se os participantes de 90 a 94 anos, que representam não apenas um marco de longevidade, mas também a efetividade das ações de promoção de saúde e bem-estar desenvolvidas pelo projeto.

Esses dados refletem um fenômeno social mais amplo: a longevidade crescente da população idosa brasileira. De acordo com o IBGE (2023), a expectativa de vida ao nascer no Brasil alcançou 75,5 anos, e o grupo de pessoas com 80 anos ou mais é o que mais cresce proporcionalmente, impulsionado por avanços na medicina, melhoria das condições de vida e maior acesso a políticas públicas de saúde. Estima-se que, até 2050, o número de brasileiros com 80 anos ou mais triplique, representando mais de 6% da população total.

No contexto do CPSI, essa realidade é vivenciada cotidianamente: a presença de idosos cada vez mais longevos nas atividades físicas, cognitivas e artísticas demonstra que o envelhecer ativo e participativo é uma conquista possível quando há oferta de ambientes acolhedores, socialmente integrados e pautados no respeito às potencialidades individuais. A longevidade dos alunos do projeto, portanto, não é apenas uma estatística, mas um indicador de qualidade de vida e protagonismo na velhice, reafirmando o compromisso do CPSI em contribuir para que o envelhecimento seja vivido com autonomia, dignidade e propósito.

A análise da participação por gênero revela uma predominância marcante do público feminino. Diante dos números em questão, 1.121 são mulheres e 114 são homens. Esse dado confirma uma tendência observada em diversos programas voltados ao envelhecimento ativo, tanto em âmbito local quanto nacional: a feminização da velhice.

Em vários estudos brasileiros, essa predominância feminina, em projetos como o CPSI, é explicada por diversos fatores que vão além da demografia: envolvem aspectos socioculturais, comportamentais e históricos, tendo em vista que as mulheres, em geral, demonstram maior engajamento em atividades de cuidado com a saúde, educação e convivência social, buscando com mais frequência espaços que proporcionem bem-estar físico e emocional. No caso do CPSI, esse perfil se manifesta na adesão às oficinas e atividades voltadas à melhoria da qualidade de vida, fortalecimento de vín-

culos sociais e aprendizado contínuo. Além disso, muitas idosas encontram nesses espaços a oportunidade de reconstruir suas rotinas e redes de apoio, sobretudo após a aposentadoria, a viuvez ou a saída dos filhos do lar, fatores que motivam a busca por novas formas de pertencimento e realização pessoal.

Por outro lado, a baixa participação masculina ainda reflete certos padrões culturais enraizados, nos quais os homens, historicamente, participam menos de atividades coletivas de natureza educativa ou social, associando-as, muitas vezes, a ambientes femininos. Também é comum que os homens procurem os serviços de saúde e programas sociais apenas em situações de doença ou necessidade física, enquanto as mulheres os buscam como forma preventiva e de socialização.

Ao analisarmos o nível de escolaridade das pessoas idosas, ficou evidente um retrato social marcado por trajetórias educacionais distintas, mas com uma origem comum: a falta de oportunidades de estudo durante a juventude. De acordo com os dados levantados, 32 participantes são não alfabetizados, 716 possuem o ensino fundamental, 269 concluíram o ensino médio, 148 cursaram o ensino superior e 70 possuem pós-graduação.

Esses números refletem, em grande medida, as condições históricas e socioeconômicas enfrentadas por essa geração, que viveu um período em que o acesso à educação era limitado, sobretudo para as camadas populares, as mulheres e as populações dos interiores. Muitos dos atuais alunos do CPSI cresceram em um contexto de trabalho precoce, responsabilidades familiares e ausência de políticas públicas de inclusão educacional, o que impediu a continuidade dos estudos formais. Assim, o baixo índice de escolaridade entre as pessoas idosas não deve ser interpretado como falta de interesse, mas sim como resultado de um modelo social excludente que, por décadas, restringiu o direito à educação a uma parcela reduzida da população.

Por outro lado, a presença de pessoas com ensino médio, ensino superior e até com pós-graduação, mostra que o CPSI também atrai um público mais escolarizado, que busca nas atividades cognitivas, artísticas e físicas uma maneira de manter-se intelectualmente ativo e socialmente integrado.

Dados do Projeto

4.1 PÚBLICO BENEFICIÁRIO

O público beneficiário é composto por pessoas idosas com 60 anos ou mais, oriundas de diferentes contextos socioeconômicos e culturais, residentes em Natal/RN e municípios vizinhos.

Figura 1 – Atividade física (dança)



Fonte: elaboração própria, 2025.

4.2 DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES

O desenvolvimento das atividades do Centro de Promoção à Saúde da Pessoa Idosa segue em forma de tríade, sendo extensão, ensino e pesquisa. Nas atividades de extensão são oferecidas atividades físicas, cognitivas e artísticas realizadas duas vezes por semana, com 45 minutos por sessão. As modalidades incluem hidroginástica, natação, dança, musculação, consciência corporal, funcional, karatê, exercícios de memória, atenção e raciocínio lógico, entre outros, como corte e costura, crochê, tricô e artes. Os participantes podem se inscrever em até cinco modalidades diferentes.

Nas atividades de ensino são disponibilizados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com cargas horárias variadas (20h, 140h e 160h). Esses cursos atendem tanto às pessoas idosas quanto aos profissionais da rede de atenção à pessoa idosa do Rio Grande do Norte, permitindo múltiplas inscrições mediante disponibilidade de vagas.

Já as atividades de pesquisa são conduzidas de forma colaborativa, atendendo demandas específicas. O projeto está aberto às parcerias com universidades e instituições de ensino, especialmente as que oferecem programas de mestrado e doutorado. Além disso, fomenta-se a iniciação científica entre os profissionais e bolsistas envolvidos, por meio de investigações relacionadas ao próprio projeto.

Figura 2 – Atividade cognitiva



Fonte: elaboração própria, 2025.

No âmbito das atividades, como anteriormente citado, elas são divididas em físicas, cognitivas e artísticas, sendo:

- Físicas: hidroginástica, musculação, dança, treino funcional, equilíbrio e força muscular, natação, consciência corporal e karatê.
- Cognitivas: exercício da memória, jogos matemáticos, inclusão digital, espanhol, inglês e francês.
- Artísticas: corte e costura, crochê, tricô, bordado, arte de reciclar e violão.

4.3 RESULTADOS QUALITATIVOS

Os resultados qualitativos observados incluem a melhoria na autoestima, no bem-estar físico e emocional, na capacidade funcional, na socialização e no sentimento de pertencimento dos beneficiários. A convivência em grupo, o estímulo à autonomia e a participação em atividades diversificadas têm contribuído para reduzir o isolamento social e promover um envelhecimento mais ativo e saudável. Essas conclusões foram obtidas por meio de testes físicos e cognitivos aplicados ao longo do ano, obtendo um índice positivo superior a 80%.

4.4 RESULTADOS QUANTITATIVOS

Entre os resultados quantitativos, destacam-se o aumento da adesão às atividades, a manutenção da frequência média acima de 70% e a participação regular em eventos comunitários. As avaliações funcionais aplicadas periodicamente indicam evolução em indicadores como equilíbrio, força muscular e flexibilidade, especialmente entre participantes com maior assiduidade.

Figura 3 – Atividade artística



Fonte: elaboração própria, 2025.

4.5 IMPACTOS E ALCANCES

O CPSI também tem repercussões socioeconômicas relevantes, ao estimular a participação social, reduzir a sobrecarga familiar com cuidados e contribuir para a promoção de hábitos de vida saudáveis, impactando positivamente a saúde pública local. O envolvimento ativo da comunidade, tanto na execução quanto na avaliação das ações, assegura que os resultados estejam alinhados às necessidades reais do público atendido, reforçando o caráter participativo e sustentável da iniciativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência acumulada pelo Centro de Promoção à Saúde da Pessoa Idosa, ao longo de mais de duas décadas, evidencia a importância da extensão (base do projeto) como ferramenta de transformação social. O trabalho desenvolvido tem demonstrado que a integração entre ensino, pesquisa e extensão, quando aliada a uma abordagem participativa e centrada nas necessidades reais da comunidade, produz impactos significativos na qualidade de vida, na autonomia e na valorização da pessoa idosa.

A principal reflexão advinda dessa trajetória é que o envelhecimento ativo requer ações contínuas, adaptáveis e interdisciplinares, capazes de responder às demandas sociais que se renovam com o tempo. O envolvimento direto da comunidade beneficiada, na construção e na ava-

liação das atividades, mostrou-se essencial para manter a relevância e a efetividade do projeto, além de fortalecer vínculos sociais que extrapolam o espaço institucional.

Entre as perspectivas futuras, destacam-se:

- Ampliação das parcerias interinstitucionais para potencializar recursos e ampliar a rede de atendimento;
- Adoção de tecnologias assistivas e plataformas digitais para expandir o alcance das ações, inclusive para pessoas com mobilidade reduzida;
- Diversificação das atividades intergeracionais, fortalecendo a troca de saberes entre diferentes faixas etárias;
- Realização de pesquisas sistemáticas para mensurar, com maior precisão, os impactos físicos, cognitivos, sociais e emocionais das atividades.

Ao reafirmar o compromisso com a promoção da saúde, da cidadania e do bem-estar, o CPSI se projeta como um espaço inovador e necessário no contexto do envelhecimento populacional, servindo como referência para novas práticas extensionistas e inspirando iniciativas similares em outras regiões.

O CPSI contribui para a formação cidadã e a educação gerontológica de estudantes, profissionais e voluntários, fortalecendo a responsabilidade social da instituição. Sua atuação evidencia que a universidade é um espaço privilegiado para a construção de políticas públicas participativas e inclusivas, que reconhecem a importância do envelhecimento com qualidade de vida. As experiências acumuladas em seus 25 anos de história demonstram que é possível envelhecer com saúde, dignidade e autonomia quando há investimento em políticas sustentáveis e sensíveis à diversidade humana.

REFERÊNCIAS

BRAMANTE, A. C. **Lazer e cultura**: perspectivas de atuação profissional. Campinas: Papirus, 1998.

BRAMANTE, A. C. **Lazer, cultura e cidadania**. Campinas: Autores Associados, 2002.

BRASIL. **Lei nº 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 jan. 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRITO, F. da S. *et al.* Envelhecimento populacional: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 443-456, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102011&view=detalhes. Acesso em: 11 nov. 2025.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e cultura**. Campinas: Autores Associados, 1990.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 2006.

MARTINS, M. R.; REZENDE, C. P.; TORRES, M. C. L. Saúde, envelhecimento e qualidade de vida: desafios da longevidade. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 39-57, 2012.

MIRTES, L. **Lazer e envelhecimento**: sentidos e significados na velhice. São Paulo: Phorte, 2011.

OLIVEIRA, M. L. P. **O envelhecimento e as relações familiares**: perspectivas sociológicas e antropológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre o Envelhecimento e a Saúde**. Genebra: OMS, 2020.

SOUZA FILHO, E. A. de. **Lazer e envelhecimento**: caminhos para o bem-estar do idoso. Campinas: Papirus, 2006.

VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, 43(3), 548-554, 2009.

ZASLAVSKY, C.; GUS, I. Aspectos psicossociais do envelhecimento. **Revista da AMRIGS**, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 227-232, 2002.

ZURITA, R. C. **Envelhecimento e relações intergeracionais**. Buenos Aires: Paidós, 1984.

Internacionalización y Política Lingüística del Instituto Federal do Rio Grande do Norte: el Programa Asistente de Lengua Portuguesa en Ecuador

Internacionalização e Política Linguística do Instituto Federal do Rio Grande do Norte: o Programa Assistente de Língua Portuguesa no Equador

Internationalization and Language Policy at the Federal Institute of Rio Grande do Norte: the Portuguese Language Assistant Program in Ecuador

Datzania Lizeth Villao Burgos
Universidad Estatal Península de Santa Elena
dvillao@upse.edu.ec

Felipe Morais de Melo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
felipe.morais@ifrn.edu.br

Girlene Moreira da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
girlene.moreira@ifrn.edu.br

Bruno Rafael Costa Venâncio da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
bruno.venancio@ifrn.edu.br

Resumen

El presente artículo analiza acciones resultantes de la articulación entre la internacionalización y las políticas lingüísticas del Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), destacando el programa Asistente de Lengua Portuguesa en Ecuador como una estrategia de cooperación Sur-Sur. Se discute cómo la internacionalización, entendida desde una perspectiva crítica y plurilingüe, supera modelos hegemónicos y fomenta prácticas orientadas a la equidad, la diversidad lingüístico-cultural y la integración regional. El estudio también examina el desarrollo del curso de Portugués Brasileño para Extranjeros, su fundamentación pedagógica y su papel como política lingüística institucional. Asimismo, presenta la cooperación entre el IFRN y la Universidad Estatal Península de Santa Elena (UPSE), incluyendo movilidades académicas, proyectos colaborativos y la experiencia de asistencia de lengua portuguesa en Ecuador. Los resultados evidencian avances lingüísticos, interculturales y formativos, consolidando esta experiencia como referencia para futuras iniciativas de internacionalización inclusiva en América Latina.

Palabras clave: Internacionalización; Política lingüística; Portugués brasileño; Cooperación Sur-Sur; IFRN.

Resumo

O presente artigo analisa ações resultantes da articulação entre a internacionalização e as políticas linguísticas do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), destacando o programa Assistente de Língua Portuguesa no Equador como uma estratégia de cooperação Sul-Sul. Discute-se como a internacionalização, entendida a partir de uma perspectiva crítica e plurilingue, supera modelos hegemônicos e promove práticas orientadas para a equidade, a diversidade linguístico-cultural e a integração regional. O estudo também analisa o desenvolvimento do curso de Português Brasileiro para Estrangeiros, sua fundamentação pedagógica e seu papel como política linguística institucional. Além disso, apresenta a cooperação entre o IFRN e a Universidade Estadual Península de Santa Elena (UPSE), incluindo mobilidades acadêmicas, projetos colaborativos e a experiência de assistência em língua portuguesa no Equador. Os resultados evidenciam avanços linguísticos, interculturais e formativos,

consolidando esta experiência como referência para futuras iniciativas de internacionalização inclusiva na América Latina.

Palavras-chave: Internacionalização; Política linguística; Português brasileiro; Cooperação Sul-Sul; IFRN.

Abstract

This article analyzes actions resulting from the articulation between internationalization and language policies at the Federal Institute of Rio Grande do Norte (Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN), highlighting the Portuguese Language Assistant program in Ecuador as a South-South cooperation strategy. The discussion focuses on how internationalization, understood from a critical and multilingual perspective, overcomes hegemonic models and promotes practices oriented toward equity, linguistic and cultural diversity, and regional integration. The study also examines the development of the Brazilian Portuguese for Foreigners course, its pedagogical rationale, and its role as institutional language policy. It also presents the cooperation between the IFRN and the State University of Santa Elena Peninsula (Universidad Estatal Península de Santa Elena – UPSE), including academic mobility, collaborative projects, and the experience of Portuguese language assistance in Ecuador. The results show linguistic, intercultural, and educational progress, consolidating this experience as a benchmark for future inclusive internationalization initiatives in Latin America.

Keywords: Internationalization; Language policy; Brazilian Portuguese; South-South cooperation; IFRN.

1 INTRODUCCIÓN

En las últimas décadas, la internacionalización de la educación ha adquirido una relevancia creciente en América Latina, al constituirse en un eje estratégico para el fortalecimiento de la cooperación académica, científica y cultural entre instituciones de la región. Este proceso, además de promover la movilidad estudiantil y docente, se orienta a la construcción de espacios compartidos de conocimiento y al reconocimiento de la diversidad lingüístico-cultural latinoamericana. En este sentido, la enseñanza de lenguas se configura como un elemento esencial, ya que posibilita el diálogo intercultural, la circulación del saber y la integración entre comunidades académicas.

En el marco de estas transformaciones, el *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte* (IFRN), de Brasil, ha desarrollado iniciativas orientadas a promover el portugués brasileño como lengua de integración y cooperación regional. Esta acción trasciende la enseñanza de un idioma extranjero, puesto que se concibe como una política lingüística institucional vinculada a los principios de la internacionalización solidaria y de la cooperación Sur-Sur. Así, la difusión del portugués brasileño se integra en una estrategia educativa que busca fortalecer las relaciones entre instituciones latinoamericanas a través del intercambio académico, el aprendizaje colaborativo y la valorización de las identidades culturales locales.

El presente artículo presenta cómo se articula la internacionalización de la educación y las políticas lingüísticas del IFRN con las estrategias de difusión del portugués brasileño en el contexto ecuatoriano, destacando los desafíos y oportunidades que surgen en el marco glocal (global + local). Este estudio de caso permite examinar cómo la cooperación horizontal entre instituciones del Sur global puede materializarse en políticas lingüísticas orientadas al desarrollo conjunto, la equidad y la reciprocidad. Asimismo, se discute cómo esta experiencia contribuye a consolidar una forma de internacionalización inclusiva, basada en la creación de redes académicas, la movilidad presencial y virtual, y la implementación de prácticas pedagógicas que promueven la integración regional desde una perspectiva latinoamericana.

2 INTERNACIONALIZACIÓN Y POLÍTICA LINGÜÍSTICA

Cuando se habla de Internacionalización de la Educación Superior especialmente en Latinoamérica, ésta se analiza desde dos perspectivas. En primer lugar, se ha señalado que existe un tipo de internacionalización hegemónica cuyos vínculos

internacionales tienen un carácter externo, pues son impulsados por proyectos, actores e intereses ajenos a la región, los cuales han orientado históricamente políticas de relación asimétricas entre el norte y el sur. Además, en esta misma línea predomina una lógica mercantilista, ya que dichos vínculos se rigen principalmente por intereses económicos y conciben a la educación superior como un servicio susceptible de comercialización (Oregioni, 2017).

En segundo lugar, también se ha establecido que hay un tipo de internacionalización solidaria, la cual se fundamenta en prácticas de internacionalización basadas en la solidaridad, promoviendo la cooperación entre universidades (Siufi, 2009). Este tipo de internacionalización refleja los vínculos que surgen en la búsqueda de beneficios compartidos y en la co-construcción del conocimiento. Esta corriente se ha convertido en una forma contrahegemónica ya que busca establecer mecanismos de acción orientados a impulsar modelos de internacionalización distintos a las tendencias dominantes a nivel global, de manera planificada.

Dentro de las acciones de internacionalización solidaria, se encuentra la cooperación horizontal. Ésta aplicada a la Educación Superior se traduce en una cooperación entre organizaciones asociadas que intercambian información, recursos e instalaciones en el mismo sector o en sectores diferentes. Fomenta el intercambio de conocimientos, el trabajo en equipo multidisciplinario y el desarrollo de soluciones innovadoras a problemas comunes (Armas *et al*. 2019).

Además, se conoce que cuando se habla de cooperación horizontal específicamente en el aprendizaje, es un espacio donde se puede aprender unos de otros mediante métodos participativos en igualdad de condiciones. En este tipo de aprendizaje, se valoran las experiencias vitales de cada participante y no existe separación entre los expertos que aportan el conocimiento y el resto de los participantes en el proceso (Li, 2017).

Por otro lado, este tipo de cooperación horizontal tiene como propósito convertir los problemas sociales en oportunidades de generación de conocimiento. Este enfoque se fortalece mediante una participación más activa de los participantes, desde una visión dialógica, orientada a construir sociedades más equitativas y respetuosas de la diversidad. En este contexto, las relaciones internacionales horizontales buscan crear espacios de intercambio que contribuyan al fortalecimiento de capacidades y al fomento de la fraternidad natural entre las universidades latinoamericanas, aprovechando sus afinidades culturales y sociales (Oregioni, 2021).

Dentro de este tipo de cooperación, aplicado a la Cooperación Sur-Sur, se encuentra la construcción de agendas comunes entre países con el propósito central de intercambiar experiencias y capacida-

des, transferir tecnología y promover espacios de integración regional que permitan compartir soluciones y conocimientos especializados bajo principios de reciprocidad, horizontalidad y beneficio mutuo.

2.1 POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS EN EL IFRN Y SU PAPEL EN LA INTERNACIONALIZACIÓN

En el IFRN, la discusión sobre políticas lingüísticas vinculadas al proceso de internacionalización de la educación ha adquirido, en los últimos cinco años, una relevancia creciente. El debate institucional ya no se limita a la ejecución de programas de movilidad o a la oferta de cursos de lenguas, sino que considera las implicaciones lingüísticas, contextuales, políticas y sociales de estas acciones, en sintonía con la agenda crítica de la Lingüística Aplicada (LA). En este sentido, dichas discusiones no se desarrollan de manera abstracta: orientan directamente las decisiones institucionales sobre la oferta de lenguas adicionales y, de forma particular, sobre la difusión del portugués brasileño como lengua de integración regional. Ese marco conceptual constituye la base desde la cual se estructura la cooperación con instituciones ecuatorianas analizada en el estudio de caso más adelante.

Como señalan Guimarães y Silva (2022), las políticas lingüísticas que orientan la internacionalización son fenómenos híbridos, atravesados por tensiones entre prácticas hegemónicas – que reproducen la lógica moderno-colonial-capitalista – y prácticas contrahegemónicas, inspiradas en una Lingüística Aplicada del Sur: crítica, decolonial y situada en las realidades del Sur global. En esta perspectiva, la internacionalización deja de ser un proceso meramente instrumental para convertirse en un campo de disputa epistemológica, ética y política.

Guimarães *et al*. (2019) enfatizan que las decisiones sobre el uso, la enseñanza y el estatus de las lenguas en una institución o país están permeadas por dimensiones ideológicas y sociales que exigen enfoques interdisciplinarios y críticos. Al entender la política lingüística como una práctica de intervención en realidades lingüísticas – y no como un ámbito desprovisto de historicidad o neutralidad –, estos autores aproximan la reflexión a los principios de la Lingüística Aplicada, cuyo objetivo es comprender y transformar las prácticas de lenguaje en los contextos educativos, sociales e institucionales.

Adoptar esta mirada implica reconocer que las lenguas no son únicamente herramientas de comunicación, sino elementos constitutivos de pertenencia, legitimidad y poder. Las políticas lingüísticas dejan de centrarse en la difusión de idiomas de prestigio, como el inglés, y pasan a considerar la diversidad, la equidad y la justicia lingüística como principios rectores para una internacionalización verdaderamente inclusiva. En este sentido, pensar políticas lingüísticas equivale a pensar políticas de

acceso, participación y ciudadanía, donde aprender lenguas se convierte en un acto de empoderamiento y de construcción crítica del mundo.

El debate latinoamericano sobre políticas lingüísticas aporta elementos cruciales para comprender cómo la internacionalización puede contribuir a la integración regional. Arnoux (2008) destaca que superar la invisibilidad del portugués en el espacio hispánico requiere una política cultural y lingüística sistemática y cooperativa. Hamel (2008), a su vez, propone un plurilingüismo aditivo e intercultural que incorpore no solo el portugués y el español, sino también las lenguas indígenas y minoritarias que forman parte del patrimonio lingüístico de la región.

Esta comprensión crítica de las políticas lingüísticas resulta especialmente pertinente para analizar iniciativas de cooperación Sur-Sur en las que una lengua nacional, como el portugués brasileño, se proyecta como recurso educativo para la integración latinoamericana. Al incorporar estas perspectivas, la internacionalización se transforma en un proceso ético y político que articula saberes locales y globales, reposiciona las lenguas como herramientas de inclusión y establece relaciones basadas en la reciprocidad. En lugar de reproducir modelos globalizantes, las políticas lingüísticas críticas permiten promover una internacionalización comprometida con el desarrollo conjunto, la equidad y la valorización de la diversidad.

Desde esta perspectiva, las prácticas lingüísticas desarrolladas en contextos de cooperación Sur-Sur – entre ellas, la iniciativa del IFRN para llevar la enseñanza del portugués brasileño a Ecuador – configuran experiencias de ciudadanía lingüística, en las cuales se definen formas de enseñar, circular y reconocer las lenguas como recursos para la integración regional y no como mercancías. Este horizonte ético y político constituye uno de los pilares centrales para comprender el papel del portugués brasileño en la internacionalización del IFRN y para analizar las dinámicas glocales que emergen en su difusión en el espacio ecuatoriano.

3 LA ENSEÑANZA DE PORTUGUÉS BRASILEÑO COMO LENGUA ADICIONAL EN EL IFRN

La enseñanza de Portugués Brasileño como Lengua Adicional (PLA) en el IFRN se consolidó de manera sistémica a partir de la adhesión institucional al Programa *Português Língua Adicional em Rede* (PLA em Rede), por el Foro de Gestores(as) de Relaciones Internacionales (Forinter) del "Conselho Nacional das Instituições da Rede

Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica" (Conif) en 2021. Como resultado de esta integración, fue creado el curso de Formación Inicial y Continua (FIC) de Portugués Brasileño para Extranjeros, cuya primera edición, ofrecida en 2021.2, atendió a estudiantes de la Universidad de Almería (España). Desde entonces, el curso ha experimentado una expansión continua, afirmándose como una de las principales acciones de política lingüística vinculadas a la internacionalización del Instituto.

Entre 2021 y 2025, el IFRN puso a disposición más de mil cupos distribuidos en nueve convocatorias semestrales dirigidas a universidades hispanohablantes con las que mantiene acuerdos de cooperación. Las instituciones participantes hasta hoy han sido la Universidad de Almería (España), la Universidad Pedagógica Nacional, el Instituto Pedagógico Nacional y la Universidad Distrital Francisco José de Caldas (Colombia), la Universidad Estatal Península de Santa Elena (Ecuador), la Universidad Tecnológica (Uruguay), la Universidad de Chile (Chile) y la Universidad Provincial de Córdoba (Argentina).

El curso se organiza en dos niveles de 188 horas cada uno, basados en el Marco Común Europeo de Referencia para las Lenguas (MCER): el Nivel 1 incluye contenidos del A1 y parte del A2, mientras que el Nivel 2 cubre el restante del A2 y parte del B1. Cada nivel ofrece 18 clases, de las cuales 17 se centran en contenidos comunicativos y una está dedicada a la revisión general, estructura que garantiza progresión y coherencia pedagógica.

Desde una perspectiva didáctico-pedagógica, el curso articula principios comunicativos con una concepción de lengua como práctica social y culturalmente situada. Esta aproximación, según Silva, Silva y Alves (2023), trasciende un enfoque meramente instrumental y promueve una formación orientada a la interculturalidad. Se privilegia el desarrollo de competencias comunicativas que permitan a los estudiantes interpretar e interactuar con diversas manifestaciones culturales, favoreciendo aprendizajes significativos. Las clases sincrónicas – realizadas por videoconferencia – y las actividades asincrónicas en la plataforma Moodle fomentan una práctica reflexiva, colaborativa y contextualizada, incentivando a los aprendices a percibir la lengua portuguesa como medio de acceso a la diversidad y a la expresión identitaria.

En el ámbito cultural, el gran diferencial del curso radica en la inclusión de la cultura nordestina como eje temático estructurante. Como explican Silva, Silva y Alves (2023), esta elección responde a una postura política y pedagógica que busca contrarrestar la predominancia de materiales centrados en las variedades del Sur y Sudeste de Brasil. En los encuentros sincrónicos se exploran expresiones musicales, literarias y lingüísticas del Nordeste – como la canción *Petrolina Juazeiro* y la literatura de cordel –, articulando el aprendizaje gramatical con experiencias estéticas

significativas. Esta práctica amplía el repertorio lingüístico y simbólico de los estudiantes extranjeros, valoriza identidades regionales y contribuye a una visión plural del portugués brasileño.

En conjunto, el curso se consolida como una acción de política lingüística inclusiva, comprometida con la diversidad, la formación intercultural y la difusión crítica del portugués brasileño en el escenario internacional. Su articulación con iniciativas de cooperación Sur-Sur refuerza el papel del Instituto en la promoción de una internacionalización solidaria y orientada al reconocimiento de identidades lingüísticas latinoamericanas.

En este marco, la cooperación establecida entre el IFRN y la Universidad Estatal Península de Santa Elena (UPSE) se convierte en un caso representativo de internacionalización solidaria y de proyección del portugués brasileño en el espacio latinoamericano, tema que se desarrolla en la sección siguiente.

4 COOPERACIÓN ENTRE EL IFRN Y LA UPSE EN LA MOVILIDAD ACADÉMICA Y LA ENSEÑANZA DE PORTUGUÉS BRASILEÑO COMO LENGUA EXTRANJERA

Como caso de estudio de cooperación Sur-Sur, está la relación entre la UPSE y el IFRN, los cuales comenzaron a trabajar en diferentes tipos de cooperación desde el 2023. Dentro de las principales actividades se encuentra la movilidad estudiantil virtual y presencial, la enseñanza de un idioma extranjero en UPSE, tal como es el portugués, y proyectos de investigación en conjunto.

En el 2023, cinco estudiantes de IFRN realizaron una movilidad presencial en UPSE durante un semestre académico completo en diferentes programas académicos. En 2024, nueve estudiantes de la UPSE realizaron una movilidad de estancia corta en el IFRN, en Natal. Durante dos semanas, participaron en clases de portugués, talleres de liderazgo, visitas técnicas y actividades culturales. Fue una experiencia que transformó su visión del aprendizaje, y fortaleció sus competencias interculturales. Ese mismo año, bajo el sentido de reciprocidad, ocho estudiantes y dos docentes del IFRN visitaron la UPSE donde participaron de la misma manera en clases de español, liderazgo y derechos humanos, además de conocer la riqueza cultural y natural de la provincia de Santa Elena.

La integración fue inmediata: los estudiantes compartieron aprendizajes, música, y hasta proyectos académicos que hoy siguen desarrollándose de manera virtual. En 2025, se inició una innovadora experiencia de intercambio lingüístico, en la que 84

estudiantes de la UPSE recibieron clases presenciales de portugués impartidas por estudiantes de último año del IFRN, experiencia relatada con detalles en la sección 4.1 de este trabajo. Esto permitió que las estudiantes de IFRN pusieran en práctica sus competencias pedagógicas y que los estudiantes de UPSE aprendieran el idioma portugués desde un enfoque cultural, cercano y dinámico. Estas actividades representan un tipo de internacionalización accesible y auténtica, construida sin depender de grandes recursos, sino de la voluntad, la creatividad y el compromiso institucional.

El impacto de esta cooperación para ambas universidades fue positivo. En el ámbito académico, los participantes de ambas universidades fortalecieron sus competencias interculturales, lingüísticas y sociales, habilidades que resultan fundamentales para su futura inserción profesional y personal. Asimismo, adquirieron experiencia en el trabajo colaborativo dentro de equipos multiculturales, fomentando el respeto por la diversidad y la construcción conjunta de soluciones. A nivel institucional, la alianza entre la UPSE y el IFRN ha posibilitado la creación de redes de colaboración entre docentes, especialmente en los campos de la educación y los idiomas.

En consecuencia, con el propósito de seguir fortaleciendo la cooperación horizontal, se resalta la importancia de orientar este proceso hacia la integración de las universidades latinoamericanas, especialmente las universidades del Sur-Sur, desde un enfoque solidario y propio de la región. Para ello, se propone utilizar diversos mecanismos, como la cooperación académica y la movilidad presencial y virtual, especialmente la incorporación de mecanismos de internacionalización del currículo tales como clases espejos y proyectos COIL (*Collaborative online international Learning*) en los planes de estudio, destinados a fomentar la movilidad y la investigación científica que responda a las problemáticas regionales.

4.1 ASISTENTE DE LENGUA PORTUGUESA EN LA UPSE

La participación en el proceso de internacionalización por medio de la convocatoria nº 28/2024 – ASERI/PROEX/RE/IFRN constituyó una experiencia académica significativa para las estudiantes seleccionadas de la Licenciatura en Letras Español del IFRN. Publicado el 6 de diciembre de 2024, la referida convocatoria tenía como finalidad ofrecer a dos discentes la oportunidad de realizar un intercambio institucional en calidad de asistentes de lengua portuguesa en el exterior. Esta acción se inscribe dentro de los esfuerzos del IFRN por fortalecer la internacionalización en casa y en el extranjero, así como por consolidar políticas lingüísticas que favorezcan la proyección del portugués brasileño en contextos educativos latinoamericanos.

El proceso selectivo se desarrolló en dos etapas: (1) inscripción y entrega de la

documentación requerida y (2) impartición de una clase demostrativa de lengua portuguesa ante una banca conformada por docentes del IFRN. Solo después de esta evaluación se divulgó el resultado final con los candidatos seleccionados.

En mayo de 2025, las estudiantes iniciaron la organización del curso de Portugués Brasileño nivel A1, dirigido a tres grupos de aprendientes. El programa contempló contenidos básicos, como saludos, familia, horarios, números y nacionalidades, estructurados en cuatro unidades semanales y orientados al desarrollo integrado de las habilidades de comprensión y producción oral y escrita, con el propósito de favorecer la comunicación en situaciones cotidianas. La planificación pedagógica se fundamentó en principios del enfoque comunicativo, el aprendizaje intercultural y en metodologías activas, permitiendo que los estudiantes se involucraran de manera significativa en su propio proceso de aprendizaje.

El 29 de mayo se realizó el desplazamiento al Ecuador, donde las asistentes fueron recibidas por representantes de la Universidad Estatal Península de Santa Elena (UPSE). Durante aproximadamente cuarenta días, residieron en alojamiento gestionado por la institución anfitriona y participaron en actividades de inmersión cultural y académica que facilitaron su adaptación al nuevo contexto. Asimismo, la UPSE promovió acciones de integración que incluyeron visitas guiadas a la ciudad de Salinas y acompañamiento por parte de estudiantes locales, contribuyendo al fortalecimiento del vínculo intercultural. Esta etapa inicial fue determinante para establecer una relación de confianza entre las asistentes y la comunidad universitaria, lo que repercutió positivamente en el desarrollo del curso.

La ejecución del curso en la UPSE reveló una alta motivación por parte de los estudiantes ecuatorianos, quienes, aun siendo principiantes, demostraron participación activa y progresos significativos en la adquisición del portugués. Las asistentes adaptaron sus estrategias pedagógicas a las características de cada grupo, equilibrando oralidad y escritura, y promoviendo un ambiente favorable al aprendizaje. La interacción constante generó una dinámica formativa enriquecedora, en consonancia con las reflexiones de Wit (2015) sobre la internacionalización como dimensión integrada de la educación superior. La diversidad sociocultural de los estudiantes también permitió el intercambio de perspectivas y la introducción de ejemplos contextualizados, fortaleciendo la pertinencia del proceso de enseñanza y aprendizaje.

A lo largo del período formativo, se observaron avances notables: los estudiantes comenzaron a comunicarse en portugués mediante mensajes, producciones escritas y participación activa en actividades musicales y orales. La disposición a solicitar apoyo, revisar tareas y mejorar la pronunciación evidenció un compromiso

con el aprendizaje que contribuyó directamente al éxito del curso. Tales progresos reflejan el potencial de los programas de movilidad académica para promover no solo el aprendizaje lingüístico, sino también el interés por la cultura brasileña y por el fortalecimiento de la cooperación interinstitucional entre Brasil y Ecuador.

Además del desarrollo lingüístico, la experiencia posibilitó un proceso de inmersión cultural relevante. La convivencia con estudiantes internacionales, profesionales locales y la comunidad universitaria permitió una comprensión más amplia del contexto sociocultural ecuatoriano. La acogida institucional y comunitaria favoreció un ambiente propicio para el intercambio cultural y académico, reafirmando el papel de la internacionalización como práctica formativa transformadora. Esta dimensión intercultural permitió identificar estereotipos y representaciones culturales mutuas, generando espacios de reflexión sobre identidad, diversidad y diálogo entre culturas.

Al término del curso, se realizó el examen final de Nivel A1 que tenía como objetivo evaluar las cuatro habilidades de los estudiantes ecuatorianos en lengua portuguesa: leer, escribir, hablar y escuchar. Aunque la evaluación se centró en la capacidad de comunicación, intentamos dar visibilidad al IFRN desde una propuesta de redacción a partir del género correo electrónico que contempla la temática de la internacionalización en el que se exigía dominar contenidos básicos en portugués, como por ejemplo: presentarse, saludar y despedirse informalmente, describir la familia y la casa.

Figura 1 – Examen de expresión escrita de Portugués Brasileño Nivel I

Nome completo _____
Data: ___/___/____
Professoras: Estefany Santos e Stephanny Nunes

Atividade avaliativa - Português brasileiro Nível I

Expressão escrita

O departamento de Diretoria de Internacionalização da UPSE, está buscando entre nossos estudantes duas famílias para acolher dois estudantes que estão vindo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Natal Central (IFRN), no Brasil, para estudar em nossa instituição a partir do próximo semestre. Se a sua família possui disponibilidade e interesse para receber um desses alunos em casa, contate-os. Abaixo você pode ver o perfil de ambos:



Olá! Meu nome é Carolina Dias, tenho 21 anos e sou brasileira. Sou estudante do curso de Letras Espanhol no IFRN. Moro na Cidade de Natal e, antes de terminar o ensino superior quero ter essa experiência de estudar no Equador. Eu gosto de muitas coisas: música, cultura, fotografia, filmes e séries de diferentes países e amo o idioma espanhol, encontrei na licenciatura uma maneira de trabalhar com o que amo. Espero encontrar em breve uma família para me receber no Equador. Meu e-mail é: carolinadias@escolar.com.br



Olá! Meu nome é Ricardo Henrique, tenho 20 anos e sou brasileiro. Sou estudante do curso de Engenharia Civil no IFRN. Moro em Natal e estou muito animado para estudar no Equador. Gosto muito de ler livros e assistir filmes em espanhol. Também gostaria de conhecer mais sobre a cultura deste país, pois estive pesquisando e fiquei completamente encantado. Acredito que essa seja a experiencia ideal para aprender ainda mais sobre a língua. Se vocês puderem me receber, escrevam-me. Meu e-mail é: ricardohenrique@escolar.com.br

Agora que você conhece os estudantes do IFRN que querem estudar na UPSE, escolha um deles para escrever um e-mail informal. Seu texto deve conter os seguintes elementos:

- Uma saudação inicial;
- Uma pequena apresentação sua e dos membros da sua família;
- Uma breve descrição da sua casa;
- Uma despedida.

Fuente: elaboración nuestra en conjunto con las asistentes de lengua portuguesa.

Otro aspecto relevante presente en el examen es la presencia de elementos socioculturales de Brasil en el apartado de comprensión lectora, tales como la serie de televisión de Globo "A Grande Família" y el programa del Governo Federal "Minha Casa, Minha Vida" para tratar temas básicos como la familia y la casa. Además, hemos incluido el tema de las fiestas de São João en Natal, justamente para acercarles a los estudiantes ecuatorianos sobre aspectos culturales de la región donde se ubica el IFRN.

Figura 2 – Examen de comprensión escrita (gramática y vocabulario) de Portugués Brasileño Nivel I

Compreensão leitora

"São João de Natal já é um dos maiores do Brasil", afirma prefeito diante de 105 mil pessoas



Tag [illegible] | Publicado em: 15/06/2025 Crédito: Magnus Nascimento

O São João de Natal foi marcado, neste sábado (14), pela mistura de ritmos e confirmação de que a festa já pode ser considerada um dos maiores eventos juninos entre as capitais brasileiras. A Arena das Dunas (8)_____, no segundo dia de festa, um público de (9)_____ mil pessoas, que aproveitaram as atrações da noite do início ao fim. O jovem forrozeiro sensação do Brasil e dono de uma inconfundível voz, João Gomes, não decepcionou e fez um grande show. A banda Raça Negra também (10) _____ a galera, cantando todos os sucesso da trajetória vitoriosa do grupo. O sertanejo teve espaço com as performances de Gustavo Mioto e Israel Fernandes.

Mais (11)_____ vez participando do evento, o prefeito de Natal, Paulinho Freire, (12)_____ na festa acompanhando da primeira dama do município e secretária municipal de Trabalho e Assistência Social, Nina Souza, além da secretária municipal de Cultura, Iracy Azevedo. À imprensa, Paulinho falou sobre a grandiosidade do São João de Natal que, mesmo sendo o primeiro realizado pela atual gestão municipal, (13)_____ atingindo dimensões sem precedentes: "Estou impressionado com o que estou vendo a cada dia de evento. (14)_____ uma equipe experiente e tarimbada nesse tipo de festa, mas nunca poderia imaginar que alcançaríamos essa magnitude. Hoje, já podemos afirmar, sem medo de errar, que Natal tem uma das maiores festas de São João entre as capitais do Brasil", celebrou o prefeito.

O público é o principal motivo para o São João de Natal entrar na lista dos melhores eventos do Brasil. A empolgação e animação crescem a cada final de semana. A opinião de quem participa do evento é de que agora Natal pode dizer que tem um São João à altura. "Tudo está muito lindo e organizado.

A estrutura é maravilhosa. (15)_____ todas as apresentações até aqui e não tenho do que reclamar", contou o pernambucano Sandro Luiz.

A estrutura, segurança e o cardápio de atrações organizado pela Prefeitura de Natal, também são responsáveis pelo sucesso da festa. O casal Maxsuel Lima e Gorete Lima curtiram o sábado ao lado das filhas adolescentes. A família aprovou o programa cultural. "Foi uma experiência incrível aproveitar esse momento ao lado da (16)_____ esposa e filhas. (17)_____muito por conta de Raça Negra e as meninas por conta de João Gomes. Hoje todo mundo festejou com alegria e segurança", falou Maxuel.

8	a) recebeu	b) recebió	c) recebi	d) recebemos
9	a) cento cinco mil	b) cento e cinco mil	c) cem e cinco mil	d) cem cinco mil
10	a) levantó	b) levantei	c) levanteis	d) levantou
11	a) uma	b) umas	c) una	d) unas
12	a) esteve	b) estuve	c) estive	d) estuvo

Fuente: elaboración nuestra en conjunto con las asistentes de lengua portuguesa adaptado de la página https://www.natal.rn.gov.br/news/post2/42671 (consulta el 16 de noviembre de 2025).

Como podemos observar, el texto seleccionado es una noticia que ha sido adaptada de la página de la Prefeitura de Natal. En este sentido, las clases de portugués de las asistentes de lengua portuguesa y el examen final contemplan una región de Brasil que no suele ser estar presentes en materiales de portugués y que no tiene la misma visibilidad que Rio de Janeiro o São Paulo. Aunque se trata del apartado de comprensión lectora, el objetivo de la tarea es elegir el elemento lingüístico adecuado, con especial atención al pretérito perfecto del indicativo, muy frecuente en el género "noticia" y que presenta diferencias entre sus irregulares entre el portugués y el español.

Cada una de las cuatro habilidades tenía como puntaje máximo 25 puntos, siendo la nota mínima para aprobación 60 puntos. Al final del curso, 70 estudiantes ecuatorianos participaron de la clausura del curso de Portugués Brasileño con la entrega de los certificados de asistencia con la presencia de las autoridades y las asistentes de lengua portuguesa del IFRN[1].

El retorno al Brasil tuvo lugar el 4 de julio, marcando el cierre de un proceso formativo que se caracterizó tanto por el fortalecimiento de competencias docentes como por la ampliación de perspectivas socioculturales. La experiencia contribuyó al desarrollo profesional de las asistentes al permitirles ejercer la enseñanza del portugués brasileño para extranjero en un contexto internacional, de acuerdo con la concepción freireana de que enseñar implica crear posibilidades para la construcción del conocimiento (Freire, 1996). Además, los resultados obtenidos sugieren la pertinencia de ampliar y sistematizar programas similares, consolidando la movilidad académica como estrategia clave para la proyección del portugués brasileño en otros países latinoamericanos.

Esta experiencia se publicó como relato de experiencia por Nunes, Silva e Silva (2025) en la segunda edición del e-book "Vozes da Internacionalização II: narrativas de estudantes e servidores(as) da Educação Profissional, Científica e Tecnológica" (Conif, 2025), una iniciativa del Foro de Gestores(as) de Relaciones Internacionales (Forinter), con el apoyo de la Cámara de Relaciones Internacionales y de la Dirección de Relaciones Internacionales del "Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica" (Conif).

1 En la Página Oficial de la UPSE, se anunció la acción a través de una noticia: "UPSE clausura con éxito curso de portugués brasileño impartido por estudiantes del IFRN". Fuente: http://bit.ly/4ntMtQh (Consulta el 16 de noviembre de 2025).

5 CONSIDERACIONES FINALES

El intercambio desarrollado en la UPSE constituye una experiencia académica e intercultural de gran relevancia, cuyos aprendizajes trascienden el ámbito lingüístico y se proyectan como referencia para futuras iniciativas de internacionalización entre ambas instituciones, además de la promoción de la enseñanza de portugués y de la cultura brasileña en el ámbito internacional.

La acción evidencia el impacto positivo que estas iniciativas pueden generar en los estudiantes, en las instituciones involucradas y en la promoción de una educación superior comprometida con la cooperación regional y el entendimiento intercultural. Por un lado, estudiantes ecuatorianos tuvieron la oportunidad de estudiar una lengua extranjera diferente del inglés, fomentando el plurilingüismo en la UPSE. Por otro lado, las estudiantes seleccionadas en el programa Asistente de Lengua Portuguesa del IFRN pudieron tener una experiencia de práctica profesional en un país extranjero, además de estar en contacto a diario con el español, conociendo la cultura de Ecuador.

En resumen, a lo largo del texto evidenciamos que el programa asistente de lengua portuguesa del IFRN en cooperación internacional con la UPSE es una oportunidad de crecimiento y fortalecimiento para ambas instituciones, a partir de un modelo de internacionalización horizontal en que ambas instituciones del Sur Global fomentan el plurilingüismo y la movilidad académica. En este sentido, esta forma de cooperación es importante para instituciones de enseñanza superior ubicadas alejadas de los grandes centros urbanos de sus países, lo cual es un inconveniente respecto a la promoción internacional.

REFERENCIAS

ARNOUX, E. N. de. El conocimiento del otro en el proceso de integración regional. Propuesta para la enseñanza media. *In*: HORA, D. da; LUCENA, R. M. de (org.). **Política Linguística na América Latina**. João Pessoa: Ideia, 2008.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). **Vozes da Internacionalização II**: narrativas de estudantes e servidores(as) da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. /Forinter, Conif. (org.). – Brasília: Editora IFB, 2025.

DE ARMAS, J. *et al.* Horizontal cooperation practices in Internet-based Higher Education, computational logistics and telecommunications. **Journal of Computer Science**, Dubai, v. 15, n. 1, p. 197-206, 2019. DOI: 10.3844/jcssp.2019.197.206

DE WIT, H. *et al.* **Internacionalização do ensino superior**: repensando políticas e práticas. Brasília: FAUBAI, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, A. F. *et al*. A internacionalização e o discurso da diversidade: contradições e resistências. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 295-327, 2019.

GUIMARÃES, R. M.; SILVA, K. A. da. Políticas linguísticas para a internacionalização da educação: um olhar decolonial a partir dos institutos federais. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v.14, n.1, 2022. p. 33-56. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/8529. Acesso em: 2 dez. 2025.

HAMEL, R. E. La globalización de las lenguas en el siglo XXI entre la hegemonía del inglés y la diversidad linguística. *In*: HORA, D. da; LUCENA, R. M. de (org.). **Política Linguística na América Latina**. João Pessoa: Ideia, 2008.

LI, P. Horizontal learning. *In*: Bathelt, Harald *et al.* (ed.). **The Elgar Companion to Innovation and Knowledge Creation**. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2017.

OREGIONI, M. S. La internacionalización universitaria desde una perspectiva situada: tensiones y desafíos para la región latinoamericana. **Revista Internacional de Educação Superior**, 3(1), p. 114-133, 2017.

OREGIONI, M. S (org.). **Redes de Cooperación en producción de conocimiento e internacionalización universitaria. Una mirada desde el Sur.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones Z, 2021.

SILVA, G. M. da; SILVA, B. R.C. V. da; ALVES, L. M. Cultura nordestina no ensino de Português Brasileiro para estrangeiros no Instituto Federal do Rio Grande do Norte. **Rev. EntreLínguas**, Araraquara, v. 9, n. esp. 1, e023026, 2023. eISSN: 2447-

3529. DOI: https://doi.org/10.29051/el.v9iesp.1.18596

SIUFI, G. Cooperación internacional e internacionalización de la educación superior. **Educación Superior y Sociedad**, Caracas, v. 14,, n. 1, p. 121-145, 2009.